



Pesquisa de Informações Básicas Municipais 1999

Presidente da República
Fernando Henrique Cardoso

Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão
Martus Antônio Rodrigues Tavares

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE

Presidente
Sérgio Besserman Vianna

Diretor-Executivo
Nuno Duarte da Costa Bittencourt

ÓRGÃOS ESPECÍFICOS SINGULARES

Diretoria de Pesquisas
Maria Martha Malard Mayer

Diretoria de Geociências
Guido Gelli

Diretoria de Informática
Paulo Roberto Ribeiro da Cunha

Centro de Documentação e Disseminação de Informações
David Wu Tai

Escola Nacional de Ciências Estatísticas
Kaizô Iwakami Beltrão

UNIDADE RESPONSÁVEL

Diretoria de Pesquisas

Departamento de População e Indicadores Sociais
Luiz Antônio Pinto de Oliveira

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE
Diretoria de Pesquisas
Departamento de População e Indicadores Sociais

Perfil dos municípios brasileiros

Pesquisa de Informações Básicas Municipais 1999

Rio de Janeiro
2001

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Av. Franklin Roosevelt, 166 - Centro - 20021-120 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

ISBN 85-240-0849-0

© IBGE. 2001

Capa

Gerência de Criação/Centro de
Documentação e Disseminação de
Informações - CDDI

Helga Szpiz

Perfil dos municípios brasileiros : pesquisa de informações básicas municipais 1999 /
IBGE, Departamento de População e Indicadores Sociais. - Rio de Janeiro : IBGE,
2001.

121 p.

ISBN 85-240-0849-0

1. Brasil - Municípios - Estatística. 2. Brasil - Municípios - Indicadores. I. IBGE.
Departamento de População e Indicadores Sociais.

Gerência de Biblioteca e Acervos Especiais
RJ/20010-05

CDU 31(81-0-2)
EST

Impresso no Brasil / Printed in Brazil

Apresentação

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE -, com a presente publicação, divulga um conjunto dos resultados da Pesquisa de Informações Básicas Municipais, que investigou a totalidade dos municípios brasileiros.

Este trabalho é o primeiro de uma série que se pretende tornar contínua, com a permanente atualização dos resultados da Pesquisa de Informações Básicas Municipais, a qual, a partir do ano de 2001 terá periodicidade anual.

Para as próximas pesquisas, o universo temático poderá ser ampliado, em função das demandas por novas informações que contemplem o planejamento e a elaboração de políticas públicas e atendam aos usuários e à sociedade civil em geral.

Maria Martha Malard Mayer

Diretora de Pesquisas

Sumário

Introdução	11
------------------	----

Notas técnicas	13
----------------------	----

Conteúdo	13
----------------	----

Metodologia	14
-------------------	----

Instrumentos e coleta dos dados	15
---------------------------------------	----

Apuração e processamento dos dados	15
--	----

Forma de divulgação dos resultados	16
--	----

Análise de resultados

Introdução	17
------------------	----

Estrutura administrativa e recursos para gestão	20
---	----

Legislação e instrumentos de planejamento municipais	27
--	----

Descentralização e desconcentração administrativa	32
---	----

Políticas setoriais	37
---------------------------	----

Justiça e segurança pública	45
-----------------------------------	----

Comunicação, comércio e equipamentos culturais e de lazer	53
--	----

Tabelas de resultados

Tabela 1 - Municípios, por ano de instalação, segundo faixas de população e Grandes Regiões - 1999	61
---	----

Tabela 2 - Municípios, por número de funcionários ativos, segundo as faixas de população, ano de instalação do município e Grandes Regiões - 1999	62
Tabela 3 - Municípios, por percentual de despesas com funcionários ativos em relação ao total da receita, segundo as faixas de população, ano de instalação do município e Grandes Regiões - 1999	63
Tabela 4 - Municípios, por percentual de despesas com funcionários inativos em relação ao total da receita, segundo as faixas de população, ano de instalação do município e Grandes Regiões - 1999	64
Tabela 5 - Municípios, por existência de instrumentos de planejamento orçamentário, segundo as faixas de população, ano de instalação do município e Grandes Regiões - 1999	65
Tabela 6 - Municípios, por existência de instrumentos de planejamento municipal, segundo as faixas de população, ano de instalação do município e Grandes Regiões - 1999	66
Tabela 7 - Municípios, por existência e tempo de vigência de lei orgânica, segundo as faixas de população, ano de instalação do município e Grandes Regiões - 1999	67
Tabela 8 - Municípios, por existência de instrumentos de gestão urbana, segundo as faixas de população, ano de instalação do município e Grandes Regiões - 1999	68
Tabela 9 - Municípios, por existência e tempo de vigência de plano-diretor, segundo as faixas de população, ano de instalação do município e Grandes Regiões - 1999	70
Tabela 10 - Municípios, por existência e tempo de vigência de lei de perímetro urbano, segundo as faixas de população, ano de instalação do município e Grandes Regiões - 1999	71
Tabela 11 - Municípios, por existência e tempo de vigência de lei de parcelamento do solo, segundo as faixas de população, ano de instalação do município e Grandes Regiões - 1999	72
Tabela 12 - Municípios, por existência e tempo de vigência de lei de zoneamento ou equivalente, segundo as faixas de população, ano de instalação do município e Grandes Regiões - 1999	73
Tabela 13 - Municípios, por existência e tempo de vigência de lei sobre áreas de interesse especial, segundo as faixas de população, ano de instalação do município e Grandes Regiões - 1999	74
Tabela 14 - Municípios, por existência e tempo de vigência de lei sobre áreas de interesse social, segundo as faixas de população, ano de instalação do município e Grandes Regiões - 1999	75
Tabela 15 - Municípios, por existência e tempo de vigência de código de obras, segundo as faixas de população, ano de instalação do município e Grandes Regiões - 1999	76

Tabela 16 - Municípios, por existência e tempo de vigência de código de posturas, segundo as faixas de população, ano de instalação do município e Grandes Regiões 1999	77
Tabela 17 - Municípios, por tipo de consórcios existentes, segundo as faixas de população, ano de instalação do município e Grandes Regiões - 1999	78
Tabela 18 - Municípios, por percentual de unidades prediais que pagaram o IPTU em 1998, segundo as faixas de população, ano de instalação do município e Grandes Regiões - 1999	80
Tabela 19 - Municípios, por percentual de unidades territoriais que pagaram o IPTU em 1998, segundo as faixas de população, ano de instalação do município e Grandes Regiões - 1999	81
Tabela 20 - Municípios, por percentual do IPTU arrecadado em 1998, segundo as faixas de população, ano de instalação do município e Grandes Regiões - 1999	82
Tabela 21 - Municípios, por ano da última atualização do cadastro de unidades prediais do IPTU, segundo as faixas de população, ano de instalação do município e Grandes Regiões - 1999	83
Tabela 22 - Municípios, por tempo da última atualização da planta de valores do IPTU em 1998, segundo as faixas de população, ano de instalação do município e Grandes Regiões - 1999	84
Tabela 23 - Municípios, por ano da última atualização do cadastro de unidades territoriais do IPTU, segundo as faixas de população, ano de instalação do município e Grandes Regiões - 1999	85
Tabela 24 - Municípios, por tipo de atividades terceirizadas, segundo as faixas de população, ano de instalação do município e Grandes Regiões - 1999	86
Tabela 25 - Municípios, por tipo de atividades informatizadas, segundo as faixas de população, ano de instalação do município e Grandes Regiões - 1999	87
Tabela 26 - Municípios, por existência de instituto, órgão ou serviço de cartografia e de estatística, segundo as faixas de população, ano de instalação do município e Grandes Regiões - 1999	89
Tabela 27 - Municípios, por existência e tempo de elaboração ou atualização de mapas de área urbana, segundo as faixas de população, ano de instalação do município e Grandes Regiões - 1999	90
Tabela 28 - Municípios, por existência e tipo de conselhos municipais, segundo as faixas de população, ano de instalação do município e Grandes Regiões - 1999	91
Tabela 29 - Municípios, por percentuais de vias urbanas pavimentadas e com iluminação pública, segundo as faixas de população, ano de instalação do município e Grandes Regiões - 1999	93

Tabela 30 - Municípios, por número de licenças para construção, concedidas em 1997 e 1998 e número de alvarás de habitação em 1997 e 1998, segundo as faixas de população, ano de instalação do município e Grandes Regiões - 1999	95
Tabela 31 - Municípios, por tamanho do lote mínimo, existência de órgão específico para política de habitação, programas na área de habitação e de cadastro de famílias interessadas em programas habitacionais, segundo as faixas de população, ano de instalação do município e Grandes Regiões - 1999	96
Tabela 32 - Municípios, total e por tipo de ações e programas existentes na área habitacional, com indicação do número de famílias beneficiadas, segundo as faixas de população, ano de instalação do município e Grandes Regiões - 1999	97
Tabela 33 - Municípios, total e por existência de favelas ou assemelhados, cadastro, grau de abrangência do cadastro e número de domicílios cadastrado dos mesmos, segundo as faixas de população, ano de instalação do município e Grandes Regiões - 1999	99
Tabela 34 - Municípios, total e por existência de cortiços ou assemelhados, cadastro, grau de abrangência do cadastro e número cadastrado dos mesmos, segundo as faixas de população, ano de instalação do município e Grandes Regiões - 1999	100
Tabela 35 - Municípios, total e por existência de loteamentos irregulares ou assemelhados, cadastro, grau de abrangência do cadastro e número cadastrado dos mesmos, segundo as faixas de população, ano de instalação do município e Grandes Regiões - 1999	101
Tabela 36 - Municípios, total e por existência de incentivos para atração de atividades econômicas, com indicação dos tipos de incentivos, segundo as faixas de população, ano de instalação do município e Grandes Regiões - 1999	102
Tabela 37 - Municípios, total e por existência de auxílio dos programas da comunidade solidária, programa ou ação de geração de trabalho e renda e programa de capacitação profissional, segundo as faixas de população, ano de instalação do município e Grandes Regiões - 1999	103
Tabela 38 - Municípios, por existência de guarda municipal, segundo as faixas de população, ano de instalação do município e Grandes Regiões - 1999	104
Tabela 39 - Municípios, por existência de instrumentos legais de justiça e segurança pública, segundo as faixas de população, ano de instalação do município e Grandes Regiões - 1999	105
Tabela 40 - Municípios, por existência de sede de comarca, segundo as faixas de população, ano de instalação do município e Grandes Regiões - 1999	106

Tabela 41 - Municípios, por existência de redes de TV sintonizadas, segundo as faixas de população, ano de instalação do município e Grandes Regiões - 1999	107
Tabela 42 - Municípios, por tipo e número de estabelecimentos culturais de lazer existentes, segundo as faixas de população, ano de instalação do município e Grandes Regiões - 1999	108
Tabela 43 - Municípios, por existência de estabelecimentos selecionados de comércio, serviços e lazer, segundo as faixas de população, ano de instalação do município e Grandes Regiões - 1999	110

Glossário	113
------------------------	------------

Apêndice

Questionário 1

Convenções

- Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento;
- .. Não se aplica dado numérico;
- ... Dado numérico não disponível;
- x Dado numérico omitido a fim de evitar a individualização da informação;
- 0; 0,0; 0,00 Dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente positivo; e
- 0; -0,0; -0,00 Dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente negativo.

Introdução

A produção de informações e estudos municipais pelo IBGE remonta a meados da década de 50, com a elaboração da Enciclopédia dos Municípios Brasileiros pelos Conselhos Nacionais de Geografia e Estatística, divulgada pela instituição entre 1957 e 1964.

O primeiro levantamento de Informações Básicas Municipais, lançado em agosto de 1961, originou-se da demanda por informações municipais por usuários do governo, empresas privadas, universidades, dentre outros. Isto permitiu um conhecimento mais abrangente de aspectos físicos, demográficos, econômicos, sociais e culturais dos municípios brasileiros, e teve periodicidade anual regular até 1974, retomada sua divulgação em 1982 e interrompida no início da década de 90.

Na última década, como parte de um processo amplo e crescente de descentralização governamental, maiores atribuições e responsabilidades têm sido repassadas para os municípios, na prestação de serviços públicos à população. Neste contexto, diversos órgãos públicos, federais e regionais, têm organizado e disponibilizado registros administrativos para informação geral e, principalmente, para subsidiar a elaboração de políticas sociais, o planejamento e o acompanhamento de programas através da elaboração de indicadores no âmbito municipal.

Em 1997, numa retomada dessa linha de trabalho e para atender à crescente demanda da sociedade por informações municipais, o IBGE implantou um sistema de informações básicas municipais, que posteriormente resultou na Base de Informações Municipais - BIM - e no *site* CIDADES@, componente do portal do IBGE na Internet (www.ibge.gov.br) e, nesse mesmo ano, desenvolveu o projeto da Pesquisa de Informações Básicas Municipais.

Esta é uma pesquisa de registros administrativos relativos às prefeituras, e uma importante fonte de informação para a construção de indicadores relacionados às diferentes áreas da administração munici-

pal, como o aparato institucional do planejamento público local, finanças públicas, programas sociais, oferta de serviços e de infraestrutura urbana.

Para sua implantação, em 1998, o IBGE realizou uma Pesquisa-piloto no Estado do Rio de Janeiro, com o intuito de avaliar a operação e os instrumentos de coleta das informações e definir estratégias para sua implantação em âmbito nacional.

Após a reformulação do questionário da pesquisa-piloto, que incorporou quesitos sugeridos em *workshop* realizado em Brasília, em 1999, iniciou-se a coleta.

O IBGE disponibilizará ao grande público, além das tabelas ora divulgadas, um CD-ROM contendo a base de dados por município resultante da pesquisa e também acesso às informações através do *site* CIDADES@, constante da página do IBGE na Internet.

Notas técnicas

Os objetivos desta pesquisa são proporcionar a construção de um amplo perfil dos municípios brasileiros e, principalmente, de suas administrações públicas, fornecer subsídios para o planejamento, acompanhamento e avaliação de políticas públicas e propiciar a elaboração de um quadro geral dos aspectos da gestão municipal na atualidade brasileira, onde os municípios vêm desempenhando papel cada vez mais importante na implantação de diversas políticas setoriais.

As informações produzidas por essa pesquisa serão valiosas para a elaboração de indicadores de estoque¹ ou de insumo e indicadores de performance ou de processo². Junto com outras informações no âmbito municipal, provenientes de outras pesquisas do IBGE e de outras instituições, possibilitarão a construção de um sistema de indicadores municipais que possa medir inclusive a eficácia e a efetividade das políticas e programas públicos.

Conteúdo

Em sua primeira versão, a pesquisa foi a campo com três questionários. O Questionário 1, constituído de 12 blocos, investigou os temas estrutura política, estrutura administrativa, instrumentos de planejamento municipal e urbano, recursos para a gestão, descentralização e desconcentração, condições habitacionais, geração de trabalho e renda, justiça e segurança pública, comércio, comunicação, e in-

¹ Indicador-estoque refere-se à medida de uma determinada dimensão social num momento específico. Ex.: número de médicos por mil habitantes.

² Indicador de performance ou fluxo visa a medir atividade e/ou mudanças durante um período determinado de tempo. Ex.: consultas médicas por ano por habitante.

formações sobre áreas especiais, ou seja, unidades de conservação ambiental e terras indígenas, para todos os municípios. Além disso, levantou algumas informações complementares, tais como o nome do principal curso d'água e as três principais atividades econômicas, para municípios pequenos, com até 20 000 habitantes. Por fim, o questionário também levantou o nome das principais áreas especiais situadas em cada município, bem como informações sobre seus feriados e festas.

O Questionário 2 foi composto de duas partes. A primeira levantou o número de alguns tipos de profissionais e de serviços existentes nos municípios pequenos, com até 20 000 habitantes. A segunda, intitulada Tábuas Itinerárias, procurou discriminar os itinerários possíveis entre cada município e a capital do estado onde se localiza e dos principais centros urbanos do País.

Por fim, o Questionário 3 foi dedicado às finanças municipais, levantando as principais rubricas de receitas e despesas dos municípios.

Além destes três questionários, foi enviado também a todos os municípios um formulário em que seriam anotados os tipos e as quantidades de materiais enviados para ilustração sobre os municípios, como fotografias, vídeos, bandeiras, hinos, etc. Este material poderá ser incorporado posteriormente às novas publicações impressas ou eletrônicas do IBGE.

Metodologia

Apesar de suceder a diversos empreendimentos da mesma natureza, a Pesquisa de Informações Básicas Municipais possui um caráter até certo ponto pioneiro, na medida em que, pela primeira vez, foi realizada com instrumentos de coleta e metodologia comumente usados nas pesquisas do IBGE. Tem um caráter censitário à proporção que levanta informações sobre todos os municípios brasileiros e de suas prefeituras.

Além disso, é necessário ressaltar que, em contraste com as demais pesquisas efetuadas no IBGE, as informações prestadas pelas prefeituras são de natureza pública, configurando, assim, um conjunto de informações a ser divulgado individualmente. Este contexto, embora não exima o IBGE da responsabilidade final pelos dados ora divulgados, confere um caráter de maior co-responsabilidade entre a Instituição e os próprios informantes. Considerando as dificuldades inerentes a um primeiro levantamento desta natureza, decidiu-se, na medida do possível, respeitar na sua integridade as informações fornecidas, após os procedimentos de crítica e análise das mesmas. Esta decisão implicou em alguns casos - principalmente nas informações de quantidades e de valores monetários - a divulgação preliminar de valores passíveis de questionamentos sob determinados enfoques analíticos. Contudo, optou-se por não disponibilizar inicialmente algumas dessas informações, admitindo-

se que correções possam vir a ser efetuadas, após análises mais detalhadas e consultas aos informantes. As alterações, caso ocorram, serão incorporadas à base de dados, estando a sua atualização disponível sem quaisquer ônus aos usuários.

Por último, cabe destacar que, embora as informações do Distrito Federal - DF - tenham sido coletadas na pesquisa, os resultados tabulares não incluem os seus dados, pois, como uma Unidade da Federação, têm receitas de impostos e itens de despesa que não são de atribuição de municípios. Apesar de não constarem dos resultados tabulares constarão da base de dados divulgada em meio magnético (CD-ROM) e do *site* CIDADES@.

Instrumentos e coleta dos dados

Em abril de 1999 foi realizado o treinamento dos supervisores regionais para a Pesquisa de Informações Básicas Municipais, que, posteriormente, repassaram o treinamento para os técnicos de cerca de 500 agências do IBGE no País.

A pesquisa foi a campo a partir de 1º de junho de 1999, sendo este o ano de referência da maior parte dos quesitos, excetuando-se aqueles relativos às finanças municipais e ao cadastro imobiliário que referem-se ao ano de 1998.

Para efetuar a, o pesquisador do IBGE fez um primeiro contato com a prefeitura de cada município, com objetivo de obter a indicação de uma pessoa capacitada na administração municipal que se responsabilizasse pelo preenchimento dos questionários. Esta pessoa deveria manter contato com o pesquisador do IBGE, sempre que fosse necessário esclarecer algum item, procedimento ou conceito relativo à pesquisa.

Para possibilitar o preenchimento dos questionários, pelos diversos setores das prefeituras, com as informações requeridas, cada instrumento de coleta tinha como parte integrante instruções para o preenchimento e um glossário com os termos e conceitos utilizados mais importantes.

Apuração e processamento dos dados

A entrada de dados foi feita descentralizadamente, ou seja, cada unidade regional do IBGE, que foi responsável pela coleta, também procedeu à digitação e à crítica dos dados coletados. Isso possibilitou maior agilidade no esclarecimento de dúvidas e, também, na correção de eventuais erros encontrados por ocasião da crítica.

O processo de apuração demandou o desenvolvimento de diversos programas específicos para a checagem da consistência interna das informações de cada questionário e em relação a algumas informações externas, tal como a população do município.

Forma de divulgação dos resultados

Este volume contém, além dessas notas técnicas, uma apresentação geral dos resultados com textos, alguns gráficos e cartogramas, destacando os aspectos considerados mais relevantes pelos analistas que trabalharam nas diversas fases da pesquisa, além de um conjunto de tabelas selecionado pela mesma equipe. Acompanha a publicação um CD-ROM contendo a base de dados por município resultante da pesquisa, nos quesitos referentes ao Questionário 1. As informações dos Questionários 2 e 3 estão sendo processadas, e não são objeto dessa publicação.

Todas as tabelas, gráficos e cartogramas, contidos neste volume, visam à divulgação de estatísticas primárias, pois a construção e divulgação de indicadores municipais a partir das informações da pesquisa serão objeto de uma futura publicação.

Todas as tabelas apresentadas aqui são produto de algumas agregações de municípios por tamanho da população³, pelo tempo decorrido desde a instalação do município e pela Grande Região do País em que ele está localizado. Há um entendimento de que essas variáveis são algumas das mais relevantes para compreender e possibilitar a descrição e análise de alguns aspectos abrangidos pela pesquisa.

³ IBGE, Contagem da População 1996.

Análise de resultados

Introdução

A formação e a distribuição territorial dos municípios brasileiros revelam a grande concentração populacional, que remete, em primeiro lugar, ao processo de ocupação do País, fundado na grande propriedade, desde o período colonial. Este processo

foi agravado, sobretudo, pelo forte deslocamento de moradores das áreas rurais do País em direção aos grandes centros urbanos e cidades, intensificado na segunda metade do Século XX.

Como resultado, segundo informações da Contagem da População 1996, enquanto que em 75% dos mu-

Gráfico 1 - Distribuição dos municípios, por Unidades da Federação - 1999



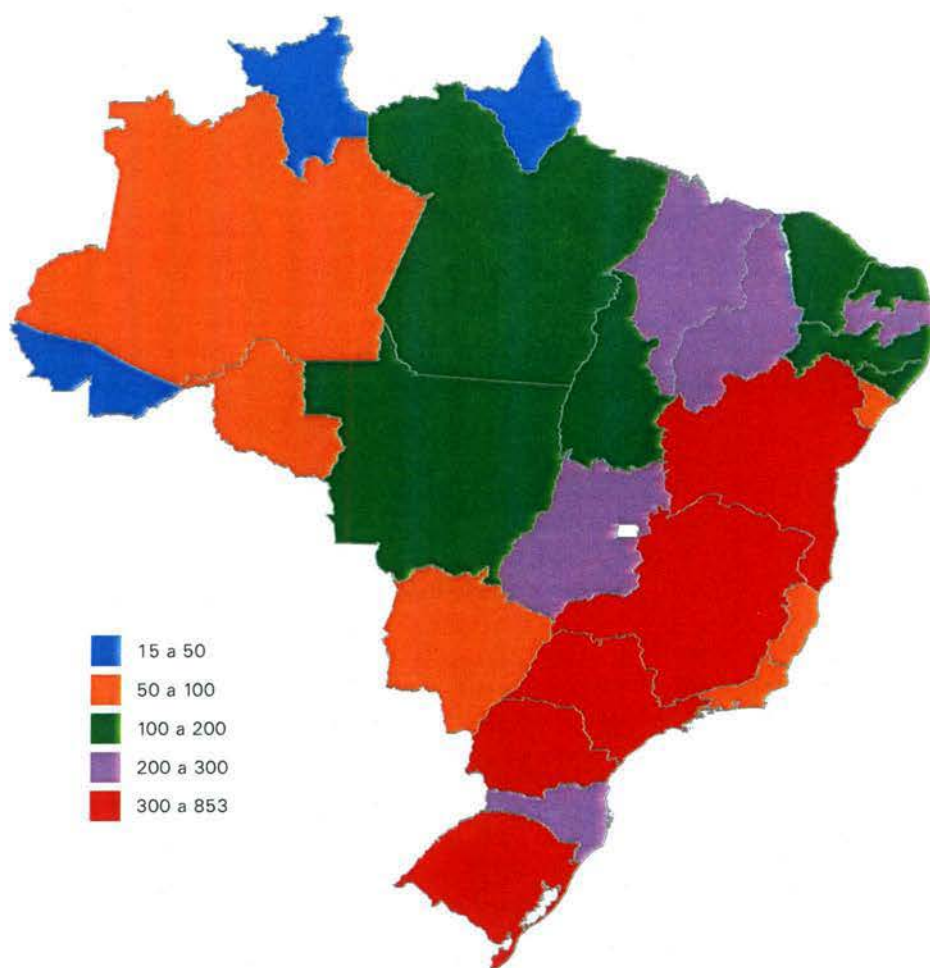
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 1999.

Nota: O Distrito Federal não foi incluído nos resultados.

nicípios brasileiros (que reuniam até 20 mil habitantes) totalizava-se uma população de 33,9 milhões de pessoas, no outro extremo, em apenas 11 municípios com população acima de 1 milhão de pessoas (0,2% do total) residiam mais de 29 milhões.

Os estados que têm o maior número de municípios formam uma faixa contínua entre a Bahia e o Rio Grande do Sul, reflexo do processo de ocupação intensificado nas Regiões Sudeste e Sul, secundariamente no Nordeste, deixando vazios demográficos no Centro-Oeste e Norte.

Cartograma 1 - Distribuição dos municípios, por unidades da Federação - 1999



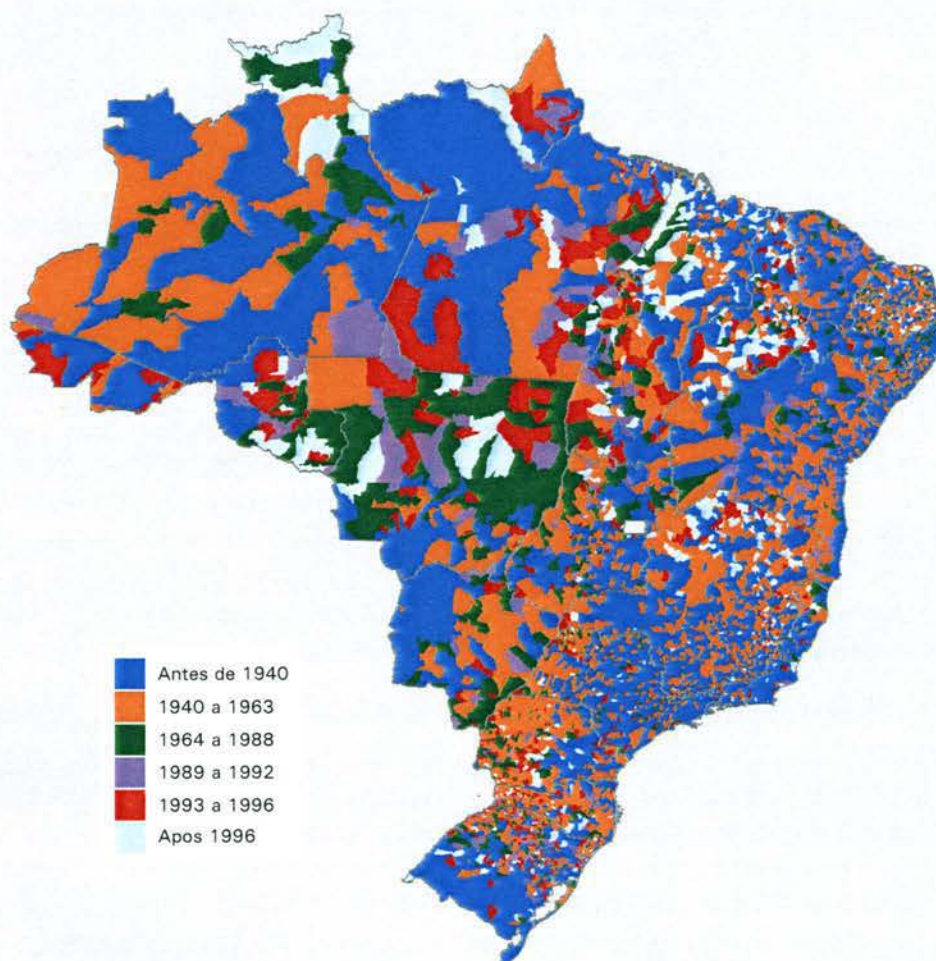
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de População e indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 1999.

Nota: O Distrito Federal não foi incluído nos resultados.

A criação de novos municípios, incentivada pela Constituição de 1988 (surgiram 1 307 municípios desde então) e intensificada a partir de 1989, não alterou o desequilíbrio entre população e território, identificando-se os mais numerosos desmembramentos recentes em estados da Região Norte (com exceção do Amazonas), Tocantins, Mato Grosso, Maranhão, Piauí, uma faixa entre o norte do Rio Grande do Sul que atravessa parte de Santa Catarina e Paraná e o norte de Minas Gerais.

Confrontando o período anterior e posterior à promulgação da Constituição de 1988, verifica-se que os municípios mais novos detêm um número de habitantes inferior a 20 mil: 90% entre 1989 e 1992, 97% entre 1993 e 1996, e 98% após 1996, acentuando-se a tendência de criação de municípios com menores números de habitantes.

Cartograma 2 - Período de instalação dos municípios - 1999



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de População e indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 1999.

Nota: O Distrito Federal não foi incluído nos resultados.

Procurando contribuir para a compreensão destas mudanças ocorridas no País, em que o processo de descentralização político-administrativo desencadeado após a Constituição de 1988 redefiniu as funções e atribuições dos municípios brasileiros, foram selecionadas para análise, nesta publicação, algumas informações da Pesquisa de Informações Básicas Municipais 1999.

As análises, ora apresentadas, baseiam-se em um conjunto de variáveis e indicadores presentes no Plano Tabular de Divulgação da Pesquisa, publicado ao final deste volume.

Gráfico 2 - Ano de instalação dos municípios, por tamanho da população - 1999



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 1999.

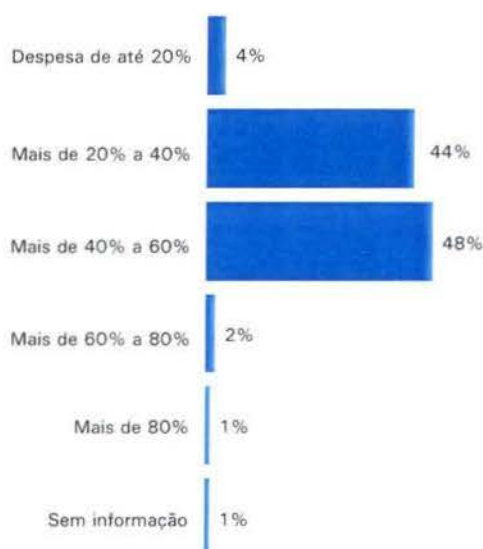
Nota: O Distrito Federal não foi incluído nos resultados.

Estrutura administrativa e recursos para gestão

Pessoal da administração direta

Os dados levantados evidenciam que cerca de 50% dos municípios empregam um máximo de 300 funcionários e, mais de 70%,

Gráfico 3 - Despesa com funcionários ativos nos municípios - 1999



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 1999.

Nota: O Distrito Federal não foi incluído nos resultados.

um máximo de 500 funcionários. Além disso, a pesquisa estimou que os municípios dispõem, em média, de 31 funcionários por grupo de 1 000 habitantes. Embora este valor não aparente ser elevado, qualquer avaliação sobre sua dimensão e magnitude dependerá do elenco e dos serviços prestados pela Administração Pública.

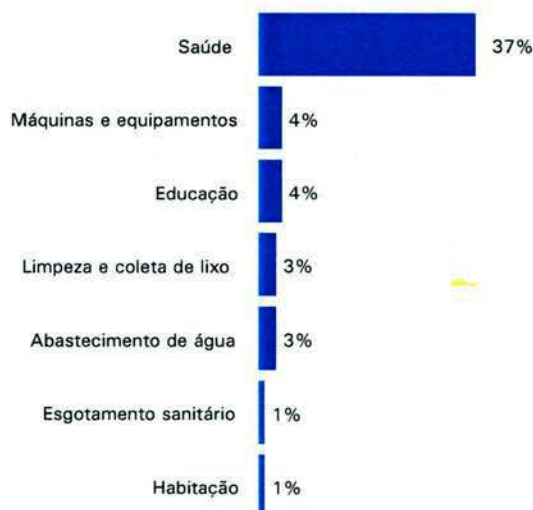
Um outro aspecto interessante de ser abordado, é a relação entre as despesas com os funcionários ativos e inativos e as receitas totais das prefeituras, o qual fornece elementos para reflexão sobre o peso da folha salarial nas receitas municipais. Em linhas gerais, cerca de 50% dos municípios gastam um máximo de 40% de suas receitas com os funcionários ativos. Cerca de 60% dos menores municípios (com até 5 mil habitantes) e dos maiores (com mais de 500 mil habitantes) se encontram nesta mesma faixa de gastos.

Por outro lado, deve-se ter em mente que existe um grande número de municípios situados no intervalo de 40 a 60% de despesas com pessoal ativo e, além disso, observou-se que um reduzido grupo de municípios (171) despendiam mais de 60% de suas receitas com funcionários ativos.

Quanto à relação entre despesas com funcionários inativos e as receitas totais das prefeituras, 2,5% dos municípios gastam entre 10 e 20% de suas receitas com os inativos e 1% gastam valores ainda superiores, o que de certa forma tende a exercer pressão sobre o equilíbrio fiscal e financeiro das prefeituras. Em contrapartida, 87% dos municípios despendiam um máximo de 5% das receitas totais com o pagamento dos inativos.

Consórcios intermunicipais

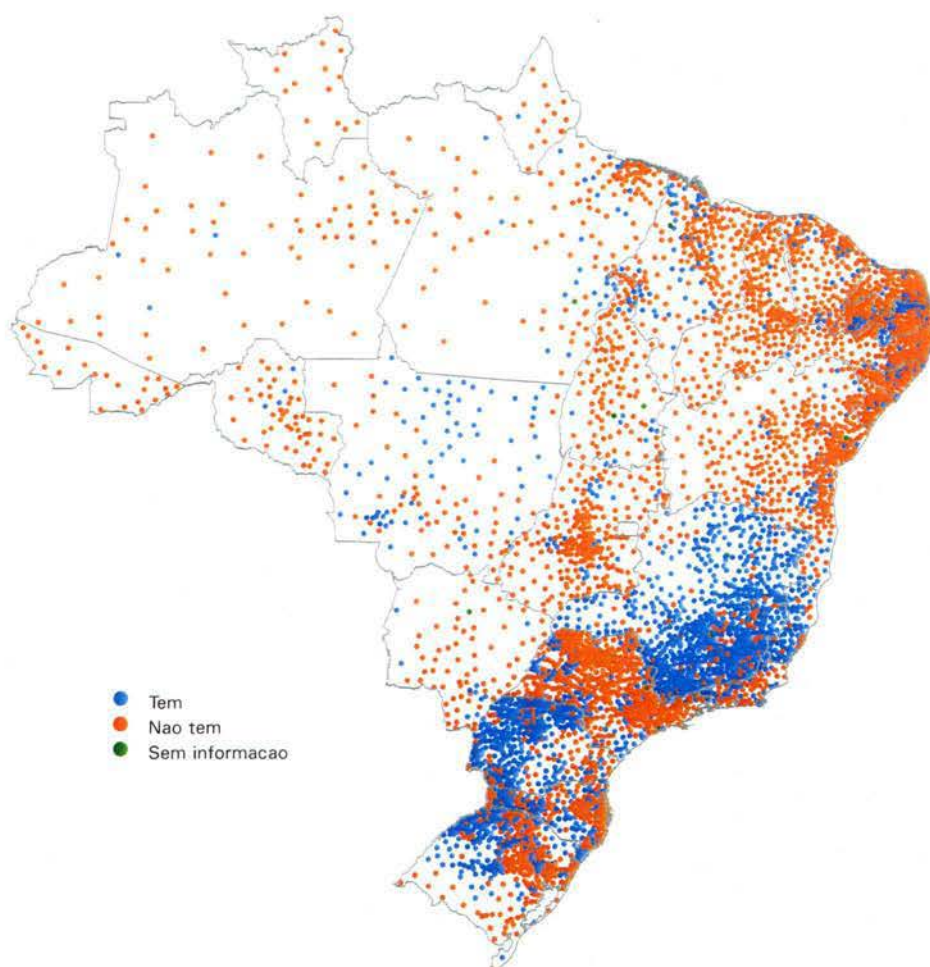
Gráfico 4 - Consórcios municipais existentes - 1999



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 1999.

Nota: O Distrito Federal não foi incluído nos resultados.

Apesar de estar prevista desde a Constituição de 1937, a formação de consórcios intermunicipais intensificou-se a partir dos anos 80, devido ao início e ao desenvolvimento do processo de descentralização administrativa. Recentemente, um maior número de consórcios intermunicipais têm sido organizados como uma forma de gestão, que objetiva reunir recursos de duas ou mais

Cartograma 3 - Existência de consórcios municipais de saúde - 1999

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de População e indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 1999.

Nota: O Distrito Federal não foi incluído nos resultados.

administrações municipais com vistas a atender a população em alguns serviços ou a suprir carências específicas. Verifica-se, entretanto, que o sistema de consórcios municipais, em geral, ainda é muito pouco utilizado.

Entre as áreas de consórcios pesquisadas, destaca-se a de saúde, com cerca de 37% dos municípios do País envolvidos. Destes, a grande maioria situa-se nas faixas de menor população. Entre os municípios com até 5 mil habitantes, cerca de 44% participam de consórcios intermunicipais de saúde. Relativamente à distribuição geográfica, observa-se que são as Regiões Sul (57,8%) e Sudeste (58,8%), as que apresentam os maiores percentuais de municípios participantes de consórcios de saúde.

Nas demais áreas de consórcios pesquisadas - educação, habitação, aquisição de máquinas e equipamentos, abastecimento de água, esgotamento sanitário e limpeza e coleta de lixo - os percentuais de municípios envolvidos atingem 5%, exceto na área de habitação, que não envolveu 1% dos municípios brasileiros.

Outro fato a se destacar é que os consórcios voltados para abastecimento de água, esgotamento sanitário e limpeza e coleta de lixo, ao contrário dos de saúde, geralmente envolvem um maior número de municípios de grande porte populacional (acima de 500 mil habitantes). Para abastecimento de água e para limpeza e coleta de lixo, os consórcios atingem 20% dos municípios entre 500 mil e 1 milhão de habitantes e, nesta mesma faixa, 13,3% dos municípios para esgotamento sanitário. Entre os municípios com mais de 1 milhão de habitantes, 16,7% estão envolvidos em consórcios tanto para abastecimento de água como para esgotamento sanitário e limpeza e coleta de lixo.

Cadastro imobiliário

O cadastro imobiliário viabiliza a arrecadação do IPTU, um dos mais importantes tributos municipais e, para possibilitar a maximização de sua arrecadação, é necessário que este cadastro esteja o mais atualizado possível.

Cerca de 87% dos municípios brasileiros têm cadastro imobiliário, com os percentuais dos municípios que o possuem elevando-se conforme aumenta a população dos mesmos, atingindo 100% dos municípios situados nas faixas superiores a 100 mil habitantes.

Os dados referentes à atualização do cadastro imobiliário demonstram que cerca de 40% dos municípios que têm este cadastro, o atualizaram no ano imediatamente anterior à pesquisa (1998). Dos restantes, cerca de 20% atualizaram os cadastros em 1997, e em torno de 40% em datas anteriores diversas.

Com relação à planta de valores - que especifica as alíquotas para cobrança do IPTU de acordo com a localização na cidade - , verifica-se que a grande maioria dos municípios procura atualizá-la com frequência, pois cerca de 89% dos municípios têm suas plantas de valores atualizadas em um prazo igual ou inferior a cinco anos. Nota-se uma ligeira tendência de decréscimo do percentual de atualização da planta de valores conforme aumenta o porte do município.

Com relação à arrecadação propriamente dita, verifica-se que, em 1998, somente 13% dos municípios arrecadaram imposto territorial de 80% ou mais dos terrenos cadastrados, enquanto 26% dos municípios o arrecadaram em 20% ou menos das unidades cadastradas. Observada a distribuição geográfica da arrecadação, verifica-se ser ela mais efetiva na Região Sul, onde 22,9% dos municípios arrecadaram imposto em 80% ou mais de suas unidades territoriais. Relativamente à arrecadação de unidades prediais, verifica-se que 13,2% dos municípios arrecadaram imposto em 80% ou mais de suas unidades cadastradas, e que 19,9% dos municípios arrecadaram imposto em 20% ou menos dos prédios cadastrados. Observada a distribuição geográfica da arrecadação, mais uma vez ressalta-se a Região Sul como aquela onde a arrecadação é mais efetiva.

Comparados os percentuais de valores efetivamente arrecadados com os valores lançados, ou seja, os valores de arrecadação

previstos, os dados são semelhantes. Cerca de 12% dos municípios arrecadaram 80% ou mais do imposto, destacando-se a Região Sul, com os maiores percentuais de valores arrecadados.

Licenças para construção e alvarás de habitação

Cerca de 2/3 das prefeituras dos 5 506 municípios brasileiros informaram o número de licenças para construção, concedidas em 1997 e 1998. Essa proporção aumenta com o tamanho do município e com o tempo de instalação, sendo estas proporções maiores no Sul (84%) e no Sudeste (70%), ficando as demais Grandes Regiões na faixa de 50%, excetuando-se a Região Norte, situada abaixo desse nível.

Em 1998, foram concedidas cerca de 250 mil licenças para construção no Brasil, representando um aumento de 5% em relação a 1997.

O número de prefeituras que informaram o total de alvarás de habitação concedidos foi um pouco menor do que aquelas que informaram as licenças para construção, situando-se na faixa de 60%. Esse percentual aumenta conforme o porte do município e o tempo de instalação, e foram maiores nas Regiões Sul (80%) e Sudeste (70%), ficando próximo a 50% no Nordeste e no Centro-Oeste, e num patamar bem inferior na Região Norte (29%). Em 1998, foram concedidos cerca de 135 mil alvarás de habitação em todo o País, representando um aumento de 9% em relação a 1997.

Terceirização

Nos últimos anos, um crescente número de empresas passou a contratar outras empresas ou profissionais autônomos para a realização de atividades que, embora necessárias ao seu funcionamento, na maioria das vezes, não constituem atividades ou etapas de produção das atividades-fim.⁴

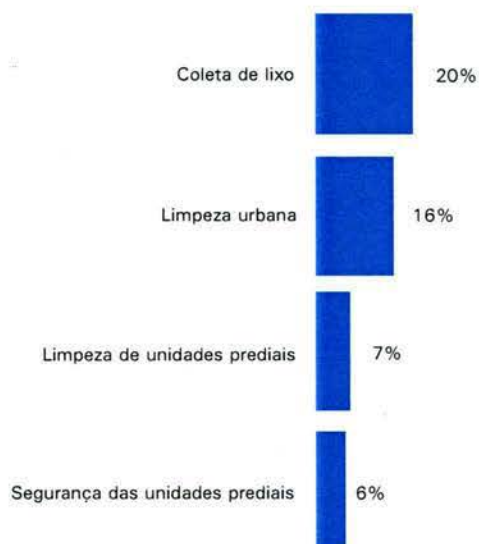
O objetivo das empresas contratantes era concentrar-se mais nas atividades-fim, de modo a realizá-las com maior eficácia e eficiência e reduzir seus custos de produção.

Tal processo ficou conhecido como terceirização de atividades, e também estendeu-se às entidades governamentais, na suposição de que seria uma forma de combater os desperdícios e reduzir os custos da administração pública.

Na presente pesquisa, procurou-se aferir a extensão do processo de terceirização em andamento nos governos municipais, indagando-se a respeito de sua ocorrência em algumas das atividades de serviços contratadas junto a terceiros: a limpeza urbana e a coleta de lixo urbano (serviços prestados à população); e a limpeza dos prédios da administração municipal e os serviços de segurança dos mesmos (serviços destinados ao funcionamento da própria administração).

⁴ Observa-se, contudo, a ocorrência da contratação de atividades ou etapas componentes do próprio processo de produção das empresas.

Gráfico 5 - Serviços municipais terceirizados pelas prefeituras - 1999



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 1999.

Nota: O Distrito Federal não foi incluído nos resultados.

Com a terceirização no País sendo um fenômeno recente, que ganhou impulso no transcorrer da década de 90, não surpreende que ainda sejam relativamente poucos os municípios brasileiros que terceirizam as atividades anteriormente enumeradas (de 5,6% a cerca de 20%).

Estes percentuais, como seria de se

esperar, aumentam de acordo com o porte do município aferido pelo tamanho da população. Nos menores, assim definidos os que possuem até dez mil habitantes, aqueles mesmos percentuais de terceirização destas atividades variam de 3,0 a um máximo 12,8%.

Já nos municípios com maior número de habitantes, a terceirização dos serviços públicos é bem mais significativa, com a limpeza urbana sendo terceirizada em quase 90% dos municípios com mais de 500 mil habitantes e a coleta de lixo em todos. Tal situação repete-se, ainda que em menor escala, nos dois outros serviços investigados, destinados às próprias administrações.

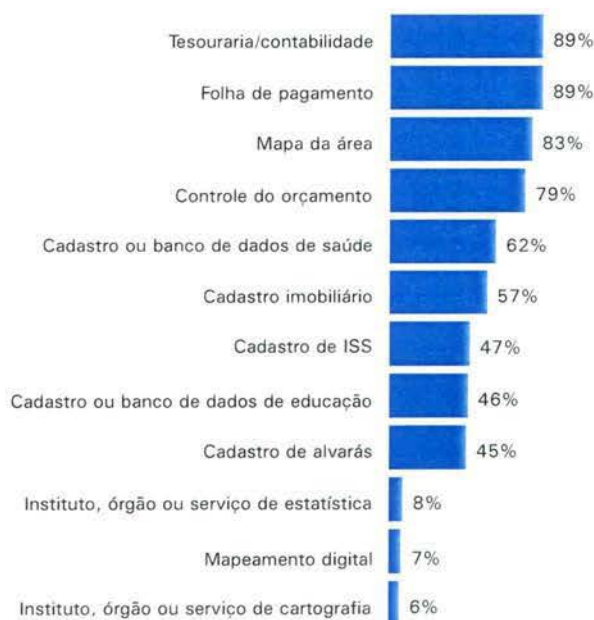
Ao examinar os percentuais de terceirização nas Grandes Regiões do País, observam-se números bem mais modestos. Na verdade, o serviço mais terceirizado, foi o da coleta de lixo, com percentuais próximos de 20% em todas as regiões, exceto a Centro-Oeste, onde é de 14,8%. Interessante ainda é observar que tanto neste como na limpeza de prédios municipais as maiores participações ocorrem nas Regiões Norte e Nordeste do País.

Informatização

Na pesquisa investigou-se a informatização em dez atividades de gestão municipal que, grosso modo, podem ser agrupadas entre atividades voltadas para a própria administração - que alcançam

maior difusão, talvez por serem mais simples e mais essenciais ao seu funcionamento -, e as direcionadas ao atendimento da população⁵. A exceção ficou por conta da atividade de mapeamento digital, envolvendo recursos de informática, e introduzida no País em um período relativamente recente, que existe em cerca de 7% dos municípios apenas. Merece registro, porém, o fato de que na Região Sul esta participação sobe para 14,6% dos municípios.

Gráfico 6 - Serviços municipais informatizados pelas prefeituras - 1999



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 1999.

Nota: O Distrito Federal não foi incluído nos resultados.

as três atividades com menor nível de informatização – cadastro e/ou banco de dados de educação, cadastro de alvarás e de ISS – também são encontradas em cerca de 35% dos municípios brasileiros com até 5 mil habitantes e crescem progressivamente, até alcançar 100% naqueles com mais de 1 milhão.

Em relação à disseminação do uso da informática entre as Grandes Regiões, observa-se em geral uma menor implantação na Norte, seguida pela Nordeste, em quase todas as atividades.

Os dados pesquisados sobre a informatização de atividades de gestão municipal indicam uma inserção cada vez maior deste recurso nas atividades de prestação de serviços públicos municipais no País, muitas vezes tendendo a tornar-se indispensável, tendo em vista as vantagens que apresenta na relação custo/benefício.

Mesmo assim, os dois conjuntos de atividades apresentam níveis expressivos de informatização, ainda que mais elevados nos municípios de maior porte. A folha de pagamento, que é em média a atividade mais informatizada, alcança índices de 90% ou mais nos municípios com um mínimo de dez mil habitantes, mas ocorre em cerca de 85% daqueles com população abaixo disso. Da mesma forma,

⁵ O primeiro inclui os cadastros e/ou bancos de dados de saúde e educação, o patrimônio, a tesouraria/contabilidade, o controle do orçamento e a folha de pagamento. O segundo, os cadastros imobiliário, de ISS e de alvarás.

Legislação e instrumentos de planejamento municipais

A Constituição de 1988 tornou obrigatórios alguns instrumentos básicos de planejamento e, ao lado destes, outros têm sido utilizados para um melhor desempenho das ações de planejamento municipal. O objetivo de se levantar tais informações é de verificar com quais instrumentos os municípios efetivamente estão trabalhando com a finalidade de melhor elaborar o planejamento municipal.

Lei Orgânica Municipal

A Lei Orgânica Municipal é o conjunto de leis básicas de cada município e passou a ser de formulação obrigatória a partir da Constituição Federal de 1988. Desta forma, esperava-se encontrar uma alta frequência de existência da Lei Orgânica Municipal em todas as faixas de população, o que realmente ocorreu. Quando se observam os municípios como um todo, verifica-se que 96,4% possuem Lei Orgânica, sendo que na faixa acima de 200 mil habitantes ela existe em 100% dos municípios.

Relativamente à data da Lei Orgânica, ressaltam-se os altos percentuais de promulgação com até dez anos, refletindo a fase em que esta legislação passou a ser obrigatória. Quando observados os dados por idade do município, verifica-se que, no grupo dos municípios instalados em 1997, ou seja, nos de criação recentíssima, o percentual de existência da Lei Orgânica cai para 88,1%, o que é explicável pois muitos destes municípios ainda não tiveram tempo para se adequarem à lei.

Instrumentos de planejamento municipal

Observadas as situações do Plano Plurianual de Investimentos, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei de Orçamento Anual, legislação obrigatória pelo artigo 165 da Constituição, esperava-se encontrar um alto percentual de municípios que afirmam dispor destes instrumentos, o que realmente ocorreu com relação às Leis de Diretrizes Orçamentárias e do Orçamento Anual, que apresentam altíssimos percentuais de implantação em todas as faixas de população de municípios, chegando a atingir 100% em algumas faixas. Apenas 6,2% e 5,1% dos municípios não dispõem da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei de Orçamento Anual, respectivamente. O Plano Plurianual de Investimentos, entretanto, embora exista também na maioria dos municípios brasileiros (81,1%), apresenta percentuais de implantação inferiores em municípios de todas as faixas de população.

É interessante notar, ainda, que nos municípios criados mais recentemente, ou seja, que foram instalados em 1997 e, portanto, estavam em sua primeira gestão no momento da realização da pesquisa, o cumprimento desta legislação obrigatória encontra-se presente

em um percentual menor de municípios. O Plano Plurianual de Investimentos não existia em 22,4% dos municípios instalados em 1997, enquanto as Leis de Diretrizes Orçamentárias e de Orçamento Anual não foram implementadas em 8,7% e 8,5% destes municípios, respectivamente. Estes fatos são esperados pois os municípios, em suas primeiras gestões, apresentam dificuldades de se adequarem a todas as regulamentações necessárias.

Quando se observam os dados por Grandes Regiões, destacam-se as Regiões Norte e Nordeste como aquelas onde os percentuais de implementação da legislação básica em seus municípios apresentam-se mais baixos.

Embora não sejam de implementação obrigatória, o Plano de Governo ou Plano de Diretrizes Governamentais e o Plano Estratégico são desejáveis no sentido de propiciarem um melhor planejamento governamental.

O Plano de Governo, já de longa data implementado no Brasil por várias gestões municipais, só foi registrado em cerca de 35,8% dos municípios existentes em 1999. Quando se observam os municípios segundo o tamanho da população, os dados são bastante significativos, pois os municípios mais populosos, acima de 50 mil habitantes, com maior frequência têm Plano de Governo, chegando a 83,3% nos municípios de mais de 1 milhão de habitantes.

O Plano Estratégico, de implementação mais recente no País, foi encontrado em apenas 6,5% dos municípios. Quando se observam os dados por tamanho de município, verifica-se que, também neste caso, os percentuais de municípios que elaboraram planos estratégicos são maiores nas faixas de população acima de 50 mil habitantes, chegando a um terço dos municípios na faixa acima de 1 milhão.

Instrumentos de gestão urbana

Este grupo de informações objetiva verificar a situação dos municípios relativamente à gestão urbana, através da situação dos diversos instrumentos de regulação, desde os mais gerais, como plano diretor, perímetro urbano, zoneamento, parcelamento, códigos de obras e de posturas, até os mais específicos como a legislação sobre áreas de interesse especial e social, o solo criado, o IPTU progressivo, operações interligadas, operações urbanas, e transferência do potencial construtivo.

A expectativa com relação aos dados sobre os instrumentos de gestão urbana nos municípios brasileiros era de que seriam mais frequentes nos municípios de maior porte populacional, onde os problemas de gestão urbana tendem a ser mais críticos e, portanto, instrumentos de regulação são mais necessários. De uma maneira geral, os dados encontrados confirmam esta tendência e revelam a necessidade de se estender a regulação para gestão urbana a um número muito maior de municípios do que aqueles onde ela já existe.

Apresentam-se, a seguir, os dados relativos a diversos instrumentos de gestão urbana.

O Plano-Diretor passou a ser obrigatório, desde a Constituição de 1988, para todos os municípios com mais de 20 mil habitantes. Tomando-se o conjunto de municípios brasileiros, apenas cerca de 15% possuem Plano-Diretor. Entretanto, acima do patamar populacional estabelecido, ainda é grande o percentual de municípios que não dispõem de Plano-Diretor, contrariando as expectativas.

Cartograma 4 - Existência de plano-diretor nos municípios - 1999



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 1999.

Nota: O Distrito Federal não foi incluído nos resultados.

Segundo as faixas de população, conforme vai crescendo o porte, são encontrados percentuais maiores de municípios que possuem Plano-Diretor. Na faixa populacional entre 20 e 50 mil habitantes, apenas 20,6% dos municípios têm esse plano. Há Planos-Diretores em 48,7% dos municípios entre 50 e 100 mil habitantes, em 61,3% dos municípios entre 100 e 200 mil habitantes, em 85,3% nos municípios entre 200 e 500 mil habitantes, em 93,3% em municípios entre 500 mil e 1 milhão de habitantes, chegando-se a

100% dos municípios com mais de 1 milhão de habitantes. Apesar de não obrigatório, o Plano-Diretor é também encontrado em municípios com menos de 20 mil habitantes, ainda que em percentuais pouco significativos.

Observando-se os dados segundo o tempo de instalação dos municípios, ressalta-se que, quanto mais antigos os municípios, maiores os percentuais dos que têm Plano-Diretor, possivelmente devido ao fato de que os municípios mais novos, em sua maioria, são de pequeno porte. Por sua vez, quando se observam os dados por Grandes Regiões, destaca-se a Região Sul como aquela onde há um maior percentual de municípios com Plano-Diretor.

Quanto às datas das leis do Plano-Diretor, destaca-se o expressivo percentual de municípios que não souberam informá-las, sendo que o número de municípios nesta situação diminui à medida que aumenta o tamanho da população, ressaltando-se que na faixa acima de 1 milhão todos informaram a data da lei. Deve-se notar também que, nos municípios de maior porte, as leis do Plano-Diretor têm em sua grande maioria menos de dez anos.

A Lei de Perímetro Urbano é de grande importância por delimitar as áreas de cobrança do IPTU municipal e do ITR federal. No País como um todo, 67,3% dos municípios possuem a Lei de Perímetro Urbano. Ela apresenta-se em maiores percentuais de municípios do que o Plano-Diretor, em todas as faixas de população, com uma tendência também ao aumento dos percentuais nos municípios mais populosos. Na faixa acima de 1 milhão, apenas os Municípios do Rio de Janeiro, Salvador e Curitiba não apresentam Lei de Perímetro Urbano. No caso do Rio de Janeiro e de Curitiba, toda a área destes municípios é considerada urbana.

Quanto à distribuição espacial, novamente a Região Sul é aquela que apresenta um maior percentual de municípios onde há Lei de Perímetro Urbano. Relativamente à data desta lei, observa-se que um maior número de municípios foi capaz de informá-la e que, na maioria destes, a lei tem menos de dez anos.

A Lei de Parcelamento do Solo está implementada em cerca de 28% dos municípios, apresentando maiores percentuais de regulamentação conforme aumenta o porte dos municípios, elevando-se acentuadamente a partir dos municípios de médio porte, ou seja, acima de 50 mil habitantes. Nos municípios de grande porte, de 200 mil habitantes ou mais, os percentuais de regulamentação da lei variam de cerca de 93% até 100%, naqueles com mais de 1 milhão de habitantes.

Quanto à distribuição geográfica, mais uma vez é na Região Sul onde a Lei é encontrada em um maior percentual de municípios (56,7%). Nesta região também é menor o percentual de municípios que não informaram a data da lei (44,1%) que, em geral, não foi informada por grande parte dos municípios como um todo (72,4%). Quando informada a data da lei, verifica-se, em sua maioria, uma idade de até dez anos.

A Lei de Zoneamento ou equivalente só existe em 21,6% dos municípios brasileiros. Como na legislação comentada anteriormente, tendências semelhantes se confirmam. A Lei de Zoneamento ou equiva-

lente existe principalmente nos municípios de médio e grande portes, atingindo a totalidade dos municípios de mais de 500 000 habitantes.

Segundo a distribuição espacial, mais uma vez destaca-se a Região Sul pelo maior percentual de municípios com a Lei de Zoneamento regulamentada, e menor percentual de municípios que não puderam informar a data de implementação. É de até dez anos a idade desta legislação na maioria dos municípios que a informaram.

O Código de Obras existe em cerca de 40% dos municípios brasileiros, aparecendo também com mais freqüência nos municípios de médio e grande portes, abrangendo mais de 90% nos municípios acima de 200 mil habitantes e em 100% nos municípios de 500 mil a 1 milhão de habitantes. Observada a distribuição geográfica, novamente a Região Sul é aquela onde há maior percentual de municípios com Código de Obras (58,7%), seguindo-se as Regiões Centro-Oeste e Sudeste, com 50,2% e 46,3%, respectivamente. Cerca de 60% dos municípios que possuem este instrumento não informaram a sua data, sendo de até dez anos a idade do Código de Obras na maioria dos municípios que a declararam.

O Código de Posturas vigora em 56,3% dos municípios brasileiros, apresentando também uma tendência de ser mais freqüentemente encontrado nos municípios de maior porte, embora os percentuais daqueles municípios que têm este Código não cresçam sempre proporcionalmente ao tamanho da população. Segundo a distribuição geográfica, as Regiões Centro-Oeste (76,2%) e Sul (70%) destacam-se como aquelas onde há um maior percentual de municípios com Código de Posturas. Cerca de 47% dos municípios brasileiros que possuem este instrumento não souberam informar as datas dessa legislação. Entretanto, entre os municípios que a informaram, observa-se que a maioria tem o Código atualizado há dez anos ou menos.

Como era esperado, a legislação sobre áreas de interesse especial e sobre áreas de interesse social aparece em um reduzido percentual de municípios - em 8,8% e 8,2% dos mesmos, respectivamente -, sendo mais freqüente nos municípios de maior porte populacional. Observando-se as faixas de ano de instalação dos municípios, verifica-se que os percentuais dos que possuem estas legislações, são maiores naquelas faixas de ano de criação mais antigas.

Segundo a distribuição geográfica dos municípios que possuem esta legislação, destacam-se as Regiões Sul e Sudeste, onde os percentuais são mais elevados. Quando observadas as datas desta legislação, um percentual elevadíssimo de municípios não as informaram e, quando o fizeram, na maioria dos casos, a legislação tinha até dez anos.

A freqüência de municípios que possuem outros instrumentos de planejamento urbano vem corroborar as expectativas e as observações realizadas para os demais instrumentos de gestão urbana. Cerca de 18% dos municípios apresentam outros instrumentos de planejamento urbano, sejam eles operações interligadas, operações urbanas, IPTU progressivo, solo criado ou transferência de potencial construtivo. Mais uma vez, o percentual dos municípios que têm pelo menos um destes instrumentos aumenta conforme o porte dos municípios.

Descentralização e desconcentração administrativa

Os Conselhos Municipais constituem instâncias da sociedade civil que representam direitos e interesses específicos que se articulam com os poderes constituídos não apenas no âmbito local, mas também estadual e federal.

A existência dos Conselhos, incrementados após a promulgação da Constituição de 1988, além do seu papel na ampliação da participação direta e qualificada das demandas locais, tornaram-se também importantes para a elaboração e acompanhamento de políticas públicas setoriais, muitas vezes sendo a sua existência um dos pré-requisitos para aporte de recursos.

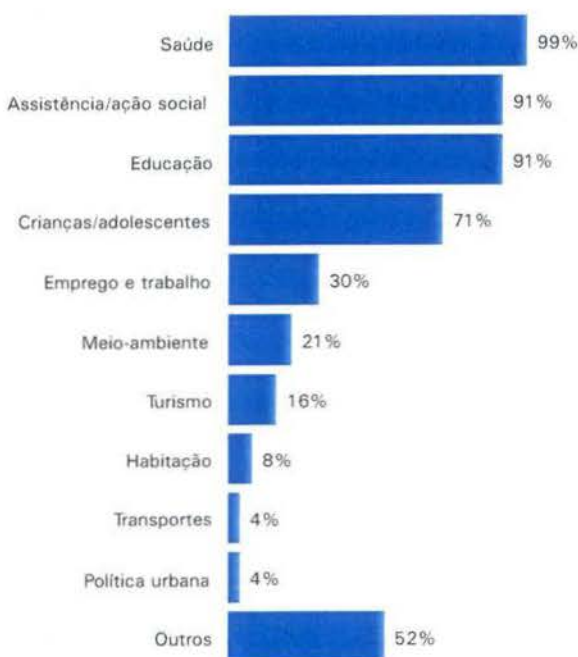
O crescente significado dos Conselhos Municipais para a inserção política e para a gestão local também pode ser aferido por algumas de suas características como regulamentação e instalação, paridade, função deliberativa e administração de recursos (fundo municipal).

A Pesquisa Municipal contabilizou 26,9 mil Conselhos espalhados pelo País em 1999, uma média de 4,9 conselhos por município, o que é um primeiro indicador da sua magnitude. Alguns Conselhos têm cobertura nacional, como o caso de Saúde, Assistência Social e Educação (acima de 90% dos municípios), seguidos pelo de Crianças e Adolescentes (71%), evidenciando, assim, que são as dimensões sociais básicas que refletem a formação destas instâncias

participativas. Os Conselhos de Emprego e Trabalho, que têm por objetivo a vitalização da economia local e a busca de atenuantes para o agravamento da situação do desemprego no país nos últimos anos, encontram-se presentes em 30% dos municípios.

Se a dimensão social responde pela maior parte da formação dos Conselhos Municipais, os temas relativos às políticas setoriais,

Gráfico 7 - Existência de conselhos municipais - 1999



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 1999.

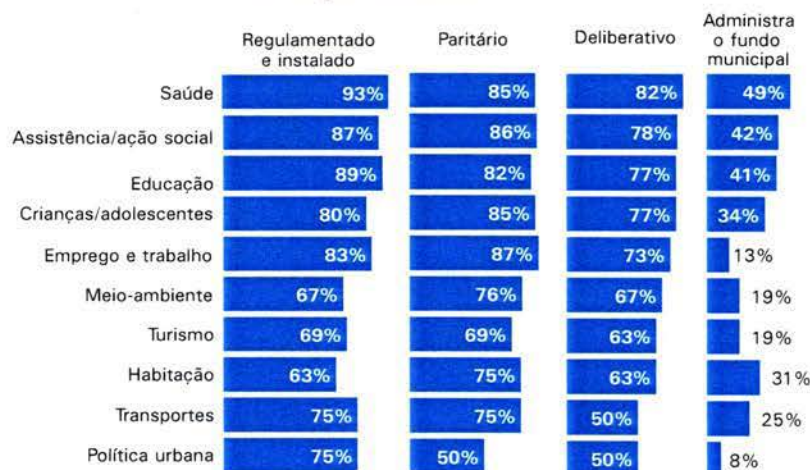
Nota: O Distrito Federal não foi incluído nos resultados.

considerando o seu conteúdo social, também merecem destaque. Assim, do total dos municípios, 21% apresentam Conselhos relacionados ao Meio Ambiente, 16% ao Turismo, 8% à Habitação, 4% aos Transportes e 4% à Política Urbana.

A pluralidade de existência de Conselhos não foi totalmente avaliada pela Pesquisa Municipal, pois mais da metade dos municípios (52%) têm outros tipos de Conselhos não associados às dimensões acima descritas.

A maior parte dos Conselhos Municipais encontra-se regulamentada e instalada, é paritária e deliberativa, especialmente os conselhos de características mais marcadamente sociais (Saúde, Assistência Social, Educação, Crianças e Adolescentes e Emprego e Trabalho), os quais, conforme assinalado, têm a maior cobertura nacional.

Gráfico 8 - Características dos conselhos municipais existentes - 1999

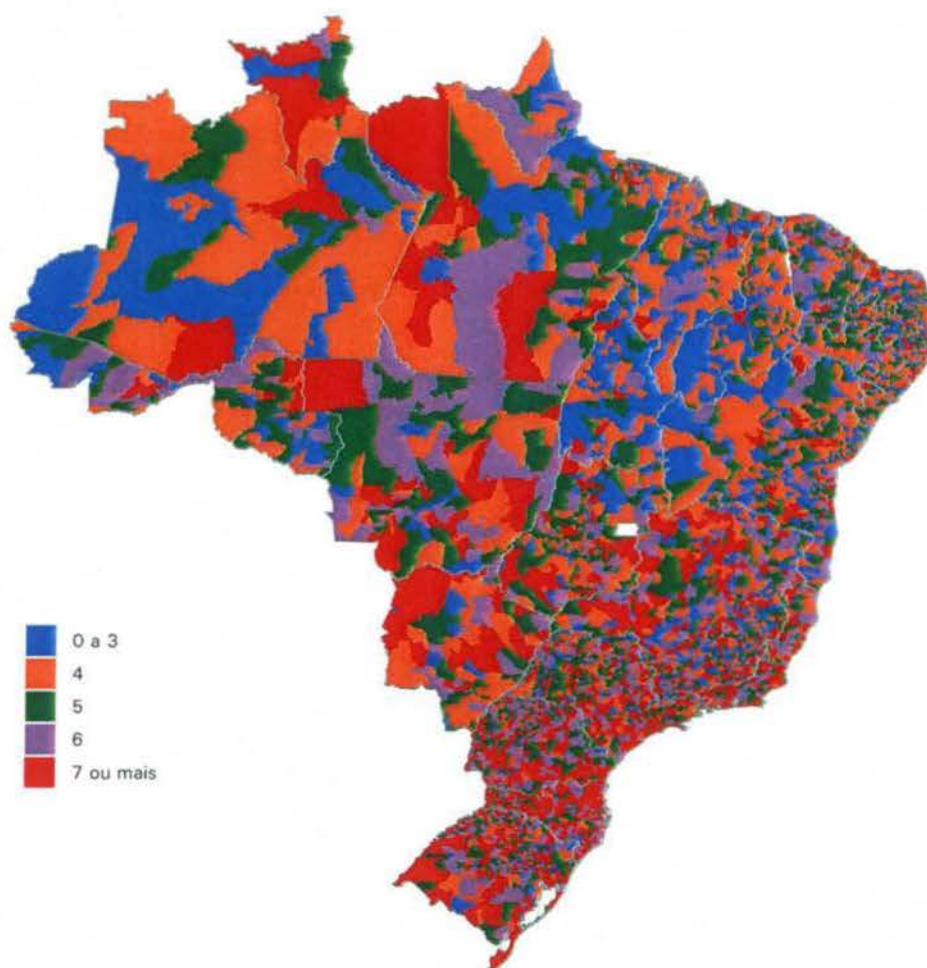


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 1999.

Nota: O Distrito Federal não foi incluído nos resultados.

Apesar do seu impacto na vida local, os Conselhos ainda não administram, em sua maioria, os fundos municipais correlatos. O padrão observado para a gestão financeira se repete - maiores proporções de gestão financeira para os Conselhos eminentemente sociais, variando entre 34% e 49%. Cabe destacar a administração dos fundos pelos Conselhos de Habitação (31%) e Transportes (25%).

A correlação entre o número de Conselhos e o tamanho da população é significativa: quanto mais populoso o município maior tende a ser o número de Conselhos existentes. Os municípios, com até 5 mil habitantes têm uma média de 4,3 Conselhos, valor que cresce continuamente até atingir oito Conselhos, para os municípios com população residente acima de 1 milhão.

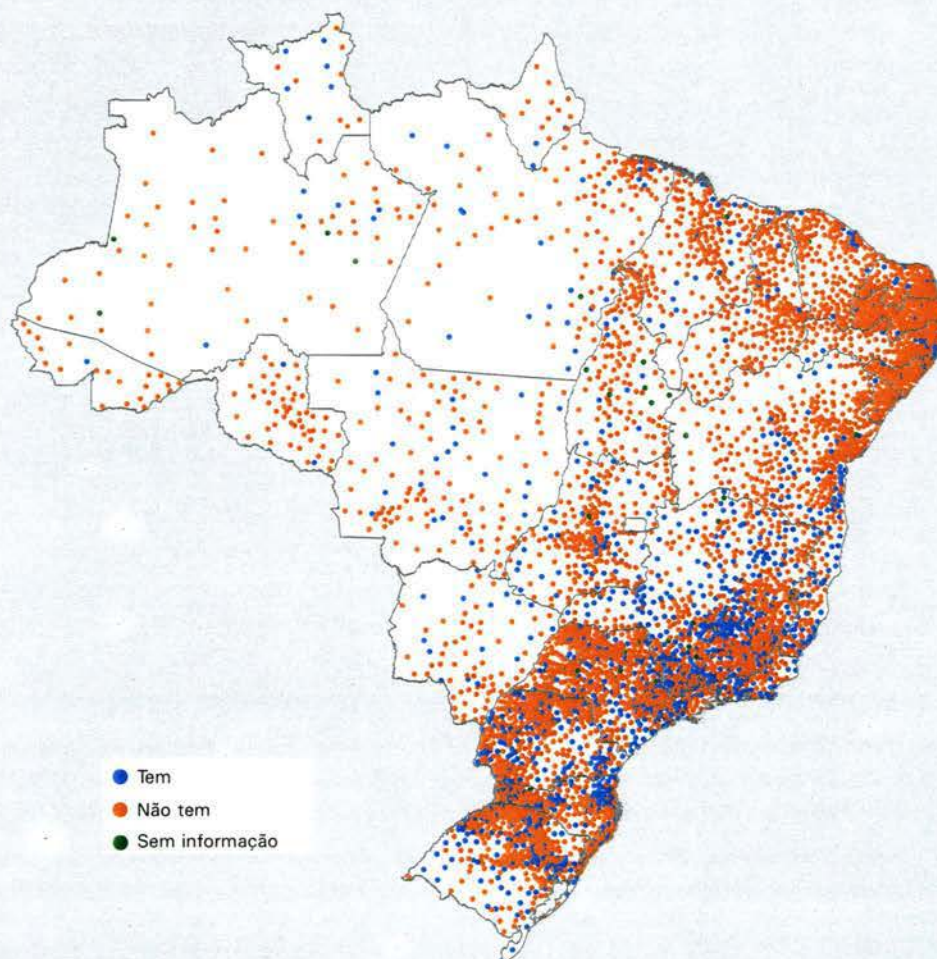
Cartograma 5 - Número de conselhos municipais existentes - 1999

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 1999.

Nota: O Distrito Federal não foi incluído nos resultados.

Este diferencial entre pequenos e grandes municípios é observado para os Conselhos em geral, embora seja mais acentuado quanto aqueles Conselho relativos aos direitos das Crianças e Adolescentes e aos Conselhos de conteúdo mais diretamente ligado às políticas específicas e setoriais (Turismo, Habitação, Meio Ambiente, Transportes e Política Urbana).

Cartograma 6 - Existência de conselho de meio ambiente - 1999

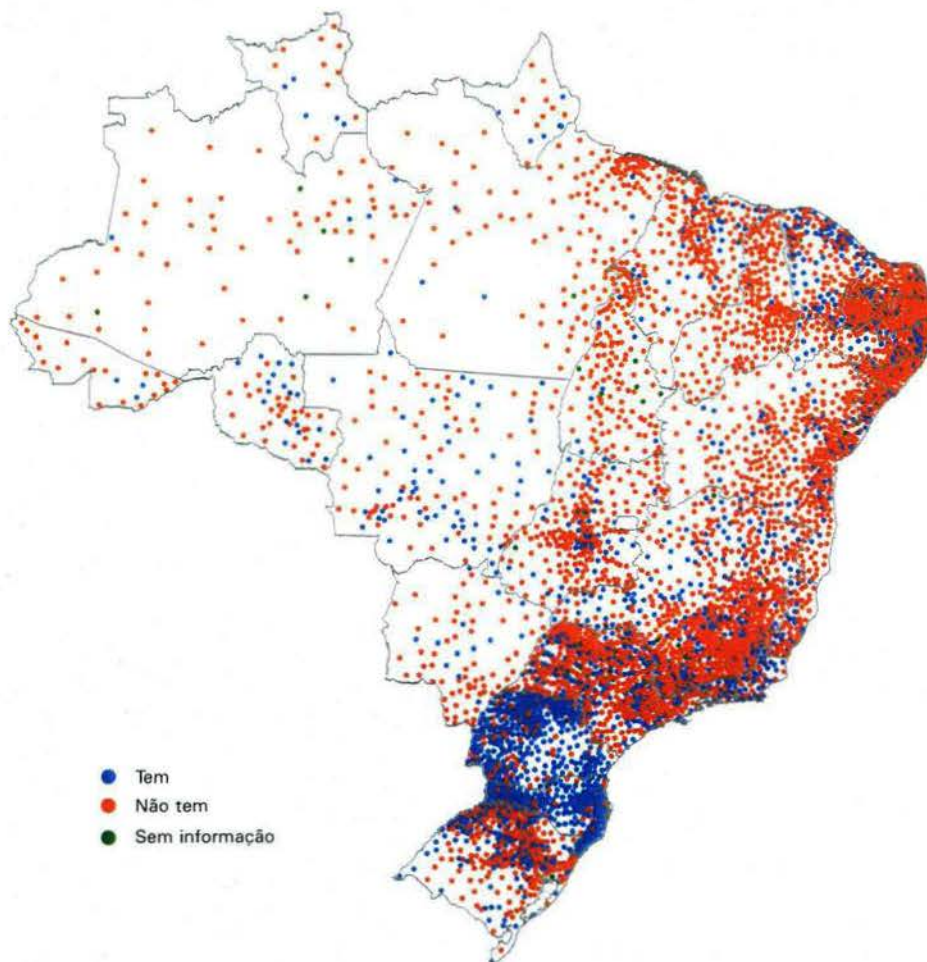


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de População e indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 1999.

Nota: O Distrito Federal não foi incluído nos resultados.

Quanto ao ano de instalação, não existe uma variação significativa pelas faixas observadas, que situam-se em torno da média de Conselhos para o conjunto dos municípios (4,9). A média mais elevada encontra-se nos municípios mais antigos, instalados antes de 1940 (5,4), situando-se também entre as maiores proporções para cada tipo de Conselho.

Cartograma 7 - Existência de conselho de trabalho e emprego nos municípios 1999

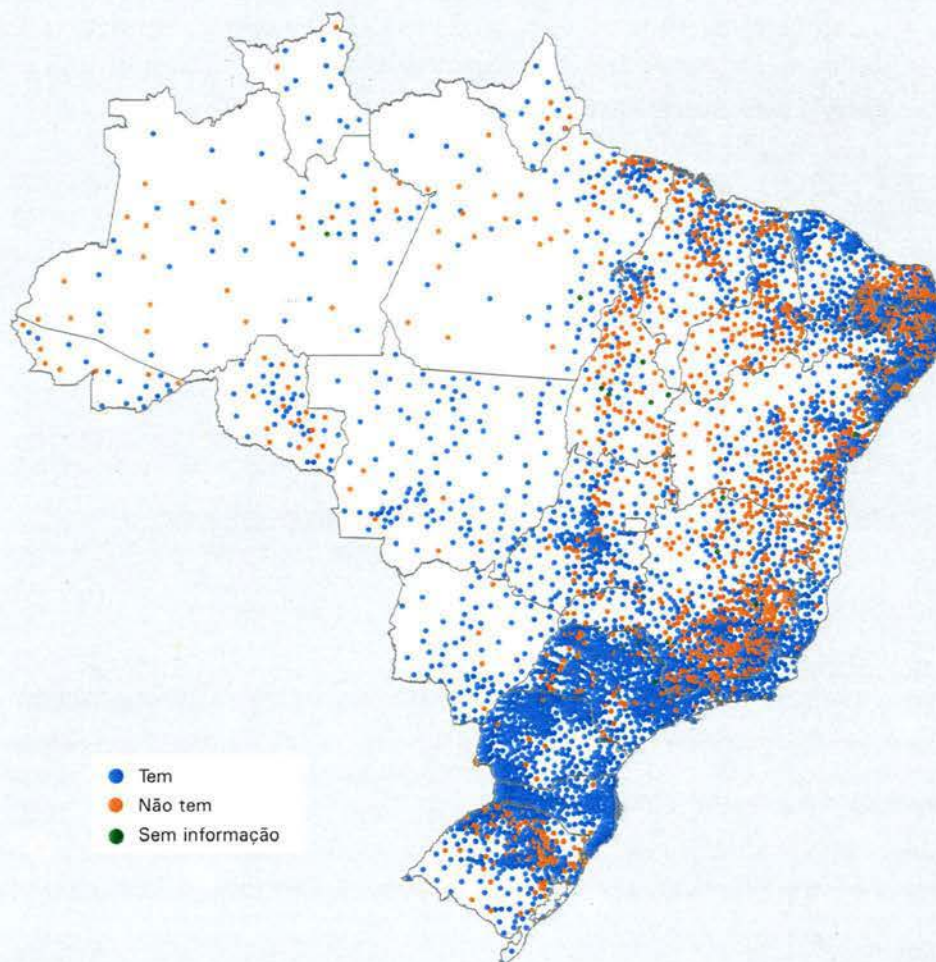


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de População e indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 1999.

Nota: O Distrito Federal não foi incluído nos resultados.

Diferenças entre as regiões brasileiras também podem ser observadas, reafirmando sua tradicional segmentação territorial. A Região Sul detém os mais altos valores para as médias municipais de existência de Conselho (5,9), seguida pela Centro-Oeste (5,0) e Sudeste (4,9). As Regiões Nordeste e Norte apresentam as menores médias (4,3 e 4,1, respectivamente).

Cartograma 8 - Existência de conselho de crianças e adolescentes nos municípios 1999



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de População e indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 1999.

Nota: O Distrito Federal não foi incluído nos resultados.

Políticas setoriais

Infra-estrutura urbana

As 5 496 prefeituras que informaram o percentual de vias pavimentadas - apenas dez não responderam ao quesito - afirmaram possuir, em média, 60% das vias urbanas pavimentadas, inexistindo diferenças expressivas nesse percentual, conforme o porte do município - medido pela população total -, exceto para aqueles com população superior a 1 milhão de habitantes, que declararam ter em média 73% das vias urbanas pavimentadas. Os municípios recentemente criados - a partir de 1989 - informaram possuir, em média, cerca de 40% das vias urbanas pavimentadas, indicando um nível de infraestrutura urbana inferior aos demais.

Comparando-se os municípios pertencentes às Grandes Regiões do País, detectam-se diferenças expressivas no percentual médio de vias urbanas pavimentadas. Os municípios da Região Sudeste apresentaram o maior percentual (74%), enquanto os da Região Norte o menor (46%), com as três regiões restantes situando-se próximas a 60% de vias urbanas pavimentadas.

A iluminação das vias públicas é mais freqüente do que a pavimentação das vias urbanas brasileiras, com 86% das mesmas contando com esse tipo de equipamento urbano, e ocorrendo pouca variação de acordo com o porte dos municípios, assim como em relação a seu tempo de instalação. Os mais antigos situam-se na faixa média de 90% e, os mais novos, na faixa de 80%, percentual médio elevado se comparado com o de vias urbanas pavimentadas nesses municípios (em torno de 40%). As diferenças regionais também são menos expressivas, com a Região Sudeste situando-se em torno de 90%, seguida das Regiões Sul, Nordeste e Centro-Oeste, na faixa de 85% e, finalmente, a Região Norte com cerca de 70% de iluminação das vias públicas urbanas.

Políticas e programas habitacionais

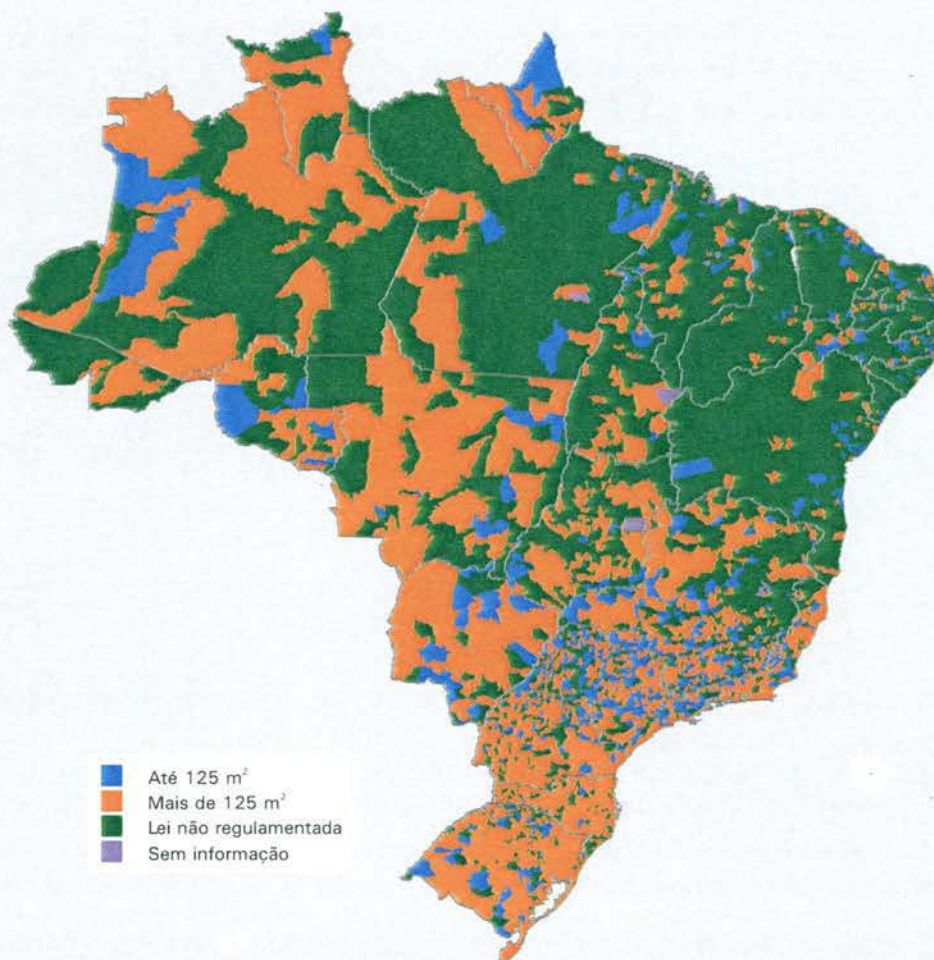
Lote mínimo estabelecido por lei

O tamanho do lote mínimo definido por lei (parcelamento do solo ou equivalente) é um importante instrumento de gestão urbana para a questão habitacional, pois quanto maiores as dimensões estabelecidas para o lote mínimo, maior será a dificuldade de implantação de programas de habitação popular. No Brasil, 46% das prefeituras informaram dispor na legislação local de dispositivo com essa regulamentação, proporção que varia conforme o porte dos municípios - 40% nos municípios com até 20 mil habitantes e 90% nos com mais de 100 mil habitantes -, indicando que essa é uma questão que afeta mais fortemente os grandes centros urbanos. Entretanto, não há uma grande variação nessa relação considerando o ano de instalação dos municípios.

Entre as Grandes Regiões do País, há uma expressiva discrepância nessa proporção - 77% na Sul e 62% na Sudeste, 45% no Centro-Oeste, 30% no Norte, e menos de 30% na Nordeste.

Entre os municípios que dispõem de legislação, os que estabeleceram o lote mínimo como áreas maiores que 125 m² respondem por cerca de 75% do total, enquanto os 25% restantes definiram o lote mínimo como áreas menores que 125 m², situação esta que é mais presente nos municípios brasileiros com mais de 500 mil habitantes (50%). Ressalta-se, ainda, que essa proporção é elevada nas Regiões Nordeste (46%) e Sudeste (37%), enquanto na Região Sul, apenas 10% dos municípios definiram o lote mínimo como áreas menores do que 125 m².

Cartograma 9 - Tamanho do lote mínimo destinado a habitação nos municípios 1999



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de População e indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 1999.

Nota: O Distrito Federal não foi incluído nos resultados.

Programas de habitação e órgão específico para política de habitação

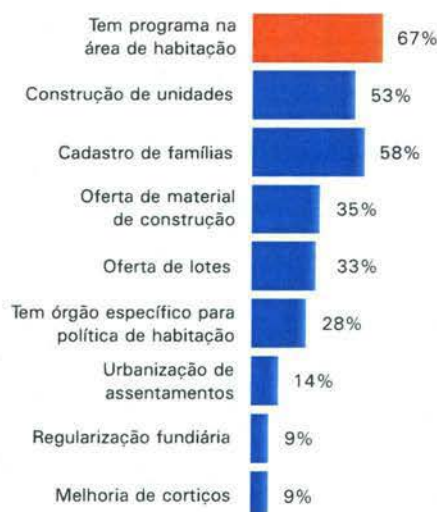
No Brasil, cerca de 67% dos municípios, totalizando 3 710, executaram ações e/ou programas na área de habitação no período de gestão 1997/1999.

Do total destas prefeituras, cerca de 40% dispunham de órgão específico para a implementação de políticas habitacionais, proporção que cresce conforme o porte e o tempo decorrido desde a instalação do município. Analisando-se esses municípios, segundo as Grandes Regiões, a Sul destaca-se em relação às demais com 48% de seus municípios possuindo órgão específico, enquanto nas demais regiões a existência destes órgãos situa-se num patamar em torno de 35%.

Para as prefeituras que não dispõem de órgão específico, cerca de 60%, essa proporção eleva-se sistematicamente quanto menor o porte dos municípios - atingindo cerca de 75% dentre aqueles de menor porte. Quanto ao ano de instalação, a proporção é maior quanto mais novos forem os municípios.

Finalizando, observa-se que dos 5 506 municípios brasileiros⁶, 3 170 possuem cadastro de famílias interessadas em programas habitacionais, sendo que destes, aproximadamente 80% desenvolvem ações e/ou programas na área habitacional.

Gráfico 9 - Programas de habitação dos municípios - 1999



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 1999.

Nota: O Distrito Federal não foi incluído nos resultados.

Construção de habitações

De 67% dos municípios com programas na área de habitação, cerca de 80% desenvolvem programas de construção de habitações, beneficiando um total de mais de 340 mil famílias. Praticamente não há variação dessa proporção conforme o porte e o tempo de instalação dos municípios.

Entre as Grandes Regiões, a Sul (86%) e a Nordeste (73%) são aquelas que apresentam um expressivo número de prefeituras que possuem programas de construção de habitações.

Oferta de lotes

De 67% dos municípios com programas na área de habitação, cerca de 50% apresentam programas de oferta de lotes, beneficiando um total de aproximadamente 345 mil famílias. Essa proporção varia conforme o porte do município - situando-se em uma faixa próxima a 50%, entre os menores, e acima de 60%, entre os maiores, o mesmo não ocorrendo com os municípios classificados, segundo os anos de instalação, que não apresentam variações significativas em relação à média.

Segundo as Grandes Regiões, a Norte (74%) e a Centro-Oeste (63%) são aquelas que apresentam os percentuais mais significativos de municípios com programas de oferta de lotes, com as demais regiões situando-se em um patamar próximo a 50%.

Urbanização de assentamentos

Apenas cerca de 20% dos municípios com programas na área de habitação possuem aqueles relacionados à urbanização de assentamentos, beneficiando um total de mais de 350 mil famílias.

⁶ Exceto Brasília. Ver Notas técnicas.

Essa proporção varia consideravelmente conforme o porte dos municípios - de 10% para os menores a mais de 80% para os maiores.

Entre os municípios pertencentes às Grandes Regiões, a existência destes programas varia numa escala entre 20% e 30%, para Sudeste e Nordeste, respectivamente.

Regularização fundiária

Dos municípios com programas na área de habitação, apenas cerca de 14% possuem programa de regularização fundiária, beneficiando aproximadamente 300 mil famílias. Do mesmo modo que nos municípios com programas de urbanização de assentamentos, há uma grande variação dessa proporção, conforme o porte dos municípios - de menos de 10% entre os menores a 80% entre os maiores. Classificados os municípios, segundo o ano de sua instalação, observa-se uma percentagem média de 20% dos municípios mais antigos com programas deste tipo e, de 10% ou menos, para os mais novos, ressaltando-se que essas percentagens, de acordo com cada ano de instalação, apresentem comportamento irregular.

Entre as Grandes Regiões, a Norte alcançou a maior proporção de municípios com programas de regularização fundiária (24%), enquanto a Nordeste a menor (10%).

Oferta de material de construção

Dos municípios com programas na área de habitação, mais de 50% apresentam programa de oferta de material de construção, proporção esta que não varia significativamente, considerados o porte e o tempo de instalação dos municípios.

Esta situação difere, quando analisados os municípios segundo as Grandes Regiões, que apresentam variações em um intervalo de 32% (Sul) a 66% (Nordeste), com as demais regiões situando-se na faixa de 50 a 55% dos municípios, que possuem programa de oferta de material de construção.

Melhoria de cortiços

Apenas 13% dos municípios com programas na área de habitação possuem aqueles relacionados à melhoria de cortiços⁷, que beneficiam um total de aproximadamente 46 mil famílias. Essa proporção cresce de acordo com o tamanho do município, em torno de 10% nos menores, até cerca de 40% nos maiores, o mesmo não ocorrendo, segundo as faixas de anos de constituição dos municípios, que não apresentam variações significativas.

Por sua vez, segundo às Grandes Regiões, a existência destes programas varia entre um intervalo de cerca de 7%, para as Regiões Centro-Oeste e Norte, a 17%, na Nordeste.

⁷ Ver Glossário.

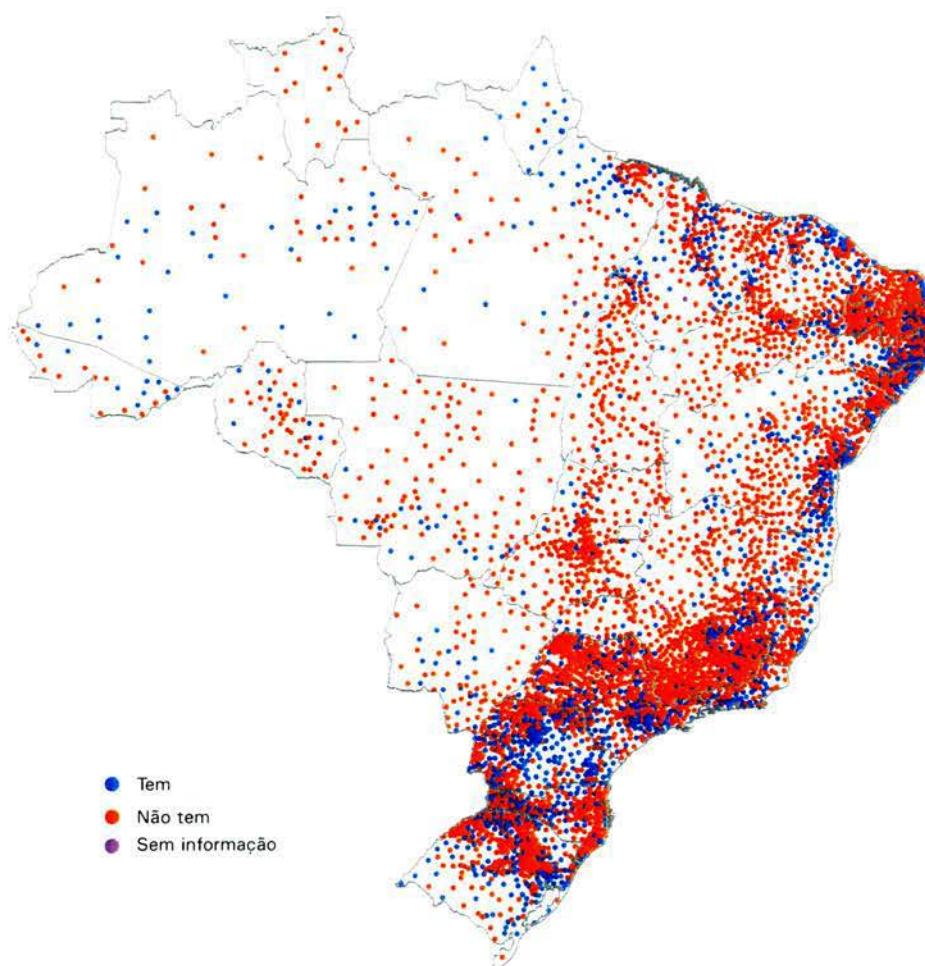
Levantamento de carências habitacionais

Existência e cadastro de favelas

Das 5 427 prefeituras que responderam as indagações relacionadas à existência de favelas⁸, cerca de 28% apontaram sua presença no município. Essa proporção aumenta acentuadamente conforme o tamanho dos municípios, de 10% entre os menores para 100% entre os maiores, bem como entre os municípios com instalações mais recentes (20%) e aqueles mais antigos (40%).

Há também uma discrepância entre as proporções dos municípios componentes das Grandes Regiões que declararam a existência de favelas, abrangendo um intervalo de 13% (Centro-Oeste) a 38% (Sul).

Cartograma 10 - Existência de favelas ou assemelhados nos municípios 1999



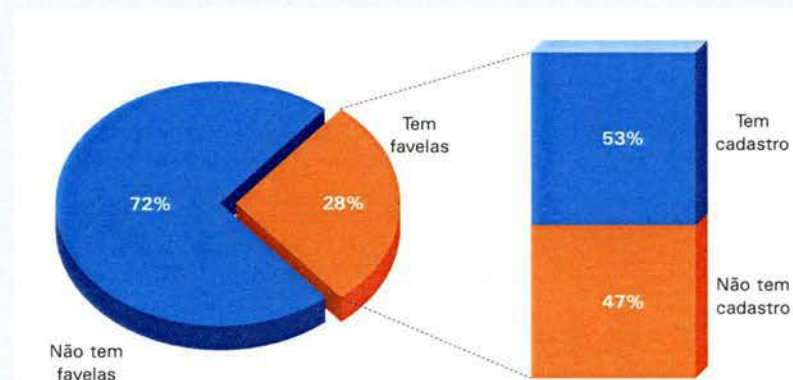
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de População e indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 1999.

Nota: O Distrito Federal não foi incluído nos resultados.

⁸ O conceito de favela é o utilizado por cada prefeitura para construção de seus cadastros.

Entre os municípios com a presença de favelas, 53% possuem algum tipo de cadastro das mesmas, sendo que destes cerca de 40% declararam possuir um cadastramento completo. Estão cadastrados pelas prefeituras, no País, um total de 930 mil domicílios situados em favelas.

Gráfico 10 - Existência de favelas e de cadastro nos municípios - 1999



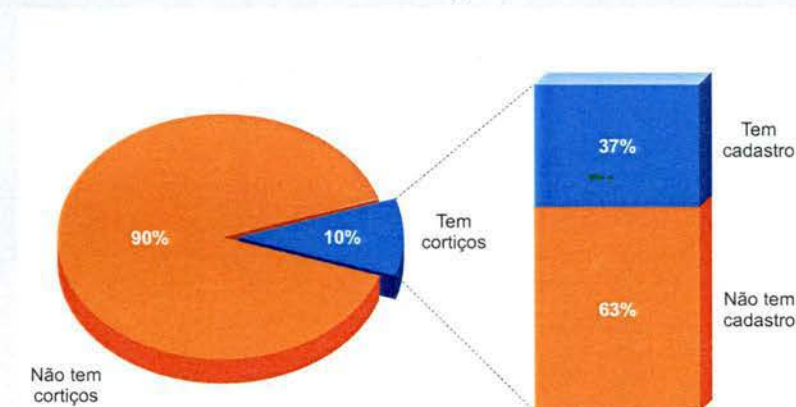
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 1999.

Nota: O Distrito Federal não foi incluído nos resultados.

expressivamente conforme o porte dos municípios de 3%, entre os menores, a 73% entre os maiores. Por outro lado, a existência de cortiços nos municípios de instalação mais antiga (17%) predomina sobre os mais novos (5%).

Entre as Grandes Regiões, destaca-se a Centro-Oeste, com apenas 3% de seus municípios possuindo cortiços.

Gráfico 11- Existência de cortiços e de cadastro nos municípios - 1999



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 1999.

Nota: O Distrito Federal não foi incluído nos resultados.

Existência e cadastro de cortiços

Apenas 10% das 5 373 prefeituras que prestaram informações relacionadas à existência dos cortiços apontaram sua existência entre as unidades habitacionais dos municípios, proporção esta que cresce ex-

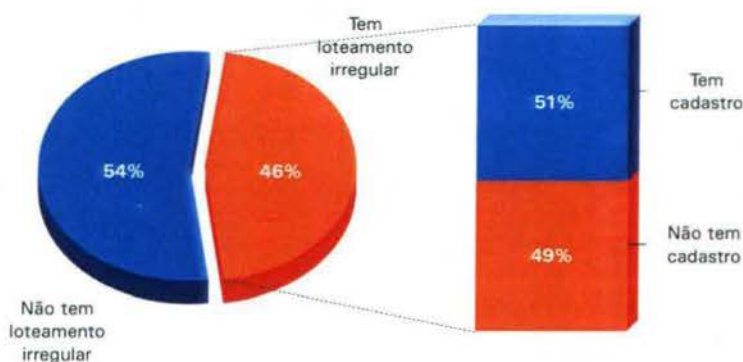
Dentre os municípios com a existência de cortiços, 37% possuem algum tipo de cadastro dos mesmos, sendo que destes, cerca de 40% declararam possuir um cadastramento completo. Segundo as prefeituras, no País, há cerca de 30 mil domicílios cadastrados como cortiços.

Existência e cadastro de loteamentos irregulares

Das 5 315 prefeituras que informaram sobre a existência de loteamentos irregulares, aproximadamente 46% declararam sua presença nos municípios. Essa proporção é crescente conforme o tamanho dos municípios, de 30%, entre os menores, a 100%, entre os maiores, e o tempo de instalação dos mesmos, de 40%, entre os mais novos, a 58% entre os mais antigos.

Os municípios que possuem loteamentos irregulares apresentam participações superiores a 50% em relação aos municípios componentes das Regiões Sul e Sudeste, de 45%, dentre aqueles situados nas Norte e Centro-Oeste e, finalmente, cerca de 32%, dentre aqueles da Nordeste.

Gráfico 12 - Existência de loteamento irregular e de cadastro nos municípios - 1999



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 1999.

Nota: O Distrito Federal não foi incluído nos resultados.

Dos municípios com loteamentos irregulares, 51% possuem algum tipo de cadastramento dos mesmos e, dentre estes, somente a metade, um cadastramento completo. Segundo as prefeituras, no País, há cerca de 63 mil loteamentos irregulares cadastrados.

Programas de geração de empregos e renda

Aproximadamente 58% das prefeituras brasileiras concedem algum tipo de incentivo para a implantação de atividades econômicas nos municípios. Essa proporção varia conforme o tamanho dos municípios, situando-se num intervalo de 50% a 73%, e o tempo de constituição dos mesmos, com os municípios mais antigos concedendo incentivos com maior frequência do que os mais novos.

Dentre as Grandes Regiões, há também diferenciações significativas quanto à concessão de incentivos para a implantação de atividades econômicas nos seus municípios componentes, com a proporção de prefeituras que adotam tal estratégia situando-se em um intervalo que varia de 44%, na Nordeste, a 79%, na Sul.

Dentre as prefeituras que concedem incentivos, a modalidade mais comumente utilizada é a doação de terras (72%), seguida da isenção de IPTU, ISS ou outros incentivos fiscais (60%). Por outro lado, a doação de terras predomina nos municípios menores, enquanto a isenção do IPTU e/ou do ISS nos maiores.

Gráfico 13 - Existência e tipos de incentivos municipais, para atrair atividades econômicas - 1999



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 1999.

Nota: O Distrito Federal não foi incluído nos resultados.

ações que visam à geração de empregos e renda, destacando-se as participações desses programas nos municípios da Região Sul (62%), naqueles de instalação mais antiga (cerca de 60%) e entre os de maior porte (superior a 90%).

Dentre as Grandes Regiões do País, é na Sul que a concessão de incentivos fiscais para a implantação de atividades econômicas se apresenta mais frequente, enquanto nas Regiões Norte e Centro-Oeste, as doações de terras prevalecem.

Cerca de 47% das prefeituras do País possuem outros programas ou

Justiça e segurança pública

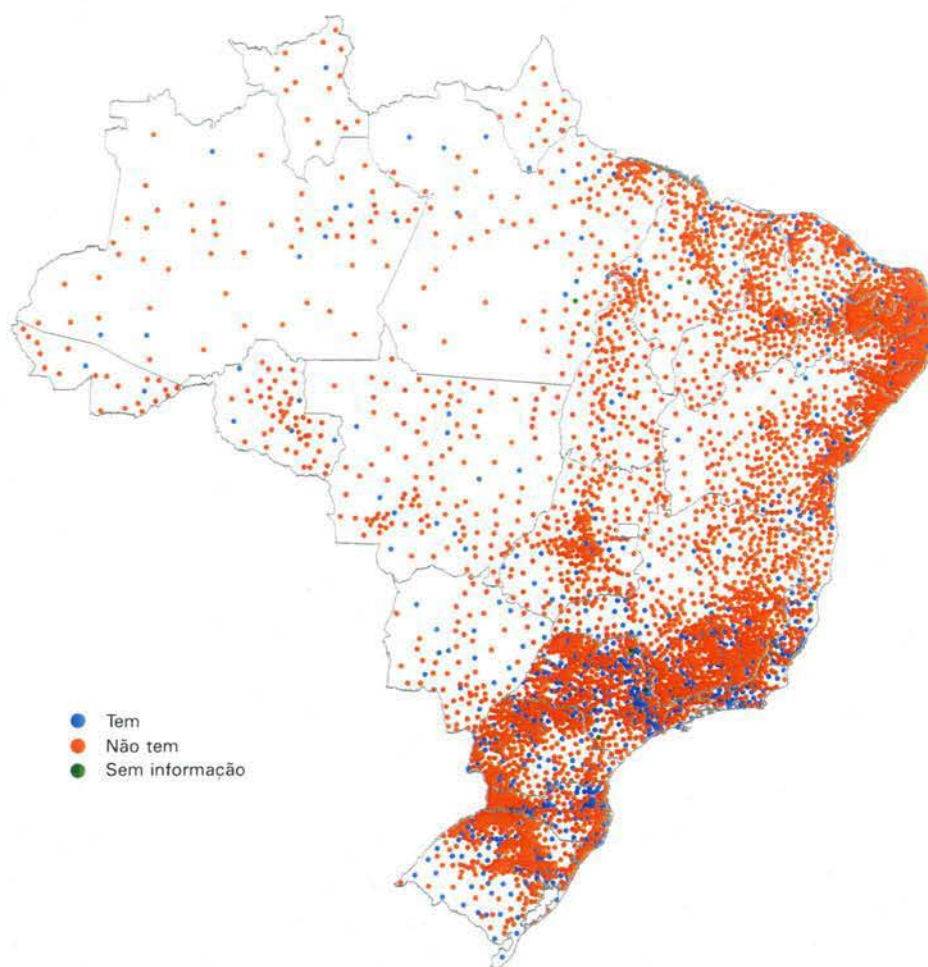
A pesquisa buscou examinar a existência de instrumentos e instituições que permitem o acesso à justiça e garantem melhores condições de segurança pública à população dos municípios. Os dois temas, justiça e segurança, constituem preocupações centrais da sociedade brasileira. O problema da segurança pública encontra-se no âmago das questões sociais em debate no País. O aumento dos índices de violência e de criminalidade, sobretudo nas duas últimas décadas, passou a ocupar papel de destaque entre as principais políticas públicas dos governos, nas esferas federal, estadual e municipal. As instituições de segurança pública aqui abordadas são a Guarda Municipal, Delegacias de Mulheres e Defesa Civil.

O amplo acesso à justiça significa disponibilizar para o conjunto da população um sistema público ágil e eficiente para a defesa de direitos e solução de conflitos. A maioria das instituições examinadas na pesquisa são de competência exclusiva do poder público, outras, como o Conselho Tutelar, são compostas por membros da sociedade civil e do poder judiciário. Há, ainda, o caso da Comissão de Defesa do Consumidor, composta por entidades civis de consumidores, associações de fornecedores e sindicatos.

Comissão de Defesa do Consumidor

A atuação da Comissão de Defesa do Consumidor constitui um exemplo de exercício de cidadania. Esta Comissão é organizada por entidades civis na defesa dos direitos do consumidor. No entanto, a sua existência só é expressiva nos médios e grandes municípios, acima de 100 mil habitantes, onde, provavelmente, a sociedade civil está mais organizada e, conseqüentemente, consciente de seus direitos de consumidor.

Cartograma 11 - Existência de comissão de defesa do consumidor nos municípios - 1999



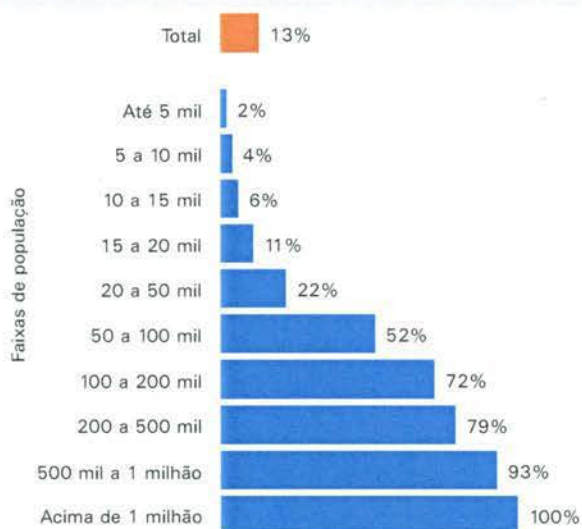
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de População e indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 1999.

Nota: O Distrito Federal não foi incluído nos resultados.

Chama atenção o fato de que, segundo os resultados da Pesquisa Municipal, apenas 5% dos municípios com população de até 20 mil habitantes possuem Comissões de Defesa do Consumidor.

Observa-se também que estas Comissões existem em mais de um quarto (26,6%) dos municípios instalados antes de 1940, ao passo que, quanto mais jovens os municípios, menor a proporção das Comissões em funcionamento.

Gráfico 14 - Existência de comissão de defesa do consumidor, por faixas de população nos municípios - 1999



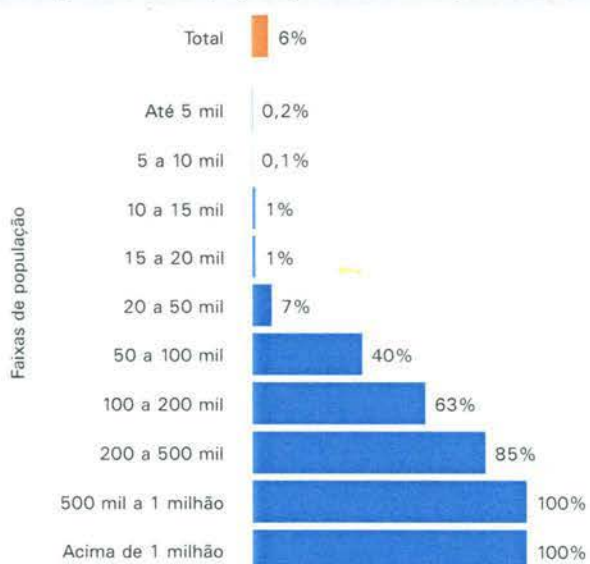
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 1999.

Nota: O Distrito Federal não foi incluído nos resultados.

Delegacias de Mulheres

O processo de criação das Delegacias de Mulheres teve sua origem no debate organizado pelo movimento feminista acerca da violência contra a mulher, principalmente nos grandes centros urbanos. Baseou-se na experiência dos chamados SOS Mulher, que

Gráfico 15 - Existência de delegacia ou núcleo de mulheres, por faixas de população nos municípios - 1999



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 1999.

Nota: O Distrito Federal não foi incluído nos resultados.

As Regiões Sudeste e Sul são aquelas com maiores proporções de municípios com Comissão de Defesa do Consumidor, 18,5% e 16,6%, respectivamente, o que pode ser atribuído ao maior nível de desenvolvimento destas regiões.

atendiam casos de mulheres vítimas de violência doméstica, estupro, e outros tipos de violência e contavam com mulheres voluntárias para este atendimento. A primeira Delegacia de Mulheres foi criada em São Paulo, em meados da década de 80.

As Delegacias de Mulheres são órgãos com poder de polícia, que atendem às mulheres vitima-

Cartograma 12 - Existência de delegacia ou núcleo de mulheres nos municípios - 1999

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 1999.

Nota: O Distrito Federal não foi incluído nos resultados.

das, disponibilizando o seu acesso à justiça. A experiência das primeiras delegacias mostrou que a disposição das mulheres em relatar crimes ou ameaças sofridas é maior quando atendidas em delegacias especializadas, uma vez que a experiência em delegacias policiais tradicionais não é boa, ocorrendo, muitas vezes, a minimização do problema em casos de estupro ou de violência doméstica.

Deve-se destacar o fato de que entre os municípios com até 20 mil habitantes, as Delegacias de Mulheres praticamente inexistem (0,4%). Observa-se que a grande maioria (85,3%) dos municípios de tamanho populacional entre 200 e 500 mil habitantes possuem Delegacias de Mulheres, demonstrando um avanço importante no aparato institucional voltado para a segurança das mulheres. Todos os municípios com população acima de 500 mil habitantes possuem Delegacias ou Núcleos de Mulheres. No entanto, o número de municípios brasileiros que dispõem deste tipo de serviço é muito baixo: apenas 347 municípios, aproximadamente 7% do total.

Defesa Civil

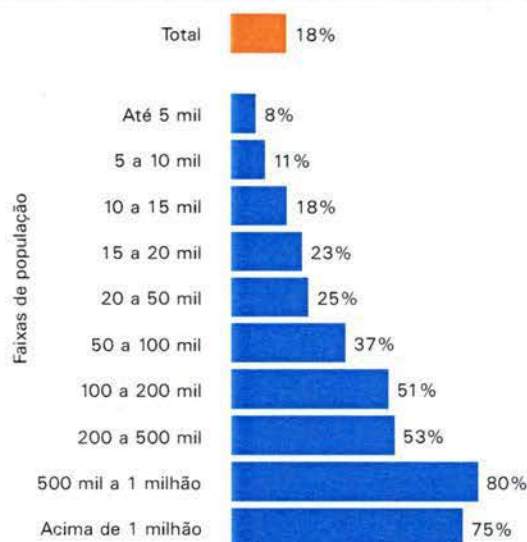
A Defesa Civil é um órgão que tem como atribuições legais realizar vistorias preventivas, isolamento e interdição de áreas de risco, assim como atividades de prevenção, combate ao fogo, busca e salvamento.

Cerca de um terço dos municípios com até 5 mil habitantes possuem Defesa Civil, que se encontra mais presente entre os municípios de maior porte populacional. Dentre as regiões examinadas, a Sul apresenta a maior proporção, cerca de 61%. Aproximadamente 38% dos municípios brasileiros possuem Defesa Civil.

Guarda Municipal

A Guarda Municipal constitui-se de um corpo de servidores municipais responsável pela guarda do patrimônio municipal – proteção dos bens, serviços e instalações do município. Suas funções são principalmente voltadas ao atendimento do público, garantindo a observância de regras de conduta previstas em lei. Desenvolvem, ainda, atividades como patrulhamento ostensivo a pé e motorizado, atendimento de ocorrências policiais, auxílio à Polícia Militar, fiscalização do trânsito, entre outras.

Gráfico 16 - Existência de guarda municipal, por faixas de população - 1999



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 1999.

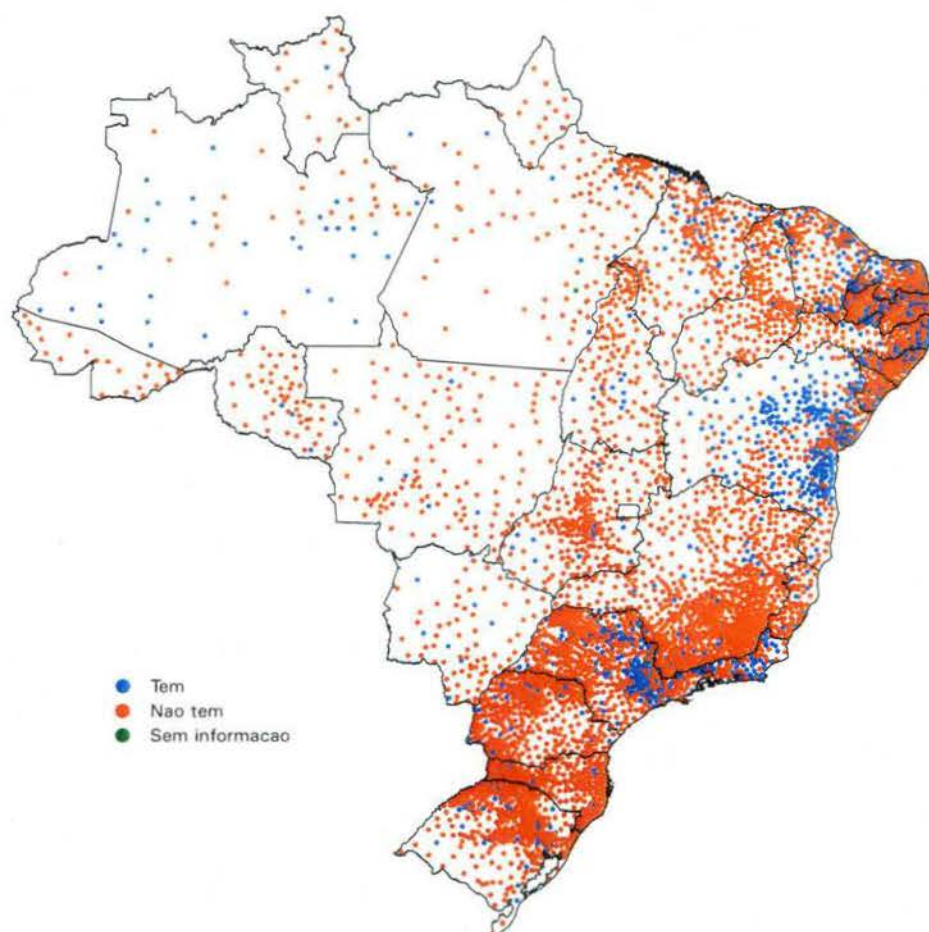
Nota: O Distrito Federal não foi incluído nos resultados.

De acordo com os dados examinados, apenas 13% dos municípios com até 20 mil habitantes possuem guarda municipal. A grande maioria dos municípios com população superior a 500 mil habitantes dispõe deste aparato de segurança.

Os resultados da pesquisa revelam que 82,4% dos municípios do País não dispõem

deste serviço de segurança.

É importante destacar que, dentre as Grandes Regiões brasileiras, a Nordeste apresenta a maior proporção (30,8%) de municípios com Guarda Municipal, o dobro daquela encontrada nos municípios da Região Sudeste (15,6%).

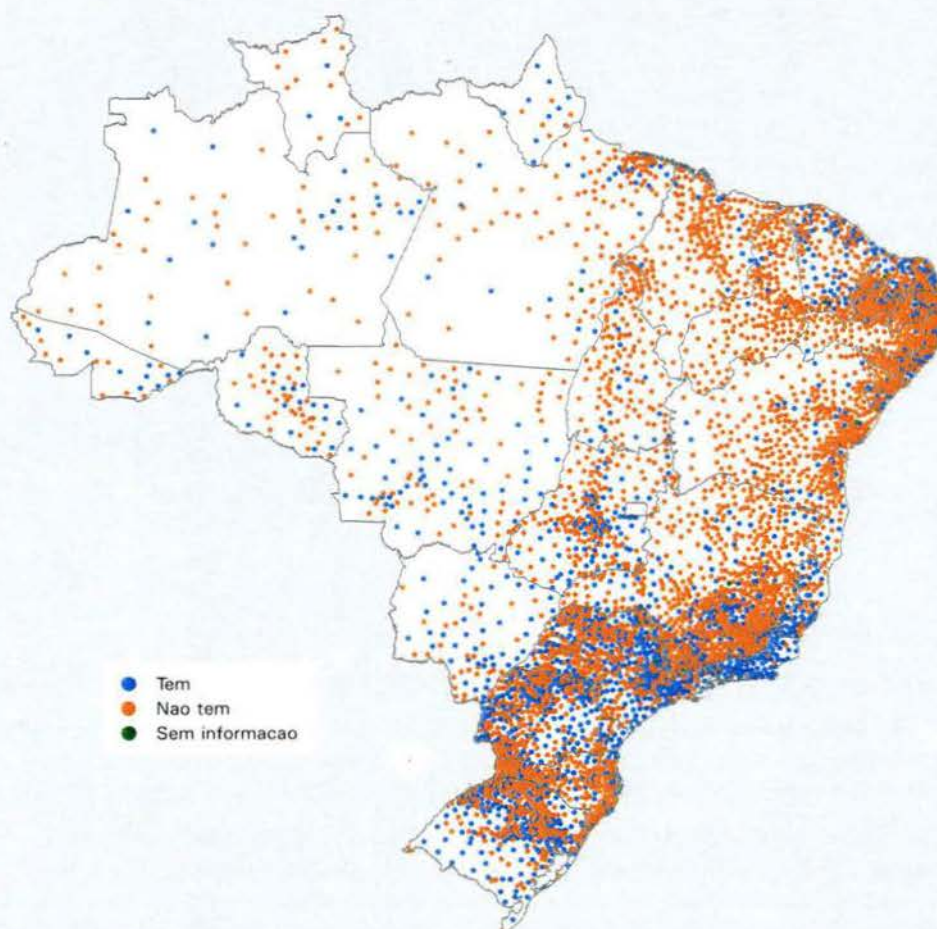
Cartograma 13 - Existencia de guarda municipal - 1999

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de População e indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 1999.

Nota: O Distrito Federal não foi incluído nos resultados.

Juizados de Pequenas Causas

Os Juizados de Pequenas Causas são órgãos criados em 1984, a partir da percepção da necessidade de instrumentos mais ágeis para a resolução de conflitos, devido ao congestionamento das instâncias tradicionais de Justiça. Estes tribunais permitem, ainda, que camadas mais desassistidas da população tenham acesso à justiça. De modo geral, buscam a conciliação, evitando a instauração de processos.

Cartograma 14 - Existência de juizado de pequenas causas nos municípios - 1999

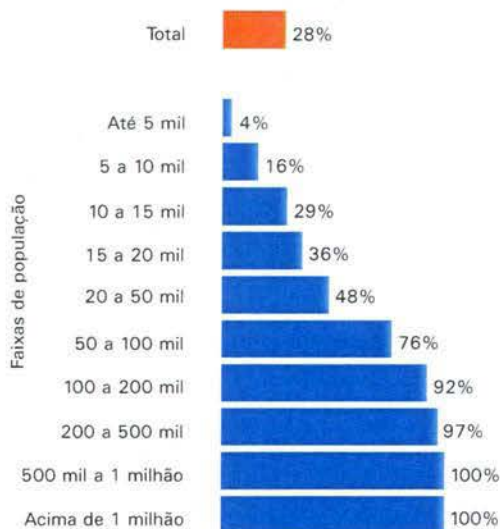
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 1999.

Nota: O Distrito Federal não foi incluído nos resultados.

De acordo com os resultados da pesquisa, os Juizados existem em todos os grandes municípios. Contudo, apenas uma parcela ínfima (3,6%) dos municípios com até 5 mil habitantes dispõe deste instrumento.

Observados os resultados regionais, as maiores proporções de municípios com Tribunais de Pequenas Causas em funcionamento concentram-se na Sudeste, com aproximadamente 35%, na Sul, com 36% e na Centro-Oeste, com 40,6%.

Gráfico 17 - Existência de juizado de pequenas causas, por faixas de população nos municípios - 1999



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 1999.

Nota: O Distrito Federal não foi incluído nos resultados.

Conselho Tutelar

O Conselho Tutelar é um órgão municipal, permanente e autônomo, composto por membros da sociedade e do poder judiciário, que são escolhidos pela comunidade local. Tem como função garantir o cumprimento dos direitos de crianças e adolescentes, definidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

De todos os instrumentos referentes ao funcionamento da justiça, este Conselho é o que tem uma maior prevalência entre os municípios menores, com até 20 mil habitantes: praticamente na metade (45,9%) deles funciona esta instituição.

Mais da metade dos municípios brasileiros dispõem de Conselho Tutelar. As Regiões Sul (82,1%) e Centro-Oeste (74,2%) são as que apresentam as maiores proporções de municípios com este Conselho.

Sede de comarca

Uma comarca é uma circunscrição judiciária formada por um ou mais municípios, em área contínua, tendo como sede o município que lhe dá o nome. Para criação de comarcas, existem alguns requisitos legais, tais como população mínima de 15 mil habitantes e número de eleitores superior a 8 mil.

Para que um município seja sede de comarca, a lei exige que nele existam edifícios públicos com capacidade e condições para a instalação do fórum, cadeia pública e quartel do destacamento policial.

Quase a metade dos municípios brasileiros constituem sede de comarca, o mesmo ocorrendo com mais de 90% dos municípios nas faixas de população com mais de 20 mil habitantes.

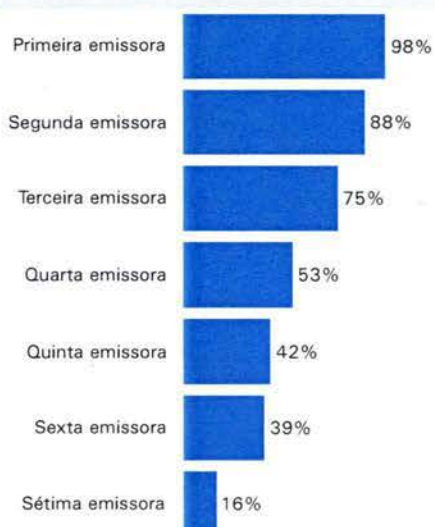
Comunicação, comércio e equipamentos culturais e de lazer

Os dados da pesquisa permitem avaliar a situação dos municípios brasileiros no que diz respeito ao comércio, aos meios de comunicação, à oferta de equipamentos culturais, esportivos e de lazer. Além disso, possibilitam verificar o surgimento de novas modalidades de tecnologia.

Meios de comunicação

Os resultados obtidos sobre as redes de TV sintonizadas, isto é, cuja imagem é captada⁹ nos municípios mostram a predominância de uma emissora, que é sintonizada em quase todos os municípios, independentemente de seu porte populacional. Mesmo nos menores municípios, com até 5 mil habitantes, a sintonia desta rede de TV atinge a proporção de 98,3%.

Gráfico 18 - Existência de emissoras de televisão sintonizadas nos municípios - 1999



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 1999.

Nota: O Distrito Federal não foi incluído nos resultados.

gião Sudeste, onde a sintonização desta rede ocorre em 98,3% dos municípios.

Não foram registradas diferenças significativas entre as diversas regiões quanto ao percentual, bastante elevado, de municípios que sintonizam essa emissora. No nível nacional, este percentual é de 98%.

A segunda emissora sintonizada está presente em aproximadamente 90% dos municípios brasileiros.

Destaca-se a Re-

⁹ É importante ressaltar que os resultados referem-se somente à sintonia, à possibilidade de captação de imagem, e não medem o nível de audiência desses canais de TV.

Quanto à implantação de novas tecnologias, tais como acesso à Internet e à TV a cabo, observou-se que os municípios mais novos e os de menor população têm, em geral, menos recursos e não atraem investimentos desta natureza. Apenas 1,7% dos municípios com até 5 mil habitantes possuem TV a cabo. Entre aqueles instalados a partir de 1997, somente 2,8% possuem este equipamento. No entanto, deve-se destacar que cerca de 60% dos municípios entre 200 mil e 1 milhão de habitantes possuem cabeamento para fins de programação televisiva.

Contudo, vale ressaltar que embora muitos municípios possuam cabeamento, este restringe-se a determinadas áreas e bairros, não atingindo o município em sua totalidade.

Os dados sobre provedor de Internet revelam que esta inovação tem um alcance um pouco maior. Embora entre os municípios com população de até 20 mil habitantes, o acesso à Internet atinja apenas 5,5%, é importante ressaltar que, à medida que aumenta o porte populacional, cresce o número de municípios com provedor de rede. Enquanto cerca de 70% dos municípios com mais de 50 mil habitantes dispõem deste recurso tecnológico, ele encontra-se presente em todos aqueles que têm mais de 1 milhão de habitante.

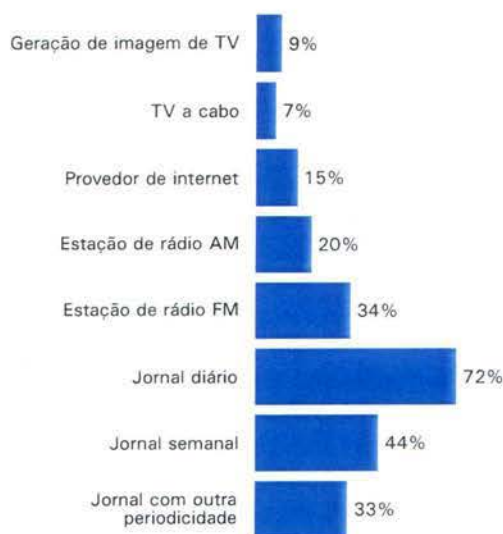
Outro aspecto pesquisado, ligado ao tema meios de comunicação, é a quantidade de estações de rádio geradoras de sinal existentes nos municípios. Ressalta-se que a grande maioria dos municípios brasileiros não as possui, sendo da ordem de 77% para

as rádios AMs¹⁰

e 63% para as FMs, embora a maioria dos municípios brasileiros sintonize várias estações.

As proporções de rádios geradoras de sinal crescem, conforme aumenta o tamanho da população do município. As rádios AMs, por exemplo, existem em apenas 0,8% dos que têm até 5 mil habitantes e em todos os que

Gráfico 19 - Existência de meios de comunicação nos municípios - 1999



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 1999.

Nota: O Distrito Federal não foi incluído nos resultados.

¹⁰ Alguns poucos desses casos são de municípios contíguos a capitais ou cidades de maior porte, que acabam por compartilhar as rádios AMs com estas últimas.

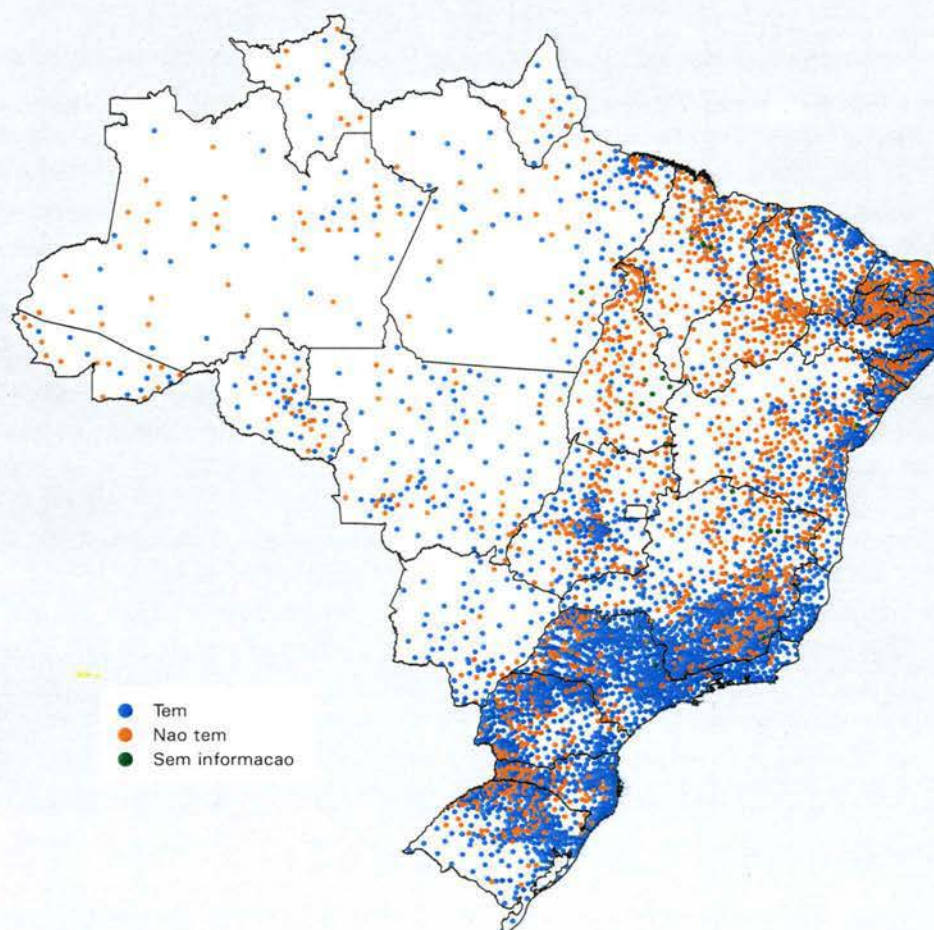
têm mais de 1 milhão. Observa-se que, dos municípios que têm estações de rádio, a grande maioria possui apenas uma. Da mesma forma, este número vai aumentando nos de maior população.

Comércio

O tema Comércio aparece sob forma genérica na consulta sobre a existência de *shopping center* e, mais especificamente, na modalidade de comércio voltado para bens culturais, como livrarias, loja de discos/fitas e CDs e videolocadoras.

Os dois primeiros gêneros de loja apresentam resultados semelhantes. Tanto as livrarias como as lojas que vendem discos/fitas e CDs são muito raras nos municípios de até 5 mil habitantes, com percentuais de 13,6% e 5,6%, respectivamente. Nos municípios com mais de 50 mil habitantes, a incidência deste tipo de loja é da ordem de 90% e, naturalmente, todos os grandes centros urbanos possuem este gênero de comércio.

Cartograma 15 - Existência de videolocadora nos municípios - 1999



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de População e indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 1999.

Nota: O Distrito Federal não foi incluído nos resultados.

A Região Sul destaca-se com a maioria (60%) de seus municípios possuindo livrarias, ao passo que, em relação à venda de discos, fitas e CDs, a Sudeste e a Sul apresentam os maiores percentuais (40%). Aproximadamente 65% dos municípios brasileiros não possuem livrarias nem lojas de CDs e fitas.

A existência de videolocadoras é um fenômeno a parte no comércio de bens culturais. Sua frequência é maior do que a de livrarias e lojas de discos, mesmo entre os municípios com até 5 mil habitantes (31,4%). A maioria (70%) dos municípios com mais de 10 mil habitantes possui lojas de aluguel de vídeos, que estão presentes em todos os municípios com população superior a 100 mil habitantes. A profusão de videolocadoras talvez possa ser explicada pela universalização do cinema e pelo fascínio que este, aliado à comodidade proporcionada pela televisão, exerce sobre as pessoas. A ausência de salas de cinema nos municípios com até 20 mil habitantes e mesmo naqueles maiores, com população de até 100 mil habitantes também constitui um fator de estímulo para a instalação de videolocadoras nestes municípios.

A presença de *shopping center* nos municípios com até 10 mil habitantes é quase nula (0,6%). É entre os municípios com população superior a 50 mil habitantes que a proporção dos que possuem este gênero de centro comercial (30%) começa a ter alguma expressão. Todos os municípios com mais de 500 mil habitantes possuem *shoppings*, e estes ocupam grandes dimensões de área em municípios deste porte populacional. Além do comércio tradicional que oferecem, os *shoppings* representam, também na maioria das vezes, uma opção de lazer. A Região Sudeste apresenta a maior concentração (10,2%) de municípios que têm este gênero de comércio. Vale ressaltar que 93,8% de municípios brasileiros não têm *shopping-center*.

Equipamentos culturais e de lazer

Em relação ao tema esportes, a pesquisa investigou a existência de ginásio poliesportivo nos municípios. O esporte comunitário assim como a educação esportiva são fundamentais para a saúde e a integração social das pessoas e são vistos como prioridades pelos governos. Esta é uma das razões pelas quais uma parcela razoável, cerca de 60% dos municípios com até 20 mil habitantes, possuem este tipo de instalação esportiva. A partir da faixa de 50 mil habitantes, a quase totalidade dos municípios dispõe deste equipamento.

No que diz respeito à área cultural propriamente dita, pesquisou-se a quantidade de bibliotecas públicas, museus, teatros ou salas de espetáculos e salas de cinemas existentes nos municípios.

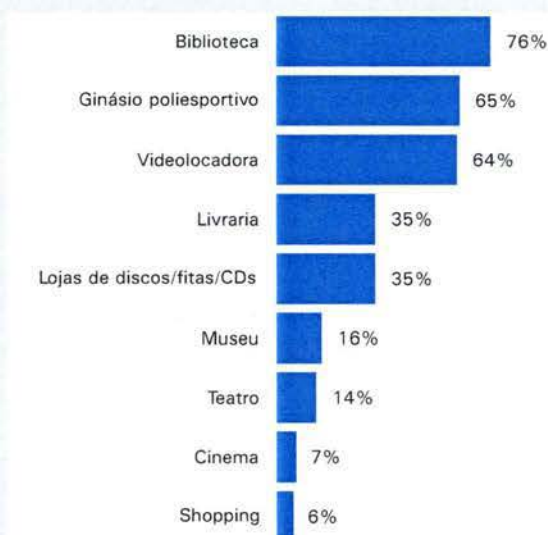
Aproximadamente um quarto dos municípios com até 20 mil habitantes não possuem biblioteca pública, proporção que decresce conforme aumenta o porte da população dos municípios. Cerca de

20% dos municípios que têm entre 200 mil e 1 milhão de habitantes possuem seis bibliotecas ou mais. Metade daqueles com mais de 1 milhão de habitantes dispõem de, no mínimo, seis bibliotecas. A maioria (60%) dos municípios instalados a partir de 1997 não possuem biblioteca pública.

Quanto às regiões, a Sudeste é a que apresenta menor grau de deficiência com relação a este equipamento cultural: aproximadamente 87% de seus municípios dispõem de, pelo menos, uma biblioteca.

Cerca de 25% dos municípios brasileiros não dispõem de bibliotecas e aproximadamente 69% deles possuem apenas uma. Estes dados retratam uma situação de carência cultural, contribuindo para que o hábito da leitura não seja disseminado entre os brasileiros.

Gráfico 20 - Existência de equipamentos culturais nos municípios - 1999



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 1999.

Nota: O Distrito Federal não foi incluído nos resultados.

semelhante. Entre os municípios com densidade populacional de até 20 mil habitantes, variam muito pouco as proporções daqueles que não dispõem destas instalações: 90% não possuem museus, aproximadamente 94% não têm teatros e 98% não dispõem de salas de cinema.

A incidência de municípios sem estes equipamentos é diretamente proporcional ao seu número de habitantes: à medida que aumenta o porte dos municípios, decrescem as proporções dos que não dispõem destes espaços culturais.

Contudo, mesmo nos municípios médios, com população entre 100 e 200 mil habitantes, os percentuais de ausência de teatros, salas de cinema e museus são bastante elevados, variando entre 31 e 38%.

Embora seja baixo o número de bibliotecas públicas no País, é bem maior a escassez de outros equipamentos culturais, como museus, teatros e salas de cinema. Pode-se traçar um paralelo entre estes três tipos de equipamentos, de acordo com os resultados da pesquisa. O percentual de existência de museus, teatros e salas de cinemas é muito se-

Nos centros urbanos com mais de 1 milhão de habitantes, é majoritária a proporção dos que possuem, no mínimo, seis instalações de cada um destes gêneros culturais.

Os dados sobre cultura revelam ainda que 84% dos municípios brasileiros não possuem museus, 86% não têm teatro e aproximadamente 93% não possuem sequer uma sala de cinema.

A situação de escassez de equipamentos e, conseqüentemente, de atividades culturais nos pequenos e médios municípios brasileiros, coloca um desafio para as administrações municipais, que é o de implementar ou estimular a criação de novos espaços destinados à produção e apresentação de bens culturais.

Tabelas de resultados

Tabela 1 - Municípios, por ano de instalação, segundo faixas de população e Grandes Regiões - 1999

Faixas de população e Grandes Regiões	Municípios (1)						
	Total	Ano de instalação					
		Anterior a 1940	De 1940 a 1963	De 1964 a 1988	De 1989 a 1992	De 1993 a 1996	De 1997 em diante
Total	5 506	1 586	2 029	584	303	472	532

Faixas de população

Até 5 000	1 407	41	511	140	109	281	325
De 5 001 a 10 000	1 320	156	639	179	80	120	146
De 10 001 a 15 000	860	218	386	115	64	41	36
De 15 001 a 20 000	532	223	209	51	21	14	14
De 20 001 a 50 000	908	586	206	73	24	12	7
De 50 001 a 100 000	279	204	46	19	4	2	4
De 100 001 a 200 000	106	81	18	5	1	1	-
De 200 001 a 500 000	68	54	11	2	-	1	-
De 500 001 a 1 000 000	15	12	3	-	-	-	-
Mais de 1 000 000	11	11	-	-	-	-	-

Grandes Regiões

Norte	449	103	80	68	48	100	50
Nordeste	1 787	579	680	174	82	43	229
Sudeste	1 666	656	678	86	15	98	133
Sul	1 159	179	450	127	117	185	101
Centro-Oeste	445	69	141	129	41	46	19

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 1999.

Nota: O Distrito Federal não foi incluído nos resultados.

(1) Inclusive os ignorados e os sem declaração de existência.

Tabela 2 - Municípios, por número de funcionários ativos, segundo as faixas de população, ano de instalação do município e Grandes Regiões - 1999

Faixas de população, ano de instalação do município e Grandes Regiões	Municípios (1)						
	Total	Número de funcionários ativos, em valores absolutos					
		Até 100	De 101 a 200	De 201 a 300	De 301 a 500	De 501 a 1 000	Mais de 1 000
Total	5 506	459	1 569	919	1 069	938	543
Faixas de população							
Até 5 000	1 407	404	881	100	16	-	-
De 5 001 a 10 000	1 320	48	613	447	190	17	2
De 10 001 a 15 000	860	4	67	300	403	83	1
De 15 001 a 20 000	532	1	6	58	283	173	10
De 20 001 a 50 000	908	2	2	13	177	609	105
De 50 001 a 100 000	279	-	-	1	-	53	225
De 100 001 a 200 000	106	-	-	-	-	2	104
De 200 001 a 500 000	68	-	-	-	-	-	68
De 500 001 a 1 000 000	15	-	-	-	-	-	15
Mais de 1 000 000	11	-	-	-	-	-	11
Ano de instalação do município							
Anterior a 1940	1 586	12	98	190	348	523	413
De 1940 a 1963	2 029	90	707	422	445	277	85
De 1964 a 1988	584	25	184	129	140	78	28
De 1989 a 1992	303	50	102	46	65	33	7
De 1993 a 1996	472	140	206	64	39	13	6
De 1997 em diante	532	142	272	68	32	14	4
Grandes Regiões							
Norte	449	69	105	80	78	73	38
Nordeste	1 787	63	290	313	462	479	178
Sudeste	1 666	96	608	254	261	230	216
Sul	1 159	208	395	187	173	110	86
Centro-Oeste	445	23	171	85	95	46	25

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 1999.

Nota: O Distrito Federal não foi incluído nos resultados.

(1) Inclusive os ignorados e os sem declaração de existência.

Tabela 3 - Municípios, por percentual de despesas com funcionários ativos em relação ao total da receita, segundo as faixas de população, ano de instalação do município e Grandes Regiões - 1999

Faixas de população, ano de instalação do município e Grandes Regiões	Municípios (1)					
	Total	Percentuais das despesas com funcionários ativos				
		Até 20%	20 a 40%	40 a 60%	60 a 80%	80% ou mais
Total	5 506	196	2 443	2 652	113	58
Faixas de população						
Até 5 000	1 407	63	773	541	10	11
De 5 001 a 10 000	1 320	37	600	641	18	15
De 10 001 a 15 000	860	34	364	430	14	6
De 15 001 a 20 000	532	17	232	256	18	6
De 20 001 a 50 000	908	31	317	513	33	11
De 50 001 a 100 000	279	7	88	162	10	6
De 100 001 a 200 000	106	3	32	60	7	2
De 200 001 a 500 000	68	4	21	40	2	1
De 500 001 a 1 000 000	15	-	9	5	1	-
Mais de 1 000 000	11	-	7	4	-	-
Ano de instalação do município						
Anterior a 1940	1 586	48	593	855	51	23
De 1940 a 1963	2 029	62	885	1 009	35	22
De 1964 a 1988	584	27	234	302	15	4
De 1989 a 1992	303	13	166	115	4	3
De 1993 a 1996	472	15	234	214	4	-
De 1997 em diante	532	31	331	157	4	6
Grandes Regiões						
Norte	449	17	177	219	19	7
Nordeste	1 787	113	759	850	40	14
Sudeste	1 666	33	630	919	40	21
Sul	1 159	19	589	535	8	8
Centro-Oeste	445	14	288	129	6	8

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 1999.

Nota: O Distrito Federal não foi incluído nos resultados.

(1) Inclusive os ignorados e os sem declaração de existência.

Tabela 4 - Municípios, por percentual de despesas com funcionários inativos em relação ao total da receita, segundo as faixas de população, ano de instalação do município e Grandes Regiões - 1999

Faixas de população, ano de instalação do município e Grandes Regiões	Municípios (1)						
	Total	Percentuais das despesas com funcionários inativos					
		Até 1%	1 a 2%	2 a 5%	5 a 10%	10 a 20%	20% ou mais
Total	5 506	2 764	616	981	472	125	48
Faixas de população							
Até 5 000	1 407	808	134	142	63	14	6
De 5 001 a 10 000	1 320	724	134	219	95	15	6
De 10 001 a 15 000	860	447	100	158	77	18	6
De 15 001 a 20 000	532	268	57	109	57	12	2
De 20 001 a 50 000	908	397	123	217	91	31	12
De 50 001 a 100 000	279	80	40	89	40	13	6
De 100 001 a 200 000	106	22	18	29	19	10	5
De 200 001 a 500 000	68	16	9	15	17	6	4
De 500 001 a 1 000 000	15	1	1	3	8	2	-
Mais de 1 000 000	11	1	-	-	5	4	1
Ano de instalação do município							
Anterior a 1940	1 586	540	218	425	230	78	24
De 1940 a 1963	2 029	939	292	431	190	38	13
De 1964 a 1988	584	336	59	76	34	5	4
De 1989 a 1992	303	230	20	20	9	2	2
De 1993 a 1996	472	325	21	23	8	2	2
De 1997 em diante	532	394	6	6	1	-	3
Grandes Regiões							
Norte	449	234	27	33	19	3	3
Nordeste	1 787	1090	132	184	73	22	11
Sudeste	1 666	565	243	441	231	73	21
Sul	1 159	573	165	259	125	24	11
Centro-Oeste	445	302	49	64	24	3	2

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 1999.

Nota: O Distrito Federal não foi incluído nos resultados.

(1) Inclusive os ignorados e os sem declaração de existência.

Tabela 5 - Municípios, por existência de instrumentos de planejamento orçamentário, segundo as faixas de população, ano de instalação do município e Grandes Regiões - 1999

Faixas de população, ano de instalação do município e Grandes Regiões	Municípios (1)						
	Total	Existência de instrumentos de planejamento orçamentário					
		Plano plurianual de investimentos		Lei de diretrizes orçamentárias		Lei de orçamento anual	
		Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
Total	5 506	4 444	1 039	5 147	340	5 208	278
Faixas de população							
Até 5 000	1 407	1 181	218	1 319	82	1 323	77
De 5 001 a 10 000	1 320	1 042	273	1 224	90	1 239	73
De 10 001 a 15 000	860	672	186	804	53	812	46
De 15 001 a 20 000	532	400	130	488	42	501	30
De 20 001 a 50 000	908	718	187	853	54	866	42
De 50 001 a 100 000	279	247	31	264	14	269	8
De 100 001 a 200 000	106	98	8	105	1	105	1
De 200 001 a 500 000	68	63	4	66	2	68	-
De 500 001 a 1 000 000	15	13	2	13	2	14	1
Mais de 1 000 000	11	10	-	11	-	11	-
Ano de instalação do município							
Anterior a 1940	1 586	1 283	296	1 492	90	1 512	70
De 1940 a 1963	2 029	1 630	390	1 897	124	1 926	94
De 1964 a 1988	584	459	124	539	44	555	28
De 1989 a 1992	303	252	51	289	14	290	13
De 1993 a 1996	472	408	59	447	22	440	28
De 1997 em diante	532	412	119	483	46	485	45
Grandes Regiões							
Norte	449	245	192	385	55	410	30
Nordeste	1 787	1 216	567	1 615	169	1 636	148
Sudeste	1 666	1 486	173	1 583	76	1 605	55
Sul	1 159	1 099	60	1 130	29	1 126	32
Centro-Oeste	445	398	47	434	11	431	13

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 1999.

Nota: O Distrito Federal não foi incluído nos resultados.

(1) Inclusive os ignorados e os sem declaração de existência.

Tabela 6 - Municípios, por existência de instrumentos de planejamento municipal, segundo as faixas de população, ano de instalação do município e Grandes Regiões - 1999

Faixas de população, ano de instalação do município e Grandes Regiões	Municípios (1)				
	Total	Existência de instrumentos de planejamento municipal			
		Plano de governo		Plano estratégico	
		Sim	Não	Sim	Não
Total	5 506	1 962	3 522	353	5 118
Faixas de população					
Até 5 000	1 407	446	956	60	1 332
De 5 001 a 10 000	1 320	416	901	64	1 249
De 10 001 a 15 000	860	269	589	56	801
De 15 001 a 20 000	532	189	340	40	491
De 20 001 a 50 000	908	374	530	63	840
De 50 001 a 100 000	279	150	126	30	246
De 100 001 a 200 000	106	55	50	18	87
De 200 001 a 500 000	68	47	20	15	53
De 500 001 a 1 000 000	15	7	8	3	12
Mais de 1 000 000	11	9	2	4	7
Ano de instalação do município					
Anterior a 1940	1 586	654	926	130	1 447
De 1940 a 1963	2 029	666	1 352	121	1 895
De 1964 a 1988	584	179	403	30	551
De 1989 a 1992	303	118	185	20	281
De 1993 a 1996	472	167	303	25	442
De 1997 em diante	532	178	353	27	502
Grandes Regiões					
Norte	449	126	314	23	412
Nordeste	1 787	567	1 218	115	1 667
Sudeste	1 666	561	1 094	82	1 570
Sul	1 159	561	598	98	1 061
Centro-Oeste	445	147	298	35	408

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 1999.

Nota: O Distrito Federal não foi incluído nos resultados.

(1) Inclusive os ignorados e os sem declaração de existência.

Tabela 7 - Municípios, por existência e tempo de vigência de lei orgânica, segundo as faixas de população, ano de instalação do município e Grandes Regiões - 1999

Faixas de população, ano de instalação do município e Grandes Regiões	Municípios (1)						
	Total	Lei orgânica					
		Existência		Tempo de vigência			
		Sim	Não	Tem até 10 anos	Tem de 11 a 20 anos	Tem mais de 20 anos	Sem informação da data
Total	5 506	5 287	199	4 915	33	87	471
Faixas de população							
Até 5 000	1 407	1 334	63	1 232	9	36	130
De 5 001 a 10 000	1 320	1 253	63	1 165	3	24	128
De 10 001 a 15 000	860	827	31	770	8	7	75
De 15 001 a 20 000	532	513	16	463	7	11	51
De 20 001 a 50 000	908	885	23	836	6	6	60
De 50 001 a 100 000	279	276	2	262	-	1	16
De 100 001 a 200 000	106	105	1	97	-	1	8
De 200 001 a 500 000	68	68	-	65	-	1	2
De 500 001 a 1 000 000	15	15	-	14	-	-	1
Mais de 1 000 000	11	11	-	11	-	-	-
Ano de instalação do município							
Anterior a 1940	1 586	1 546	37	1 457	8	16	105
De 1940 a 1963	2 029	1 964	56	1 823	16	27	163
De 1964 a 1988	584	568	15	524	5	18	37
De 1989 a 1992	303	291	11	272	2	8	21
De 1993 a 1996	472	450	17	424	-	10	38
De 1997 em diante	532	468	63	415	2	8	107
Grandes Regiões							
Norte	449	420	19	395	4	14	36
Nordeste	1 787	1 675	107	1 481	16	43	247
Sudeste	1 666	1 639	23	1 545	6	8	107
Sul	1 159	1 123	36	1 089	4	17	49
Centro-Oeste	445	430	14	405	3	5	32

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 1999.

Nota: O Distrito Federal não foi incluído nos resultados.

(1) Inclusive os ignorados e os sem declaração de existência.

Tabela 8 - Municípios, por existência de instrumentos de gestão urbana, segundo as faixas de população, ano de instalação do município e Grandes Regiões - 1999

(continua)

Faixas de população, ano de instalação do município e Grandes Regiões	Municípios (1)								
	Total	Existência de instrumentos de gestão urbana							
		Plano diretor		Lei do perímetro urbano		Lei de orçamento do solo		Lei de zoneamento ou equivalente	
		Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
Total	5 506	840	4 641	3 695	1 792	1 548	3 941	1 187	4 302
Faixas de população									
Até 5 000	1 407	100	1 297	931	466	239	1 162	152	1 248
De 5 001 a 10 000	1 320	115	1 199	846	471	282	1 032	196	1 118
De 10 001 a 15 000	860	88	769	540	319	199	659	156	703
De 15 001 a 20 000	532	66	462	336	193	145	386	103	428
De 20 001 a 50 000	908	187	719	638	268	336	570	266	640
De 50 001 a 100 000	279	136	143	227	52	174	105	150	129
De 100 001 a 200 000	106	65	41	91	15	84	22	76	30
De 200 001 a 500 000	68	58	10	63	5	64	4	62	6
De 500 001 a 1 000 000	15	14	1	15	-	14	1	15	-
Mais de 1 000 000	11	11	-	8	3	11	-	11	-
Ano de instalação do município									
Anterior a 1940	1 586	379	1 201	1 171	410	611	969	479	1 102
De 1940 a 1963	2 029	281	1 741	1 371	652	494	1 531	393	1 633
De 1964 a 1988	584	69	513	401	182	162	421	119	464
De 1989 a 1992	303	33	268	205	97	92	211	55	248
De 1993 a 1996	472	48	420	311	157	127	341	90	377
De 1997 em diante	532	30	498	236	294	62	468	51	478
Grandes Regiões									
Norte	449	38	403	220	219	58	383	45	397
Nordeste	1 787	125	1 654	820	964	151	1 634	131	1 655
Sudeste	1 666	270	1 390	1 323	338	557	1 104	397	1 264
Sul	1 159	361	796	1 003	155	656	501	532	624
Centro-Oeste	445	46	398	329	116	126	319	82	362

Tabela 8 - Municípios, por existência de instrumentos de gestão urbana, segundo as faixas de população, ano de instalação do município e Grandes Regiões - 1999

Faixas de população, ano de instalação do município e Grandes Regiões	(conclusão)							
	Municípios (1)							
	Existência de instrumentos de gestão urbana							
	Legislação sobre áreas de interesse especial		Legislação sobre áreas de interesse social		Código de obras		Código de posturas	
	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
Total	481	5 008	452	5 031	2 219	3 273	3 093	2 398
Faixas de população								
Até 5 000	38	1 362	57	1 343	338	1 064	537	864
5 001 a 10 000	68	1 246	74	1 238	433	882	661	653
10 001 a 15 000	50	808	46	812	333	525	495	362
15 001 a 20 000	39	491	30	500	242	289	338	193
20 001 a 50 000	115	792	95	809	481	426	668	240
50 001 a 100 000	69	210	60	218	219	59	229	50
100 001 a 200 000	41	65	34	72	82	24	84	22
200 001 a 500 000	40	28	39	29	65	3	59	9
500 001 a 1 000 000	10	5	8	7	15	-	11	4
Mais de 1 000 000	10	-	8	3	10	-	11	-
Ano de instalação do município								
Anterior a 1940	233	1 349	197	1 382	865	716	1 130	453
De 1940 a 1963	140	1 885	127	1 895	187	1 339	1 084	940
De 1964 a 1988	48	536	46	537	255	329	331	252
De 1989 a 1992	18	285	18	284	117	185	152	151
De 1993 a 1996	25	441	32	435	164	303	215	252
De 1997 em diante	16	512	31	498	130	401	180	350
Grandes Regiões								
Norte	23	419	26	416	137	303	227	214
Nordeste	66	1 719	83	1 702	409	1 377	696	1 089
Sudeste	177	1 485	161	1 497	769	893	1 019	642
Sul	183	972	143	1 010	680	478	811	347
Centro-Oeste	31	413	38	406	223	222	339	106

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 1999.

Nota: O Distrito Federal não foi incluído nos resultados.

(1) Inclusive os ignorados e os sem declaração de existência.

Tabela 9 - Municípios, por existência e tempo de vigência de plano-diretor, segundo as faixas de população, ano de instalação do município e Grandes Regiões - 1999

Faixas de população, ano de instalação do município e Grandes Regiões	Municípios (1)						
	Total	Plano diretor					
		Existência		Tempo de vigência			
		Sim	Não	Tem até 10 anos	Tem de 11 a 20 anos	Tem mais de 20 anos	Sem informação da data
Total	5 506	840	4 641	503	141	171	4 691
Faixas de população							
Até 5 000	1 407	100	1 297	74	8	22	1 303
De 5 001 a 10 000	1 320	115	1 199	61	24	30	1 205
De 10 001 a 15 000	860	88	769	42	23	17	778
De 15 001 a 20 000	532	66	462	26	18	16	472
De 20 001 a 50 000	908	187	719	114	29	37	728
De 50 001 a 100 000	279	136	143	90	19	20	150
De 100 001 a 200 000	106	65	41	39	11	14	42
De 200 001 a 500 000	68	58	10	40	5	11	12
De 500 001 a 1 000 000	15	14	1	11	1	2	1
Mais de 1 000 000	11	11	-	6	3	2	-
Ano de instalação do município							
Anterior a 1940	1 586	379	1 201	220	62	82	1 222
De 1940 a 1963	2 029	281	1 741	145	64	67	1 753
De 1964 a 1988	584	69	513	41	15	11	517
De 1989 a 1992	303	33	268	29	-	4	270
De 1993 a 1996	472	48	420	43	-	5	424
De 1997 em diante	532	30	498	25	-	2	505
Grandes Regiões							
Norte	449	38	403	28	4	3	414
Nordeste	1 787	125	1 654	74	17	19	1 677
Sudeste	1 666	270	1 390	162	20	87	1 397
Sul	1 159	361	796	201	96	59	803
Centro-Oeste	445	46	398	38	4	3	400

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 1999.

Nota: O Distrito Federal não foi incluído nos resultados.

(1) Inclusive os ignorados e os sem declaração de existência.

Tabela 10 - Municípios, por existência e tempo de vigência de lei de perímetro urbano, segundo as faixas de população, ano de instalação do município e Grandes Regiões - 1999

Faixas de população, ano de instalação do município e Grandes Regiões	Municípios (1)						
	Total	Lei de perímetro urbano					
		Existência		Tempo de vigência			
		Sim	Não	Tem até 10 anos	Tem de 11 a 20 anos	Tem mais de 20 anos	Sem informação da data
Total	5 506	3 695	1 792	2 213	742	554	1 997
Faixas de população							
Até 5 000	1 407	931	466	675	120	97	515
De 5 001 a 10 000	1 320	846	471	461	196	151	512
De 10 001 a 15 000	860	540	319	316	113	77	354
De 15 001 a 20 000	532	336	193	161	85	62	224
De 20 001 a 50 000	908	638	268	368	134	103	303
De 50 001 a 100 000	279	227	52	129	54	35	61
De 100 001 a 200 000	106	91	15	58	16	15	17
De 200 001 a 500 000	68	63	5	35	16	10	7
De 500 001 a 1 000 000	15	15	-	6	5	3	1
Mais de 1 000 000	11	8	3	4	3	1	3
Ano de instalação do município							
Anterior a 1940	1 586	1 171	410	650	267	194	475
De 1940 a 1963	2 029	1 371	652	707	328	258	736
De 1964 a 1988	584	401	182	196	128	60	200
De 1989 a 1992	303	205	97	170	9	18	106
De 1993 a 1996	472	311	157	280	7	16	169
De 1997 em diante	532	236	294	210	3	8	311
Grandes Regiões							
Norte	449	220	219	154	36	20	239
Nordeste	1 787	820	964	399	189	159	1 040
Sudeste	1 666	1 323	338	778	275	210	403
Sul	1 159	1 003	155	678	169	136	176
Centro-Oeste	445	329	116	204	73	29	139

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 1999.

Nota: O Distrito Federal não foi incluído nos resultados.

(1) Inclusive os ignorados e os sem declaração de existência.

Tabela 11 - Municípios, por existência e tempo de vigência de lei de parcelamento do solo, segundo as faixas de população, ano de instalação do município e Grandes Regiões - 1999

Faixas de população, ano de instalação do município e Grandes Regiões	Município (1)s						
	Total	Lei de parcelamento do solo					
		Existência		Tempo de vigência			
		Sim	Não	Tem até 10 anos	Tem de 11 a 20 anos	Tem mais de 20 anos	Sem informação da data
Total	5 506	1 548	3 941	888	420	212	3 986
Faixas de população							
Até 5 000	1 407	239	1 162	188	29	22	1 168
De 5 001 a 10 000	1 320	282	1 032	160	82	35	1 043
De 10 001 a 15 000	860	199	659	121	57	14	668
De 15 001 a 20 000	532	145	386	74	55	14	389
De 20 001 a 50 000	908	336	570	169	99	62	578
De 50 001 a 100 000	279	174	105	92	49	26	112
De 100 001 a 200 000	106	84	22	48	21	15	22
De 200 001 a 500 000	68	64	4	28	19	16	5
De 500 001 a 1 000 000	15	14	1	6	4	4	1
Mais de 1 000 000	11	11	-	2	5	4	-
Ano de instalação do município							
Anterior a 1940	1 586	611	969	297	198	107	984
De 1940 a 1963	2 029	494	1 531	256	158	71	1 544
De 1964 a 1988	584	162	421	87	59	14	424
De 1989 a 1992	303	92	211	85	1	3	214
De 1993 a 1996	472	127	341	110	3	13	346
De 1997 em diante	532	62	468	53	1	4	474
Grandes Regiões							
Norte	449	58	383	37	13	6	393
Nordeste	1 787	151	1 634	80	41	20	1 646
Sudeste	1 666	557	1 104	281	157	114	1 114
Sul	1 159	656	501	411	180	57	511
Centro-Oeste	445	126	319	79	29	15	322

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 1999.

Nota: O Distrito Federal não foi incluído nos resultados.

(1) Inclusive os ignorados e os sem declaração de existência.

Tabela 12 - Municípios, por existência e tempo de vigência de lei de zoneamento ou equivalente, segundo as faixas de população, ano de instalação do município e Grandes Regiões - 1999

Faixas de população, ano de instalação do município e Grandes Regiões	Municípios (1)						
	Total	Lei de zoneamento ou equivalente					
		Existência		Tempo de vigência			
		Sim	Não	Tem até 10 anos	Tem de 11 a 20 anos	Tem mais de 20 anos	Sem informação da data
Total	5 506	1 187	4 302	706	269	181	4 350
Faixas de população							
Até 5 000	1 407	152	1 248	125	12	16	1 254
De 5 001 a 10 000	1 320	196	1 118	121	39	28	1 132
De 10 001 a 15 000	860	156	703	94	38	18	710
De 15 001 a 20 000	532	103	428	54	30	17	431
De 20 001 a 50 000	908	266	640	139	66	52	651
De 50 001 a 100 000	279	150	129	86	39	19	135
De 100 001 a 200 000	106	76	30	43	20	13	30
De 200 001 a 500 000	68	62	6	34	15	12	7
De 500 001 a 1 000 000	15	15	-	6	7	2	-
Mais de 1 000 000	11	11	-	4	3	4	-
Ano de instalação do município							
Anterior a 1940	1 586	479	1 102	252	124	90	1 120
De 1940 a 1963	2 029	393	1 633	215	106	62	1 646
De 1964 a 1988	584	119	464	67	35	15	467
De 1989 a 1992	303	55	248	49	1	2	251
De 1993 a 1996	472	90	377	80	3	8	381
De 1997 em diante	532	51	478	43	-	4	485
Grandes Regiões							
Norte	449	45	397	30	7	5	407
Nordeste	1 787	131	1 655	72	26	19	1 670
Sudeste	1 666	397	1 264	203	91	99	1 273
Sul	1 159	532	624	347	124	54	634
Centro-Oeste	445	82	362	54	21	4	366

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 1999.

Nota: O Distrito Federal não foi incluído nos resultados.

(1) Inclusive os ignorados e os sem declaração de existência.

Tabela 13 - Municípios, por existência e tempo de vigência de lei sobre áreas de interesse especial, segundo as faixas de população, ano de instalação do município e Grandes Regiões - 1999

Faixas de população, ano de instalação do município e Grandes Regiões	Municípios (1)						
	Total	Lei sobre áreas de interesse especial					
		Existência		Tempo de vigência			
		Sim	Não	Tem até 10 anos	Tem de 11 a 20 anos	Tem mais de 20 anos	Sem informação da data
Total	5 506	480	5 008	328	77	68	5 033
Faixas de população							
Até 5 000	1 407	38	1 362	30	2	11	1 364
De 5 001 a 10 000	1 320	68	1 246	46	9	13	1 252
De 10 001 a 15 000	860	50	808	32	9	6	813
De 15 001 a 20 000	532	39	491	27	6	4	495
De 20 001 a 50 000	908	115	792	83	16	17	792
De 50 001 a 100 000	279	69	210	46	13	4	216
De 100 001 a 200 000	106	41	65	26	8	6	66
De 200 001 a 500 000	68	40	28	27	7	6	28
De 500 001 a 1 000 000	15	10	5	5	5	-	5
Mais de 1 000 000	11	10	-	6	2	1	2
Ano de instalação do município							
Anterior a 1940	1 586	233	1 349	148	43	37	1 358
De 1940 a 1963	2 029	140	1 885	103	21	15	1 890
De 1964 a 1988	584	48	536	30	13	4	537
De 1989 a 1992	303	18	285	14	-	3	286
De 1993 a 1996	472	25	441	21	-	5	446
De 1997 em diante	532	16	512	12	-	4	516
Grandes Regiões							
Norte	449	23	419	17	2	2	428
Nordeste	1 787	66	1 719	41	12	10	1 724
Sudeste	1 666	177	1 485	112	28	40	1 486
Sul	1 159	183	972	134	31	13	981
Centro-Oeste	445	31	413	24	4	3	414

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 1999.

Nota: O Distrito Federal não foi incluído nos resultados.

(1) Inclusive os ignorados e os sem declaração de existência.

Tabela 14 - Municípios, por existência e tempo de vigência de lei sobre áreas de interesse social, segundo as faixas de população, ano de instalação do município e Grandes Regiões - 1999

Faixas de população, ano de instalação do município e Grandes Regiões	Municípios (1)						
	Total	Lei sobre áreas de interesse social					
		Existência		Tempo de vigência			
		Sim	Não	Tem até 10 anos	Tem de 11 a 20 anos	Tem mais de 20 anos	Sem informação da data
Total	5 506	451	5 031	318	57	65	5 066
Faixas de população							
Até 5 000	1 407	57	1 343	47	-	12	1 348
De 5 001 a 10 000	1 320	74	1 238	53	5	16	1 246
De 10 001 a 15 000	860	46	812	36	7	2	815
De 15 001 a 20 000	532	30	500	20	4	4	504
De 20 001 a 50 000	908	95	809	61	17	13	817
De 50 001 a 100 000	279	60	218	44	10	4	221
De 100 001 a 200 000	106	34	72	21	5	8	72
De 200 001 a 500 000	68	39	29	23	7	6	32
De 500 001 a 1 000 000	15	8	7	6	2	-	7
Mais de 1 000 000	11	8	3	7	-	-	4
Ano de instalação do município							
Anterior a 1940	1 586	197	1 382	127	32	28	1 399
De 1940 a 1963	2 029	127	1 895	87	18	23	1 901
De 1964 a 1988	584	46	537	34	7	4	539
De 1989 a 1992	303	18	284	15	-	3	285
De 1993 a 1996	472	32	435	27	-	5	440
De 1997 em diante	532	31	498	28	-	2	502
Grandes Regiões							
Norte	449	26	416	24	-	1	424
Nordeste	1 787	83	1 702	50	10	14	1 713
Sudeste	1 666	161	1 497	109	19	37	1 501
Sul	1 159	143	1 010	103	25	12	1 019
Centro-Oeste	445	38	406	32	3	1	409

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 1999.

Nota: O Distrito Federal não foi incluído nos resultados.

(1) Inclusive os ignorados e os sem declaração de existência.

Tabela 15 - Municípios, por existência e tempo de vigência de código de obras, segundo as faixas de população, ano de instalação do município e Grandes Regiões - 1999

Faixas de população, ano de instalação do município e Grandes Regiões	Municípios (1)						
	Total	Código de obras					
		Existência		Tempo de vigência			
		Sim	Não	Tem até 10 anos	Tem de 11 a 20 anos	Tem mais de 20 anos	Sem informação da data
Total	5 506	2 218	3 273	1 115	511	490	3 390
Faixas de população							
Até 5 000	1 407	338	1 064	246	32	44	1 085
De 5 001 a 10 000	1 320	433	882	228	108	78	906
De 10 001 a 15 000	860	333	525	155	89	64	552
De 15 001 a 20 000	532	242	289	107	75	46	304
De 20 001 a 50 000	908	481	426	207	124	132	445
De 50 001 a 100 000	279	219	59	104	55	52	68
De 100 001 a 200 000	106	82	24	40	13	28	25
De 200 001 a 500 000	68	65	3	18	10	36	4
De 500 001 a 1 000 000	15	15	-	6	3	6	-
Mais de 1 000 000	11	10	-	4	2	4	1
Ano de instalação do município							
Anterior a 1940	1 586	865	716	352	231	254	749
De 1940 a 1963	2 029	687	1 339	304	180	173	1 372
De 1964 a 1988	584	255	329	113	95	36	340
De 1989 a 1992	303	117	185	99	1	10	193
De 1993 a 1996	472	164	303	142	2	10	318
De 1997 em diante	532	130	401	105	2	7	418
Grandes Regiões							
Norte	449	137	303	87	21	20	321
Nordeste	1 787	409	1 377	234	65	68	1 420
Sudeste	1 666	769	893	311	179	254	922
Sul	1 159	680	478	369	178	122	490
Centro-Oeste	445	223	222	114	68	26	237

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 1999.

Nota: O Distrito Federal não foi incluído nos resultados.

(1) Inclusive os ignorados e os sem declaração de existência.

Tabela 16 - Municípios, por existência e tempo de vigência de código de posturas, segundo as faixas de população, ano de instalação do município e Grandes Regiões - 1999

Faixas de população, ano de instalação do município e Grandes Regiões	Municípios (1)						
	Total	Código de posturas					
		Existência		Tempo de vigência			
		Sim	Não	Tem até 10 anos	Tem de 11 a 20 anos	Tem mais de 20 anos	Sem informação da data
Total	5 506	3 092	2 398	1 544	526	836	2 601
Faixas de população							
Até 5 000	1 407	537	864	356	46	95	910
De 5 001 a 10 000	1 320	661	653	339	119	166	696
De 10 001 a 15 000	860	495	362	252	84	129	395
De 15 001 a 20 000	532	338	193	155	61	92	224
De 20 001 a 50 000	908	668	240	285	141	207	275
De 50 001 a 100 000	279	229	50	102	45	72	60
De 100 001 a 200 000	106	84	22	30	14	37	25
De 200 001 a 500 000	68	59	9	16	11	31	10
De 500 001 a 1 000 000	15	11	4	6	4	1	4
Mais de 1 000 000	11	11	-	2	1	6	2
Ano de instalação do município							
Anterior a 1940	1 586	1 130	453	455	205	417	509
De 1940 a 1963	2 029	1 084	940	474	204	335	1 016
De 1964 a 1988	584	331	252	154	116	47	267
De 1989 a 1992	303	152	151	123	1	16	163
De 1993 a 1996	472	215	252	188	-	13	271
De 1997 em diante	532	180	350	149	-	8	375
Grandes Regiões							
Norte	449	227	214	140	40	34	235
Nordeste	1 787	696	1 089	381	72	159	1 175
Sudeste	1 666	1 019	642	418	175	382	691
Sul	1 159	811	347	397	159	233	370
Centro-Oeste	445	339	106	207	80	28	130

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 1999.

Nota: O Distrito Federal não foi incluído nos resultados.

(1) Inclusive os ignorados e os sem declaração de existência.

Tabela 17 - Municípios, por tipo de consórcios existentes, segundo as faixas de população, ano de instalação do município e Grandes Regiões - 1999

(continua)

Faixas de população, ano de instalação do município e Grandes Regiões	Municípios (1)						
	Total	Tipo de consórcios existentes					
		Para habitação		Para atendimento na área de saúde		Para atendimento na área de educação	
		Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
Total	5 506	47	5 445	2 039	3 456	230	5 260
Faixas de população							
Até 5 000	1 407	11	1 393	620	785	58	1 345
De 5 001 a 10 000	1 320	8	1 304	559	757	50	1 263
De 10 001 a 15 000	860	8	850	313	545	44	814
De 15 001 a 20 000	532	5	527	178	354	22	510
De 20 001 a 50 000	908	3	905	262	645	38	869
De 50 001 a 100 000	279	5	274	77	201	11	267
De 100 001 a 200 000	106	1	105	17	89	2	104
De 200 001 a 500 000	68	4	63	12	55	4	63
De 500 001 a 1 000 000	15	1	14	1	14	1	14
Mais de 1 000 000	11	1	10	-	11	-	11
Ano de instalação do município							
Anterior a 1940	1 586	11	1 572	490	1 095	57	1 526
De 1940 a 1963	2 029	22	2 003	856	1 168	80	1 944
De 1964 a 1988	584	3	580	178	404	32	550
De 1989 a 1992	303	2	301	101	202	11	292
De 1993 a 1996	472	6	464	200	271	26	444
De 1997 em diante	532	3	525	214	316	24	504
Grandes Regiões							
Norte	449	3	443	50	396	18	428
Nordeste	1 787	13	1 773	235	1 550	80	1 704
Sudeste	1 666	12	1 645	977	684	49	1 608
Sul	1 159	17	1 142	670	489	57	1 102
Centro-Oeste	445	2	442	107	337	26	418

Tabela 17 - Municípios, por tipo de consórcios existentes, segundo as faixas de população, ano de instalação do município e Grandes Regiões - 1999

Faixas de população, ano de instalação do município e Grandes Regiões	(conclusão)					
	Municípios (1)					
	Tipo de consórcios existentes					
	Para aquisição de máquinas e equipamentos		Para serviços de esgotamento sanitário		Para serviços de limpeza e coleta de lixo	
	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
Total	238	5 252	57	5 431	181	5 305
Faixas de população						
Até 5 000	83	1 321	3	1 400	39	1 363
De 5 001 a 10 000	52	1 259	11	1 302	32	1 280
De 10 001 a 15 000	38	820	6	852	21	836
De 15 001 a 20 000	22	510	7	524	17	514
De 20 001 a 50 000	28	880	14	892	34	872
De 50 001 a 100 000	10	268	6	272	16	262
De 100 001 a 200 000	-	106	3	103	8	98
De 200 001 a 500 000	5	62	4	63	9	59
De 500 001 a 1 000 000	-	15	2	13	3	12
Mais de 1 000 000	-	11	1	10	2	9
Ano de instalação do município						
Anterior a 1940	51	1 532	20	1 560	54	1 524
De 1940 a 1963	72	1 951	25	1 999	63	1 961
De 1964 a 1988	32	551	6	577	21	562
De 1989 a 1992	18	285	1	302	15	288
De 1993 a 1996	40	430	-	469	18	451
De 1997 em diante	25	503	5	524	10	519
Grandes Regiões						
Norte	19	427	2	443	5	440
Nordeste	34	1 751	14	1 772	26	1 758
Sudeste	94	1 562	25	1 629	71	1 583
Sul	81	1 078	14	1 145	76	1 083
Centro-Oeste	10	434	2	442	3	441

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 1999.

Nota: O Distrito Federal não foi incluído nos resultados.

(1) Inclusive os ignorados e os sem declaração de existência.

Tabela 18 - Municípios, por percentual de unidades prediais que pagaram o IPTU em 1998, segundo as faixas de população, ano de instalação do município e Grandes Regiões - 1999

Faixas de população, ano de instalação do município e Grandes Regiões	Municípios (1)					
	Total	Percentuais de unidades prediais que pagaram IPTU em 1998				
		Até 20%	20 a 40%	40 a 60%	60 a 80%	80% ou mais
Total	5 506	903	875	1 041	1 114	596
Faixas de população						
Até 5 000	1 407	160	169	226	290	246
De 5 001 a 10 000	1 320	219	208	266	258	116
De 10 001 a 15 000	860	162	142	167	157	77
De 15 001 a 20 000	532	116	92	94	96	42
De 20 001 a 50 000	908	175	183	181	177	69
De 50 001 a 100 000	279	49	49	56	79	19
De 100 001 a 200 000	106	16	16	29	26	14
De 200 001 a 500 000	68	5	10	17	22	9
De 500 001 a 1 000 000	15	1	3	4	5	1
Mais de 1 000 000	11	-	3	1	4	3
Ano de instalação do município						
Anterior a 1940	1 586	277	270	329	388	138
De 1940 a 1963	2 029	360	339	399	416	211
De 1964 a 1988	584	106	93	121	112	55
De 1989 a 1992	303	41	45	42	52	63
De 1993 a 1996	472	52	68	84	85	82
De 1997 em diante	532	67	60	66	61	47
Grandes Regiões						
Norte	449	141	68	40	15	6
Nordeste	1 787	471	368	221	113	40
Sudeste	1 666	159	233	391	506	234
Sul	1 159	67	95	265	407	291
Centro-Oeste	445	65	111	124	73	25

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 1999.

Nota: O Distrito Federal não foi incluído nos resultados.

(1) Inclusive os ignorados e os sem declaração de existência.

Tabela 19 - Municípios, por percentual de unidades territoriais que pagaram o IPTU em 1998, segundo as faixas de população, ano de instalação do município e Grandes Regiões - 1999

Faixas de população, ano de instalação do município e Grandes Regiões	Municípios (1)					
	Total	Percentuais de unidades territoriais que pagaram IPTU em 1998				
		Até 20%	20 a 40%	40 a 60%	60 a 80%	80% ou mais
Total	5 506	1 085	821	896	825	541
Faixas de população						
Até 5 000	1 407	203	159	209	216	222
De 5 001 a 10 000	1 320	243	201	209	210	117
De 10 001 a 15 000	860	180	134	130	132	59
De 15 001 a 20 000	532	120	78	85	64	40
De 20 001 a 50 000	908	225	151	162	123	60
De 50 001 a 100 000	279	67	57	57	50	19
De 100 001 a 200 000	106	27	22	23	12	13
De 200 001 a 500 000	68	15	12	16	14	7
De 500 001 a 1 000 000	15	2	4	3	3	2
Mais de 1 000 000	11	3	3	2	1	2
Ano de instalação do município						
Anterior a 1940	1 586	346	266	294	262	138
De 1940 a 1963	2 029	405	307	342	323	194
De 1964 a 1988	584	135	97	103	81	45
De 1989 a 1992	303	52	33	37	43	53
De 1993 a 1996	472	62	78	66	75	72
De 1997 em diante	532	85	40	54	41	39
Grandes Regiões						
Norte	449	152	53	26	9	5
Nordeste	1 787	501	233	108	62	43
Sudeste	1 666	219	269	392	372	220
Sul	1 159	105	145	278	335	256
Centro-Oeste	445	108	121	92	47	17

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 1999.

Nota: O Distrito Federal não foi incluído nos resultados.

(1) Inclusive os ignorados e os sem declaração de existência.

Tabela 20 - Municípios, por percentual do IPTU arrecadado em 1998, segundo as faixas de população, ano de instalação do município e Grandes Regiões - 1999

Faixas de população, ano de instalação do município e Grandes Regiões	Municípios (1)					
	Total	Percentuais do IPTU arrecadado em 1998				
		Até 20%	20 a 40%	40 a 60%	60 a 80%	80% ou mais
Total	5 506	905	1 022	1 092	897	563
Faixas de população						
Até 5 000	1 407	157	211	235	249	201
De 5 001 a 10 000	1 320	215	244	254	201	136
De 10 001 a 15 000	860	156	157	184	126	75
De 15 001 a 20 000	532	119	103	88	82	40
De 20 001 a 50 000	908	180	203	195	132	76
De 50 001 a 100 000	279	56	56	77	54	21
De 100 001 a 200 000	106	16	25	30	26	8
De 200 001 a 500 000	68	4	18	20	21	2
De 500 001 a 1 000 000	15	2	3	7	1	2
Mais de 1 000 000	11	-	2	2	5	2
Ano de instalação do município						
Anterior a 1940	1 586	291	339	364	301	145
De 1940 a 1963	2 029	342	371	406	352	212
De 1964 a 1988	584	111	109	129	76	46
De 1989 a 1992	303	42	56	52	42	49
De 1993 a 1996	472	59	80	85	79	62
De 1997 em diante	532	60	67	56	47	49
Grandes Regiões						
Norte	449	119	78	23	12	19
Nordeste	1 787	478	318	171	90	108
Sudeste	1 666	183	331	464	389	179
Sul	1 159	44	173	338	343	227
Centro-Oeste	445	81	122	96	63	30

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 1999.

Nota: O Distrito Federal não foi incluído nos resultados.

(1) Inclusive os ignorados e os sem declaração de existência.

Tabela 21 - Municípios, por ano da última atualização do cadastro de unidades prediais do IPTU, segundo as faixas de população, ano de instalação do município e Grandes Regiões - 1999

Faixas de população, ano de instalação do município e Grandes Regiões	Municípios (1)			
	Total	Ano da última atualização do cadastro de unidades prediais do IPTU		
		Antes de 1997	1997	1998
Total	5 506	1 793	858	1 789
Faixas de população				
Até 5 000	1 407	342	205	511
De 5 001 a 10 000	1 320	392	225	432
De 10 001 a 15 000	860	297	126	270
De 15 001 a 20 000	532	175	84	172
De 20 001 a 50 000	908	377	142	268
De 50 001 a 100 000	279	121	53	75
De 100 001 a 200 000	106	47	17	32
De 200 001 a 500 000	68	29	5	22
De 500 001 a 1 000 000	15	9	-	4
Mais de 1 000 000	11	4	1	3
Ano de instalação do município				
Anterior a 1940	1 586	660	255	471
De 1940 a 1963	2 029	722	331	641
De 1964 a 1988	584	190	89	194
De 1989 a 1992	303	75	42	119
De 1993 a 1996	472	112	48	191
De 1997 em diante	532	34	93	173
Grandes Regiões				
Norte	449	89	50	130
Nordeste	1 787	561	298	426
Sudeste	1 666	549	299	613
Sul	1 159	468	126	461
Centro-Oeste	445	126	85	159

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 1999.

Nota: O Distrito Federal não foi incluído nos resultados.

(1) Inclusive os ignorados e os sem declaração de existência.

Tabela 22 - Municípios, por tempo da última atualização da planta de valores do IPTU em 1998, segundo as faixas de população, ano de instalação do município e Grandes Regiões - 1999

Faixas de população, ano de instalação do município e Grandes Regiões	Municípios (1)					
	Total	Tempo da última atualização da planta de valores do IPTU em 1998				
		Até 5 anos	De 6 a 10 anos	De 11 a 15 anos	De 16 a 20 anos	Mais de 20 anos
Total	5 506	4 329	290	100	57	73
Faixas de população						
Até 5 000	1 407	1 059	45	17	7	31
De 5 001 a 10 000	1 320	1 041	58	23	10	18
De 10 001 a 15 000	860	674	48	19	11	6
De 15 001 a 20 000	532	409	34	6	12	5
De 20 001 a 50 000	908	733	65	19	14	11
De 50 001 a 100 000	279	238	23	10	2	1
De 100 001 a 200 000	106	95	7	3	1	-
De 200 001 a 500 000	68	56	9	2	-	1
De 500 001 a 1 000 000	15	15	-	-	-	-
Mais de 1 000 000	11	9	1	1	-	-
Ano de instalação do município						
Anterior a 1940	1 586	1 305	117	36	20	16
De 1940 a 1963	2 029	1 600	113	50	30	28
De 1964 a 1988	584	462	33	12	5	4
De 1989 a 1992	303	235	19	1	1	1
De 1993 a 1996	472	382	4	1	1	-
De 1997 em diante	532	345	4	-	-	24
Grandes Regiões						
Norte	449	274	10	4	3	-
Nordeste	1 787	1 177	109	34	20	52
Sudeste	1 666	1 439	89	41	20	16
Sul	1 159	1 050	65	17	14	5
Centro-Oeste	445	389	17	4	-	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 1999.

Nota: O Distrito Federal não foi incluído nos resultados.

(1) Inclusive os ignorados e os sem declaração de existência.

Tabela 23 - Municípios, por ano da última atualização do cadastro de unidades territoriais do IPTU, segundo as faixas de população, ano de instalação do município e Grandes Regiões - 1999

Faixas de população, ano de instalação do município e Grandes Regiões	Municípios (1)			
	Total	Ano da última atualização do cadastro de unidades territoriais do IPTU		
		Antes de 1997	1997	1998
Total	5 506	1 736	797	1 698
Faixas de população				
Até 5 000	1 407	350	192	474
De 5 001 a 10 000	1 320	388	200	413
De 10 001 a 15 000	860	283	117	254
De 15 001 a 20 000	532	168	76	161
De 20 001 a 50 000	908	355	137	258
De 50 001 a 100 000	279	108	52	79
De 100 001 a 200 000	106	47	16	31
De 200 001 a 500 000	68	25	5	23
De 500 001 a 1 000 000	15	8	1	2
Mais de 1 000 000	11	4	1	3
Ano de instalação do município				
Anterior a 1940	1 586	619	246	459
De 1940 a 1963	2 029	708	307	607
De 1964 a 1988	584	178	82	195
De 1989 a 1992	303	68	41	104
De 1993 a 1996	472	117	42	173
De 1997 em diante	532	46	79	160
Grandes Regiões				
Norte	449	88	47	113
Nordeste	1 787	550	245	374
Sudeste	1 666	527	283	599
Sul	1 159	447	140	454
Centro-Oeste	445	124	82	158

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 1999.

Nota: O Distrito Federal não foi incluído nos resultados.

(1) Inclusive os ignorados e os sem declaração de existência.

Tabela 24 - Municípios, por tipo de atividades terceirizadas, segundo as faixas de população, ano de instalação do município e Grandes Regiões - 1999

Faixas de população, ano de instalação do município e Grandes Regiões	Municípios (1)								
	Total	Tipo de atividades terceirizadas							
		Coleta de lixo		Limpeza urbana		Limpeza das unidades prediais da administração municipal		Segurança das unidades prediais da administração municipal	
		Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
Total	5 506	1 072	4 427	903	4 596	384	5 108	305	5 187
Faixas de população									
Até 5 000	1 407	151	1 256	100	1 307	51	1 354	42	1 363
De 5 001 a 10 000	1 320	169	1 147	132	1 184	67	1 249	40	1 276
De 10 001 a 15 000	860	156	701	129	729	62	795	46	811
De 15 001 a 20 000	532	103	429	97	435	43	489	33	499
De 20 001 a 50 000	908	208	700	205	703	63	842	56	849
De 50 001 a 100 000	279	129	150	110	169	34	244	32	247
De 100 001 a 200 000	106	75	31	64	42	22	84	21	85
De 200 001 a 500 000	68	55	13	44	23	24	43	17	49
De 500 001 a 1 000 000	15	15	-	13	2	10	5	10	5
Mais de 1 000 000	11	11	-	9	2	8	3	8	3
Ano de instalação do município									
Anterior a 1940	1 586	461	1 124	420	1 165	158	1 424	141	1 440
De 1940 a 1963	2 029	264	1 762	223	1 802	97	1 925	68	1 955
De 1964 a 1988	584	116	467	100	484	44	540	39	545
De 1989 a 1992	303	58	245	43	260	14	289	8	295
De 1993 a 1996	472	83	388	58	413	25	446	21	450
De 1997 em diante	532	90	441	59	472	46	484	28	502
Grandes Regiões									
Norte	449	102	346	93	355	39	409	25	423
Nordeste	1 787	347	1 437	306	1 478	180	1 602	119	1 663
Sudeste	1 666	302	1 361	255	1 408	89	1 569	62	1 596
Sul	1 159	256	903	175	984	56	1 103	83	1 076
Centro-Oeste	445	65	380	74	371	20	425	16	429

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 1999.

Nota: O Distrito Federal não foi incluído nos resultados.

(1) Inclusive os ignorados e os sem declaração de existência.

Tabela 25 - Municípios, por tipo de atividades informatizadas, segundo as faixas de população, ano de instalação do município e Grandes Regiões - 1999

(continua)

Faixas de população, ano de instalação do município e Grandes Regiões	Municípios (1)										
	Total	Tipo de atividades informatizadas									
		Cadastro e/ou banco de dados de saúde		Cadastro e/ou banco de dados de educação		Patrimônio informatizado		Tesouraria/ contabilidade		Controle de orçamento	
		Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
Total	5 506	3 412	2 076	2 522	2 966	2 488	2 998	4 911	585	4 367	1 121
Faixas de população											
Até 5 000	1 407	691	713	497	908	684	718	1222	182	1 095	308
De 5 001 a 10 000	1 320	774	540	542	771	531	780	1144	171	1 008	305
De 10 001 a 15 000	860	586	271	403	454	348	510	766	92	664	192
De 15 001 a 20 000	532	372	160	281	251	217	315	483	49	421	109
De 20 001 a 50 000	908	645	259	502	403	395	510	832	76	738	170
De 50 001 a 100 000	279	206	73	170	108	170	109	271	8	253	26
De 100 001 a 200 000	106	70	36	66	39	73	33	103	3	102	4
De 200 001 a 500 000	68	48	19	41	26	50	17	65	3	63	4
De 500 001 a 1 000 000	15	11	4	9	6	10	5	14	1	13	2
Mais de 1 000 000	11	9	1	11	-	10	1	11	-	10	1
Ano de instalação do município											
Anterior a 1940	1 586	1088	493	808	771	735	847	1459	126	1 320	263
De 1940 a 1963	2 029	1259	763	895	1129	804	1216	1809	216	1 583	440
De 1964 a 1988	584	336	248	260	322	279	303	512	72	445	137
De 1989 a 1992	303	175	128	140	163	162	141	274	29	245	58
De 1993 a 1996	472	246	222	193	277	268	202	412	57	380	90
De 1997 em diante	532	308	222	226	304	240	289	445	85	394	133
Grandes Regiões											
Norte	449	225	220	166	281	142	302	331	113	281	163
Nordeste	1 787	1176	605	732	1050	405	1374	1404	381	1 145	635
Sudeste	1 666	1020	638	678	977	942	717	1618	45	1 496	164
Sul	1 159	725	434	750	409	775	384	1146	13	1 089	70
Centro-Oeste	445	266	179	196	249	224	221	412	33	356	89

Tabela 25 - Municípios, por tipo de atividades informatizadas, segundo as faixas de população, ano de instalação do município e Grandes Regiões - 1999

Faixas de população, ano de instalação do município e Grandes Regiões	(conclusão)									
	Municípios (1)									
	Tipo de atividades informatizadas									
	Cadastro de alvarás		Mapeamento digital		Folha de pagamento		Cadastro imobiliário		Cadastro de ISS	
	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
Total	2 459	3 021	396	5 079	4 940	552	3 162	2 325	2 578	2 908
Faixas de população										
Até 5 000	477	926	34	1 366	1 198	207	678	727	489	915
De 5 001 a 10 000	510	801	37	1 272	1 150	164	666	645	496	814
De 10 001 a 15 000	381	476	49	807	771	86	483	374	408	449
De 15 001 a 20 000	239	293	45	487	493	39	305	227	255	277
De 20 001 a 50 000	482	420	91	812	858	48	600	305	527	379
De 50 001 a 100 000	209	67	54	222	272	6	239	38	221	56
De 100 001 a 200 000	85	21	35	70	105	1	100	6	96	10
De 200 001 a 500 000	52	16	36	32	67	1	66	2	61	7
De 500 001 a 1 000 000	13	1	8	7	15	-	14	1	14	1
Mais de 1 000 000	11	-	7	4	11	-	11	-	11	-
Ano de instalação do município										
Anterior a 1940	846	730	181	1 397	1 493	90	1 121	460	964	616
De 1940 a 1963	819	1 202	124	1 893	1 825	200	1 077	945	844	1 180
De 1964 a 1988	276	308	27	555	520	64	328	256	256	328
De 1989 a 1992	141	162	19	284	269	34	156	147	145	158
De 1993 a 1996	204	266	22	448	392	78	262	208	205	264
De 1997 em diante	173	353	23	502	441	86	218	309	164	362
Grandes Regiões										
Norte	118	326	18	427	327	119	115	330	103	341
Nordeste	408	1 369	59	1 716	1 462	320	564	1 213	439	1 338
Sudeste	844	812	134	1 517	1 594	66	1 254	407	1 018	643
Sul	863	295	169	990	1 134	25	959	200	823	336
Centro-Oeste	226	219	16	429	423	22	270	175	195	250

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 1999.

Nota: O Distrito Federal não foi incluído nos resultados.

(1) Inclusive os ignorados e os sem declaração de existência.

Tabela 26 - Municípios, por existência de instituto, órgão ou serviço de cartografia e de estatística, segundo as faixas de população, ano de instalação do município e Grandes Regiões - 1999

Faixas de população, ano de instalação do município e Grandes Regiões	Municípios (1)				
	Total	Existência de instituto, órgão ou serviço			
		De cartografia		De estatística	
		Sim	Não	Sim	Não
Total	5 506	342	5 151	443	5 034
Faixas de população					
Até 5 000	1 407	29	1 375	54	1 348
De 5 001 a 10 000	1 320	25	1 290	45	1 266
De 10 001 a 15 000	860	28	828	25	828
De 15 001 a 20 000	532	24	507	23	507
De 20 001 a 50 000	908	80	828	100	805
De 50 001 a 100 000	279	59	220	93	185
De 100 001 a 200 000	106	42	64	43	61
De 200 001 a 500 000	68	33	35	38	30
De 500 001 a 1 000 000	15	11	4	12	3
Mais de 1 000 000	11	11	-	10	1
Ano de instalação do município					
Anterior a 1940	1 586	190	1 395	247	1 328
De 1940 a 1963	2 029	83	1 940	106	1 914
De 1964 a 1988	584	32	552	37	546
De 1989 a 1992	303	16	287	13	290
De 1993 a 1996	472	15	456	18	449
De 1997 em diante	532	6	521	22	507
Grandes Regiões					
Norte	449	26	419	42	400
Nordeste	1 787	60	1 721	126	1 655
Sudeste	1 666	97	1 566	138	1 512
Sul	1 159	120	1 039	107	1 052
Centro-Oeste	445	39	406	30	415

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 1999.

Nota: O Distrito Federal não foi incluído nos resultados.

(1) Inclusive os ignorados e os sem declaração de existência.

Tabela 27 - Municípios, por existência e tempo de elaboração ou atualização de mapas de área urbana, segundo as faixas de população, ano de instalação do município e Grandes Regiões - 1999

Faixas de população, ano de instalação do município e Grandes Regiões	Municípios (1)						
	Total	Mapas de área urbana					
		Existência		Tempo da elaboração ou atualização			
		Sim	Não	Menos de 5 anos	De 5 a 10 anos	Mais de 10 anos	Sem informação da data
Total	5 506	4 593	896	2 849	517	823	1 317
Faixas de população							
Até 5 000	1 407	1 186	214	769	144	189	305
De 5 001 a 10 000	1 320	1 070	245	629	128	195	368
De 10 001 a 15 000	860	678	180	397	84	130	249
De 15 001 a 20 000	532	424	107	245	44	91	152
De 20 001 a 50 000	908	779	128	503	71	143	191
De 50 001 a 100 000	279	260	18	180	26	36	37
De 100 001 a 200 000	106	103	3	65	7	24	10
De 200 001 a 500 000	68	67	1	49	5	10	4
De 500 001 a 1 000 000	15	15	-	5	6	3	1
Mais de 1 000 000	11	11	-	7	2	2	-
Ano de instalação do município							
Anterior a 1940	1 586	1 353	230	821	138	282	345
De 1940 a 1963	2 029	1 616	407	969	181	302	577
De 1964 a 1988	584	521	61	303	63	115	103
De 1989 a 1992	303	262	40	141	69	42	51
De 1993 a 1996	472	428	40	292	62	51	67
De 1997 em diante	532	413	118	323	4	31	174
Grandes Regiões							
Norte	449	380	63	265	37	47	100
Nordeste	1 787	1 233	548	686	124	264	713
Sudeste	1 666	1 421	242	843	145	281	397
Sul	1 159	1 137	21	769	156	158	76
Centro-Oeste	445	422	22	286	55	73	31

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 1999.

Nota: O Distrito Federal não foi incluído nos resultados.

(1) Inclusive os ignorados e os sem declaração de existência.

Tabela 28 - Municípios, por existência e tipo de conselhos municipais, segundo as faixas de população, ano de instalação do município e Grandes Regiões - 1999

(continua)

Faixas de população, ano de instalação do município e Grandes Regiões	Municípios (1)												
	Total	Conselhos municipais existentes											
		Quantidade											
		0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
Total	5 506	20	33	252	734	1 391	1 335	904	466	219	94	41	17
Faixas de população													
Até 5 000	1 407	4	13	109	300	395	328	171	58	20	8	2	-
De 5 001 a 10 000	1 320	8	7	77	212	383	321	191	67	37	12	3	2
De 10 001 a 15 000	860	4	4	34	99	220	222	158	79	31	8	-	1
De 15 001 a 20 000	532	3	3	17	58	131	134	101	54	22	8	-	1
De 20 001 a 50 000	908	-	6	14	55	215	242	191	114	50	15	4	1
De 50 001 a 100 000	279	1	-	1	9	33	60	61	51	26	20	14	3
De 100 001 a 200 000	106	-	-	-	-	10	21	21	18	17	8	8	3
De 200 001 a 500 000	68	-	-	-	1	4	4	10	16	11	10	9	3
De 500 001 a 1 000 000	15	-	-	-	-	-	3	-	3	5	1	-	3
Mais de 1 000 000	11	-	-	-	-	-	-	-	6	-	4	1	-
Ano de instalação do município													
Anterior a 1940	1 586	7	7	30	115	353	365	312	208	103	46	30	10
De 1940 a 1963	2 029	9	17	122	278	522	497	307	154	73	39	7	4
De 1964 a 1988	584	-	1	21	71	155	173	105	32	18	4	2	2
De 1989 a 1992	303	-	2	19	41	76	82	46	26	11	-	-	-
De 1993 a 1996	472	2	4	29	79	110	127	78	29	9	3	2	-
De 1997 em diante	532	2	2	31	150	175	91	56	17	5	2	-	1
Grandes Regiões													
Norte	449	5	9	32	113	117	106	39	20	6	1	1	-
Nordeste	1 787	7	10	105	327	622	442	193	53	17	5	1	5
Sudeste	1 666	6	12	92	209	402	377	270	171	72	34	17	4
Sul	1 159	2	2	17	46	123	269	322	196	105	50	19	8
Centro-Oeste	445	-	-	6	39	127	141	80	26	19	4	3	-

Tabela 28 - Municípios, por existência e tipo de conselhos municipais, segundo as faixas de população, ano de instalação do município e Grandes Regiões - 1999

(conclusão)

Faixas de população, ano de instalação do município e Grandes Regiões	Municípios (1)										
	Conselhos municipais existentes										
	Tipo										
	Educa- ção	Saúde	Assis- tência ação social	Direitos das crianças e adoles- centes	Empre- go trabalho	Turismo	Habi- tação	Meio ambi- ente	Trans- portes	Política urbana	Outros
Total	5 010	5 425	5 036	3 948	1 669	858	439	1 176	228	188	2 882
Faixas de população											
Até 5 000	1264	1380	1241	761	311	118	81	168	7	11	688
De 5 001 a 10 000	1202	1298	1187	868	338	149	87	211	19	13	633
De 10 001 a 15 000	787	848	802	648	279	125	56	166	14	15	451
De 15 001 a 20 000	488	527	486	415	170	92	38	121	26	13	272
De 20 001 a 50 000	830	897	858	787	343	196	64	250	34	41	504
De 50 001 a 100 000	253	276	267	271	131	91	54	129	49	32	192
De 100 001 a 200 000	98	106	103	105	54	41	22	62	39	20	68
De 200 001 a 500 000	64	67	66	67	33	33	26	49	27	27	53
De 500 001 a 1 000 000	14	15	15	15	8	8	5	11	8	8	11
Mais de 1 000 000	10	11	11	11	2	5	6	9	5	8	10
Ano de instalação do município											
Anterior a 1940	1443	1562	1490	1360	556	425	171	515	139	99	865
De 1940 a 1963	1844	1997	1832	1410	619	256	164	393	51	57	1014
De 1964 a 1988	528	575	544	456	180	62	33	80	19	12	328
De 1989 a 1992	276	299	267	207	89	33	26	57	3	5	161
De 1993 a 1996	421	463	426	303	138	41	30	64	11	10	257
De 1997 em diante	498	529	477	212	87	41	15	67	5	5	257
Grandes Regiões											
Norte	399	434	396	261	50	47	7	51	14	5	187
Nordeste	1650	1771	1601	1087	288	127	38	161	36	24	891
Sudeste	1503	1631	1516	1210	449	319	152	542	70	61	776
Sul	1068	1150	1091	1005	774	298	215	337	97	85	763
Centro-Oeste	390	439	432	385	108	67	27	85	11	13	265

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 1999.

Nota: O Distrito Federal não foi incluído nos resultados.

(1) Inclusive os ignorados e os sem declaração de existência.

Tabela 29 - Municípios, por percentuais de vias urbanas pavimentadas e com iluminação pública, segundo as faixas de população, ano de instalação do município e Grandes Regiões - 1999

(continua)

Faixas de população, ano de instalação do município e Grandes Regiões	Municípios (1)					
	Total	Percentuais de vias urbanas pavimentadas				
		Menos de 20%	20% a menos de 40%	40% a menos de 60%	60% a menos de 80%	80% ou mais
Total	5 506	623	685	755	1 502	1 932

Faixas de população

Até 5 000	1 407	246	163	179	297	519
De 5 001 a 10 000	1 320	155	184	191	341	445
De 10 001 a 15 000	860	81	103	130	245	299
De 15 001 a 20 000	532	49	51	75	162	195
De 20 001 a 50 000	908	65	120	116	289	318
De 50 001 a 100 000	279	17	34	29	106	92
De 100 001 a 200 000	106	5	18	18	32	33
De 200 001 a 500 000	68	4	9	13	19	23
De 500 001 a 1 000 000	15	1	3	2	5	4
Mais de 1 000 000	11	-	-	2	6	4

Ano de instalação do município

Anterior a 1940	1 586	51	157	181	515	679
De 1940 a 1963	2 029	97	173	285	613	859
De 1964 a 1988	584	61	100	83	164	176
De 1989 a 1992	303	56	69	50	62	66
De 1993 a 1996	472	146	80	80	68	95
De 1997 em diante	532	212	106	76	80	57

Grandes Regiões

Norte	449	163	105	69	71	38
Nordeste	1787	137	194	275	604	575
Sudeste	1666	78	119	150	421	893
Sul	1159	152	171	199	306	331
Centro-Oeste	445	93	96	62	100	95

Tabela 29 - Municípios, por percentuais de vias urbanas pavimentadas e com iluminação pública, segundo as faixas de população, ano de instalação do município e Grandes Regiões - 1999

(conclusão)

Faixas de população, ano de instalação do município e Grandes Regiões	Municípios (1)				
	Percentuais de vias urbanas com iluminação pública				
	Menos de 20%	20% a menos de 40%	40% a menos de 60%	60% a menos de 80%	80% ou mais
Total	69	90	170	559	4 610
Faixas de população					
Até 5 000	21	31	44	128	1182
De 5 001 a 10 000	18	25	54	144	1076
De 10 001 a 15 000	12	9	22	91	725
De 15 001 a 20 000	7	7	15	58	445
De 20 001 a 50 000	6	10	25	89	777
De 50 001 a 100 000	3	5	7	27	235
De 100 001 a 200 000	-	3	3	9	91
De 200 001 a 500 000	-	-	-	7	59
De 500 001 a 1 000 000	-	-	-	4	10
Mais de 1 000 000	-	-	-	2	10
Ano de instalação do município					
Anterior a 1940	11	13	33	126	1399
De 1940 a 1963	10	10	34	179	1793
De 1964 a 1988	7	7	20	67	483
De 1989 a 1992	8	8	13	40	234
De 1993 a 1996	14	21	37	68	331
De 1997 em diante	19	31	33	79	370
Grandes Regiões					
Norte	26	30	53	97	242
Nordeste	21	14	43	168	1540
Sudeste	7	12	23	112	1505
Sul	8	22	33	123	973
Centro-Oeste	7	12	18	59	350

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 1999.

Nota: O Distrito Federal não foi incluído nos resultados.

(1) Inclusive os ignorados e os sem declaração de existência.

Tabela 30 - Municípios, por número de licenças para construção, concedidas em 1997 e 1998 e número de alvarás de habitação em 1997 e 1998, segundo as faixas de população, ano de instalação do município e Grandes Regiões - 1999

Faixas de população, ano de instalação do município e Grandes Regiões	Municípios (1)								
	Total	Licenças para construção, concedidas				Alvarás de habitação			
		Em 1997		Em 1998		Em 1997		Em 1998	
		Total de municípios	Total de licenças	Total de municípios	Total de licenças	Total de municípios	Total de licenças	Total de municípios	Total de licenças
Total	5 506	3 466	391 702	3 633	410 730	3 238	216 573	3 405	235 012
Faixas de população									
Até 5 000	1 407	775	10 249	836	12 086	712	5 720	775	6 548
De 5 001 a 10 000	1 320	763	20 217	799	23 320	713	12 776	745	13 446
De 10 001 a 15 000	860	536	24 479	561	27 618	499	12 554	523	14 540
De 15 001 a 20 000	532	330	25 283	346	27 561	308	13 108	323	15 125
De 20 001 a 50 000	908	654	88 889	673	96 532	611	45 022	632	50 748
De 50 001 a 100 000	279	235	76 291	240	79 171	222	37 506	229	42 234
De 100 001 a 200 000	106	91	47 861	94	47 586	93	27 243	94	31 259
De 200 001 a 500 000	68	62	66 614	62	62 973	61	37 335	62	36 235
De 500 001 a 1 000 000	15	12	9 829	13	11 377	11	8 460	13	11 465
Mais de 1 000 000	11	8	21 990	9	22 506	8	16 849	9	13 412
Ano de instalação do município									
Anterior a 1940	1 586	1 171	263 346	1 200	266 864	1 101	145 925	1 136	150 832
De 1940 a 1963	2 029	1 233	87 029	1 287	95 347	1 166	48 192	1 217	55 253
De 1964 a 1988	584	346	23 198	370	24 097	312	12 341	337	14 549
De 1989 a 1992	303	176	6 681	183	8 066	156	3 617	169	5 087
De 1993 a 1996	472	275	7 792	303	10 921	252	5 133	268	7 056
De 1997 em diante	532	265	3 656	290	5 435	251	1 365	278	2 235
Grandes Regiões									
Norte	449	190	12 570	208	14 577	114	4 010	131	5 354
Nordeste	1 787	914	49 637	958	62 829	832	31 515	876	40 596
Sudeste	1 666	1 160	194 642	1 208	197 643	1 137	107 804	1 191	111 110
Sul	1 159	973	111 328	1 016	110 914	925	60 898	964	64 443
Centro-Oeste	445	229	23 525	243	24 767	230	12 346	243	13 509

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 1999.

Nota: O Distrito Federal não foi incluído nos resultados.

(1) Inclusive os ignorados e os sem declaração de existência.

Tabela 31 - Municípios, por tamanho do lote mínimo, existência de órgão específico para política de habitação, programas na área de habitação e de cadastro de famílias interessadas em programas habitacionais, segundo as faixas de população, ano de instalação do município e Grandes Regiões - 1999

Faixas de população, ano de instalação do município e Grandes Regiões	Municípios (1)									
	Total	Tamanho do lote mínimo			Existência de					
		Até 125 m²	Mais de 125m²	Lei não regula- mentada	Órgão específico para política de habitação		Programas na área de habitação		Cadastro de famílias interessadas em programas habitacionais	
					Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
Total	5 506	636	1 884	2 963	1 546	3 939	3 710	1 786	3 173	2 326
Faixas de população										
Até 5 000	1 407	109	418	873	244	1 152	880	524	718	686
De 5 001 a 10 000	1 320	141	398	775	263	1 053	834	483	715	602
De 10 001 a 15 000	860	97	259	497	219	638	561	295	486	373
De 15 001 a 20 000	532	58	176	296	173	359	354	178	302	230
De 20 001 a 50 000	908	122	347	439	330	575	667	241	576	332
De 50 001 a 100 000	279	57	149	72	156	123	236	43	206	73
De 100 001 a 200 000	106	22	77	7	74	32	88	18	88	18
De 200 001 a 500 000	68	19	47	2	62	6	65	3	57	11
De 500 001 a 1 000 000	15	7	7	1	14	1	14	1	14	1
Mais de 1 000 000	11	4	6	1	11	-	11	-	11	-
Ano de instalação do município										
Anterior a 1940	1 586	281	603	695	611	969	1 182	403	1 021	564
De 1940 a 1963	2 029	223	647	1 148	514	1 507	1 379	644	1 148	879
De 1964 a 1988	584	54	220	310	152	430	393	190	347	237
De 1989 a 1992	303	15	120	168	63	240	198	105	155	148
De 1993 a 1996	472	35	180	255	104	365	275	196	242	226
De 1997 em diante	532	28	114	387	102	428	283	248	260	272
Grandes Regiões										
Norte	449	27	117	303	110	335	291	157	225	220
Nordeste	1 787	116	135	1 529	481	1 301	1 209	574	903	883
Sudeste	1 666	376	652	624	422	1 233	1 079	583	975	689
Sul	1 159	87	809	263	418	740	816	342	786	373
Centro-Oeste	445	30	171	244	115	330	315	130	284	161

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 1999.

Nota: O Distrito Federal não foi incluído nos resultados.

(1) Inclusive os ignorados e os sem declaração de existência.

Tabela 32 - Municípios, total e por tipo de ações e programas existentes na área habitacional, com indicação do número de famílias beneficiadas, segundo as faixas de população, ano de instalação do município e Grandes Regiões - 1999

(continua)

Faixas de população, ano de instalação do município e Grandes Regiões	Total de municípios	Municípios, por tipo de ações e programas existentes na área habitacional (1)								
		Construção de unidades			Oferta de lotes			Urbanização de assentamentos		
		Existência		Famílias benefi- ciadas	Existência		Famílias benefi- ciadas	Existência		Famílias benefi- ciadas
		Sim	Não		Sim	Não		Sim	Não	
Total	5 506	2 937	769	435 544	1 836	1 863	442 504	794	2 895	357 596
Faixas de população										
Até 5 000	1 407	704	173	27 950	399	479	26 102	93	778	5 332
De 5 001 a 10 000	1 320	652	182	39 552	385	447	35 420	130	700	15 168
De 10 001 a 15 000	860	440	121	35 240	268	291	25 585	110	449	12 742
De 15 001 a 20 000	532	277	76	21 275	189	165	28 651	89	264	18 913
De 20 001 a 50 000	908	530	137	69 583	345	320	79 395	172	492	41 866
De 50 001 a 100 000	279	193	43	40 228	130	103	46 688	89	145	47 082
De 100 001 a 200 000	106	69	19	27 086	59	29	42 098	46	42	43 107
De 200 001 a 500 000	68	50	15	36 697	41	24	43 524	43	22	127 430
De 500 001 a 1 000 000	15	11	2	13 056	12	1	11 827	11	2	37 598
Mais de 1 000 000	11	11	1	124 877	8	4	103 214	11	1	8 358
Ano de instalação do município										
Anterior a 1940	1 586	936	244	200 392	618	556	196 178	328	845	195 475
De 1940 a 1963	2 029	1 126	251	182 384	672	704	175 247	261	1 114	110 696
De 1964 a 1988	584	308	85	25 959	190	203	33 716	87	304	32 933
De 1989 a 1992	303	159	39	10 067	94	104	11 458	35	163	7 442
De 1993 a 1996	472	224	51	8 801	121	154	9 637	41	230	5 604
De 1997 em diante	532	184	99	7 941	141	142	16 268	42	239	5 446
Grandes Regiões										
Norte	449	224	67	13 944	214	75	31 255	84	200	20 236
Nordeste	1 787	883	326	90 256	605	603	105 067	248	957	61 868
Sudeste	1 666	842	232	160 527	486	584	123 135	209	859	199 771
Sul	1 159	717	99	52 999	332	484	54 273	188	628	51 596
Centro-Oeste	445	271	45	117 818	199	117	128 774	65	251	24 125

Tabela 32 - Municípios, total e por tipo de ações e programas existentes na área habitacional, com indicação do número de famílias beneficiadas, segundo as faixas de população, ano de instalação do município e Grandes Regiões - 1999

(conclusão)

Faixas de população, ano de instalação do município e Grandes Regiões	Municípios, por tipo de ações e programas existentes na área habitacional (1)								
	Regularização fundiária			Oferta de material de construção			Melhoria de cortiços		
	Existência		Famílias benefi- ciadas	Existência		Famílias benefi- ciadas	Existência		Famílias benefi- ciadas
	Sim	Não		Sim	Não		Sim	Não	
Total	506	3 181	366 288	1 927	1 772	347 047	490	3 193	46 753
Faixas de população									
Até 5 000	59	811	8 612	487	391	28 937	71	796	1 882
De 5 001 a 10 000	71	760	4 842	417	415	39 561	103	726	3 513
De 10 001 a 15 000	58	500	12 745	293	267	26 475	79	480	4 319
De 15 001 a 20 000	46	307	11 701	200	152	33 024	51	302	4 371
De 20 001 a 50 000	108	555	22 255	334	331	56 759	108	556	7 112
De 50 001 a 100 000	66	167	28 027	109	124	16 872	42	191	3 927
De 100 001 a 200 000	38	50	28 418	42	46	12 477	17	70	12 988
De 200 001 a 500 000	39	26	129 269	27	38	12 203	10	55	4 285
De 500 001 a 1 000 000	11	3	15 033	10	4	2 387	3	11	2 296
Mais de 1 000 000	10	2	105 386	8	4	118 352	6	6	2 060
Ano de instalação do município									
Anterior a 1940	235	937	207 360	634	540	110 940	185	988	21 710
De 1940 a 1963	132	1 242	116 080	724	654	190 605	172	1 201	19 620
De 1964 a 1988	66	325	24 074	199	194	18 340	50	338	2 058
De 1989 a 1992	12	186	1 780	95	103	9 059	25	173	1 837
De 1993 a 1996	29	241	11 347	120	153	6 253	19	252	339
De 1997 em diante	32	250	5 647	155	128	11 850	39	241	1 189
Grandes Regiões									
Norte	69	214	33 431	156	133	14 967	21	262	1 531
Nordeste	118	1 088	45 826	795	414	116 286	204	1 000	19 523
Sudeste	134	932	150 126	549	520	66 316	125	939	18 516
Sul	135	681	56 599	260	556	16 325	118	698	5 947
Centro-Oeste	50	266	80 306	167	149	133 153	22	294	1 236

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 1999.

Nota: O Distrito Federal não foi incluído nos resultados.

(1) Inclusive os ignorados e os sem declaração de existência.

Tabela 33 - Municípios, total e por existência de favelas ou assemelhados, cadastro, grau de abrangência do cadastro e número de domicílios cadastrado dos mesmos, segundo as faixas de população, ano de instalação do município e Grandes Regiões - 1999

Faixas de população, ano de instalação do município e Grandes Regiões	Total de municípios	Municípios, com favelas ou assemelhados (1)							
		Existência		Cadastro				Número de domicílios em favelas ou assemelhados	
				Sim	Não	Grau de abrangência do cadastro			
		Sim	Não			Total	Parcial	Total	%
Total	5 506	1 519	3 907	802	692	314	493	921 782	100,00
Faixas de população									
Até 5 000	1 407	148	1 246	73	68	38	38	5 905	60,00
De 5 001 a 10 000	1 320	242	1 056	119	118	50	70	15 700	1,70
De 10 001 a 15 000	860	248	598	108	136	42	67	24 055	2,60
De 15 001 a 20 000	532	189	333	99	87	40	59	36 392	3,90
De 20 001 a 50 000	908	369	519	194	172	66	128	67 626	7,30
De 50 001 a 100 000	279	158	121	91	63	29	62	105 529	11,40
De 100 001 a 200 000	106	79	26	48	32	18	30	100 287	10,80
De 200 001 a 500 000	68	60	8	46	14	20	25	214 290	23,10
De 500 001 a 1 000 000	15	15	-	15	-	7	8	110 736	11,90
Mais de 1 000 000	11	11	-	9	2	4	6	241 262	26,80
Ano de instalação do município									
Anterior a 1940	1 586	638	927	345	288	131	215	635 890	68,40
De 1940 a 1963	2 029	478	1 523	268	205	109	159	202 044	22,60
De 1964 a 1988	584	151	425	77	69	30	47	50 377	5,40
De 1989 a 1992	303	59	240	24	31	11	13	9 133	1,00
De 1993 a 1996	472	89	373	44	43	20	24	14 733	1,60
De 1997 em diante	532	104	419	44	56	12	35	9 605	1,00
Grandes Regiões									
Norte	449	115	325	35	78	13	24	21 905	2,40
Nordeste	1 787	520	1 238	250	258	65	186	159 281	17,10
Sudeste	1 666	387	1 253	218	170	107	112	424 025	45,60
Sul	1 159	442	705	274	157	117	157	300 058	32,30
Centro-Oeste	445	55	386	25	29	11	14	16 513	2,60

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 1999.

Nota: O Distrito Federal não foi incluído nos resultados.

(1) Inclusive os ignorados e os sem declaração de existência.

Tabela 34 - Municípios, total e por existência de cortiços ou assemelhados, cadastro, grau de abrangência do cadastro e número cadastrado dos mesmos, segundo as faixas de população, ano de instalação do município e Grandes Regiões - 1999

Faixas de população, ano de instalação do município e Grandes Regiões	Total de municípios	Municípios, com cortiços ou assemelhados (1)							
		Existência		Cadastro				Número de cortiços ou assemelhados	
				Sim	Não	Grau de abrangência do cadastro			
		Sim	Não			Total	Parcial	Total	%
Total	5 506	540	4 832	198	356	79	121	29 582	100,00
Faixas de população									
Até 5 000	1 407	45	1 344	15	31	9	7	554	1,87
De 5 001 a 10 000	1 320	81	1 211	27	55	13	15	834	2,82
De 10 001 a 15 000	860	79	763	30	53	15	15	4 045	13,67
De 15 001 a 20 000	532	53	463	22	27	7	15	1 180	3,99
De 20 001 a 50 000	908	140	739	57	83	21	36	6 699	22,65
De 50 001 a 100 000	279	64	202	21	48	8	13	7 220	24,41
De 100 001 a 200 000	106	35	65	12	26	4	8	3 493	11,81
De 200 001 a 500 000	68	27	38	8	21	1	7	4 831	16,33
De 500 001 a 1 000 000	15	9	4	3	7	-	3	5	0,02
Mais de 1 000 000	11	7	3	3	5	1	2	721	2,44
Ano de instalação do município									
Anterior a 1940	1 586	257	1 277	101	168	37	65	18 285	61,81
De 1940 a 1963	2 029	166	1 821	66	103	28	39	9 835	33,25
De 1964 a 1988	584	40	532	12	29	4	8	520	1,76
De 1989 a 1992	303	22	274	4	18	2	2	295	1,00
De 1993 a 1996	472	30	435	7	21	3	4	462	1,56
De 1997 em diante	532	25	493	8	17	5	3	185	0,63
Grandes Regiões									
Norte	449	41	398	4	34	1	3	3 153	10,66
Nordeste	1 787	185	1 538	69	102	15	55	17 842	60,31
Sudeste	1 666	184	1 448	70	148	32	39	5 231	17,68
Sul	1 159	117	1 023	49	64	28	21	2 607	8,81
Centro-Oeste	445	13	425	6	8	3	3	749	2,53

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 1999.

Nota: O Distrito Federal não foi incluído nos resultados.

(1) Inclusive os ignorados e os sem declaração de existência.

Tabela 35 Municípios, total e por existência de loteamentos irregulares ou assemelhados, cadastro, grau de abrangência do cadastro e número cadastrado dos mesmos, segundo as faixas de população, ano de instalação do município e Grandes Regiões - 1999

Faixas de população, ano de instalação do município e Grandes Regiões	Total de municípios	Municípios, com loteamentos irregulares ou assemelhados (1)							
		Existência		Cadastro				Número de loteamentos irregulares ou assemelhados	
				Sim	Não	Grau de abrangência do cadastro			
		Sim	Não			Total	Parcial	Total	%
Total	5 506	2 418	2 896	1 222	1 150	621	615	62 231	100,00
Faixas de população									
Até 5 000	1 407	404	961	189	214	113	76	1 488	2,39
De 5 001 a 10 000	1 320	510	759	240	264	136	108	15 416	24,77
De 10 001 a 15 000	860	361	456	171	181	74	99	5 827	9,36
De 15 001 a 20 000	532	245	271	114	121	53	63	4 701	7,55
De 20 001 a 50 000	908	518	358	280	223	139	145	10 379	16,68
De 50 001 a 100 000	279	205	70	126	73	60	67	9 036	14,52
De 100 001 a 200 000	106	89	15	48	42	24	25	2 436	3,91
De 200 001 a 500 000	68	63	4	39	24	16	23	2 093	3,36
De 500 001 a 1 000 000	15	15	-	9	6	4	5	8 168	13,13
Mais de 1 000 000	11	8	2	6	2	2	4	2 687	4,32
Ano de instalação do município									
Anterior a 1940	1 586	885	647	476	390	225	256	24 153	38,81
De 1940 a 1963	2 029	784	1 175	381	389	200	186	13 483	21,67
De 1964 a 1988	584	238	332	130	105	74	58	7 978	12,82
De 1989 a 1992	303	124	163	60	62	25	35	866	1,39
De 1993 a 1996	472	212	249	103	107	58	45	6 494	10,44
De 1997 em diante	532	175	330	72	97	39	35	9 257	14,88
Grandes Regiões									
Norte	449	202	227	74	122	36	36	16 759	26,93
Nordeste	1 787	538	1 154	205	309	78	132	11 737	18,86
Sudeste	1 666	854	769	469	376	266	214	22 795	36,63
Sul	1 159	628	505	355	266	176	179	9 781	15,72
Centro-Oeste	445	196	241	119	77	65	54	1 159	1,86

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 1999.

Nota: O Distrito Federal não foi incluído nos resultados.

(1) Inclusive os ignorados e os sem declaração de existência.

Tabela 36 - Municípios, total e por existência de incentivos para atração de atividades econômicas, com indicação dos tipos de incentivos, segundo as faixas de população, ano de instalação do município e Grandes Regiões - 1999

Faixas de população, ano de instalação do município e Grandes Regiões	Total de municípios	Municípios, com incentivos para atração de atividades econômicas (1)									
		Existência		Tipos de incentivos							
				Isenção de IPTU		Isenção de ISS		Doação de terras		Outros incentivos	
		Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
Total	5 506	3 211	2 284	1 996	1 132	1 816	1 311	2 301	843	1 887	1 248
Faixas de população											
Até 5 000	1 407	698	708	408	266	349	326	482	197	413	269
De 5 001 a 10 000	1 320	683	632	406	259	386	277	499	171	380	286
De 10 001 a 15 000	860	485	374	295	174	275	195	350	122	291	182
De 15 001 a 20 000	532	315	217	197	107	173	133	235	75	182	127
De 20 001 a 50 000	908	624	284	404	213	372	246	476	142	353	258
De 50 001 a 100 000	279	233	44	166	64	149	78	164	62	149	73
De 100 001 a 200 000	106	93	12	69	24	64	28	57	36	61	31
De 200 001 a 500 000	68	61	6	43	15	39	19	33	25	44	17
De 500 001 a 1 000 000	15	11	4	6	4	6	4	3	7	6	5
Mais de 1 000 000	11	8	3	2	6	3	5	2	6	8	-
Ano de instalação do município											
Anterior a 1940	1 586	1 049	533	667	357	610	414	741	286	616	405
De 1940 a 1963	2 029	1 166	861	744	391	688	447	846	294	670	465
De 1964 a 1988	584	352	231	239	107	216	129	277	72	211	135
De 1989 a 1992	303	176	127	102	69	96	76	121	52	115	61
De 1993 a 1996	472	261	208	141	113	123	130	185	71	161	94
De 1997 em diante	532	207	324	103	95	83	115	131	68	114	88
Grandes Regiões											
Norte	449	261	187	143	108	97	149	210	47	139	107
Nordeste	1 787	784	1 002	467	307	424	354	528	247	408	365
Sudeste	1 666	965	692	580	335	529	386	656	264	527	404
Sul	1 159	917	242	629	282	591	320	684	227	651	256
Centro-Oeste	445	284	161	177	100	175	102	223	58	162	116

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 1999.

Nota: O Distrito Federal não foi incluído nos resultados.

(1) Inclusive os ignorados e os sem declaração de existência.

Tabela 37 - Municípios, total e por existência de auxílio dos programas da comunidade solidária, programa ou ação de geração de trabalho e renda e programa de capacitação profissional, segundo as faixas de população, ano de instalação do município e Grandes Regiões - 1999

Faixas de população, ano de instalação do município e Grandes Regiões	Total municípios	Municípios, por existência de auxílio de programas sociais da comunidade solidária (1)					
		Recebimento de auxílio da comunidade solidária		Programa ou ação de geração de trabalho e renda		Programa de capacitação profissional	
		Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
Total	5 506	1 869	3 581	2 588	2 899	2 561	2 904
Faixas de população							
Até 5 000	1 407	414	976	502	903	474	924
De 5 001 a 10 000	1 320	509	797	532	779	518	789
De 10 001 a 15 000	860	314	537	386	472	394	462
De 15 001 a 20 000	532	200	331	257	275	264	267
De 20 001 a 50 000	908	311	592	544	362	532	366
De 50 001 a 100 000	279	68	203	197	79	206	69
De 100 001 a 200 000	106	25	80	87	19	85	21
De 200 001 a 500 000	68	18	50	58	9	63	5
De 500 001 a 1 000 000	15	4	10	14	1	14	1
Mais de 1 000 000	11	6	5	11	-	11	-
Ano de instalação do município							
Anterior a 1940	1 586	483	1080	901	679	908	663
De 1940 a 1963	2 029	711	1302	918	1103	863	1151
De 1964 a 1988	584	230	350	268	314	281	301
De 1989 a 1992	303	108	194	137	165	112	189
De 1993 a 1996	472	142	321	182	289	184	285
De 1997 em diante	532	195	334	182	349	213	315
Grandes Regiões							
Norte	449	190	245	180	266	193	251
Nordeste	1 787	852	927	806	975	858	916
Sudeste	1 666	381	1253	717	940	698	946
Sul	1 159	275	883	717	441	646	513
Centro-Oeste	445	171	273	168	277	166	278

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 1999.

Nota: O Distrito Federal não foi incluído nos resultados.

(1) Inclusive os ignorados e os sem declaração de existência.

Tabela 38- Municípios, por existência de guarda municipal, segundo as faixas de população, ano de instalação do município e Grandes Regiões - 1999

Faixas de população, ano de instalação do município e Grandes Regiões	Municípios (1)		
	Total	Existência de guarda municipal	
		Sim	Não
Total	5 506	969	4 531
Faixas de população			
Até 5 000	1 407	113	1 294
De 5 001 a 10 000	1 320	139	1 177
De 10 001 a 15 000	860	158	701
De 15 001 a 20 000	532	121	410
De 20 001 a 50 000	908	224	684
De 50 001 a 100 000	279	103	176
De 100 001 a 200 000	106	54	52
De 200 001 a 500 000	68	36	32
De 500 001 a 1 000 000	15	12	3
Mais de 1 000 000	11	9	2
Ano de instalação do município			
Anterior a 1940	1 586	402	1 182
De 1940 a 1963	2 029	332	1 694
De 1964 a 1988	584	96	488
De 1989 a 1992	303	49	254
De 1993 a 1996	472	40	431
De 1997 em diante	532	50	482
Grandes Regiões			
Norte	449	62	386
Nordeste	1 787	549	1 235
Sudeste	1 666	260	1 404
Sul	1 159	73	1 086
Centro-Oeste	445	25	420

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 1999.

Nota: O Distrito Federal não foi incluído nos resultados.

(1) Inclusive os ignorados e os sem declaração de existência.

Tabela 39 - Municípios, por existência de instrumentos legais de justiça e segurança pública, segundo as faixas de população, ano de instalação do município e Grandes Regiões - 1999

Faixas de população, ano de instalação do município e Grandes Regiões	Municípios (1)										
	Total	Existência de instrumentos legais de justiça e segurança pública									
		Comissão de defesa do consumidor		Núcleo ou delegacia de mulheres		Defesa civil		Juizado de pequenas causas		Conselho tutelar	
		Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
Total	5 506	701	4 794	346	5 150	2 081	3 412	1 540	3 960	3 011	2 489
Faixas de população											
Até 5 000	1 407	30	1 375	3	1 403	405	997	50	1 357	505	902
5 001 a 10 000	1 320	56	1 260	1	1 313	417	899	208	1 107	607	710
10 001 a 15 000	860	55	804	5	854	296	563	247	612	474	385
15 001 a 20 000	532	58	472	7	524	209	322	193	338	304	227
20 001 a 50 000	908	202	705	66	841	396	509	439	469	678	230
50 001 a 100 000	279	145	133	113	166	181	98	213	66	251	26
100 001 a 200 000	106	76	30	67	39	87	19	98	8	101	5
200 001 a 500 000	68	54	14	58	10	63	5	66	2	64	4
500 001 a 1 000 000	15	14	1	15	-	15	-	15	-	15	-
Mais de 1 000 000	11	11	-	11	-	11	-	11	-	11	-
Ano de instalação do município											
Anterior a 1940	1 586	431	1 151	260	1 323	700	734	761	675	1 028	407
De 1940 a 1963	2 029	184	1 842	60	1 964	732	1 294	460	1 567	1 038	990
De 1964 a 1988	584	52	530	18	566	208	375	151	433	356	228
De 1989 a 1992	303	13	290	2	301	99	204	43	260	152	151
De 1993 a 1996	472	8	462	5	466	155	315	31	440	216	255
De 1997 em diante	532	13	519	1	530	124	406	19	513	120	412
Grandes Regiões											
Norte	449	38	410	27	420	92	355	102	346	185	263
Nordeste	1 787	115	1 668	47	1 738	531	1 252	260	1 524	647	1 138
Sudeste	1 666	308	1 353	193	1 467	694	964	579	1 084	897	765
Sul	1 159	194	964	61	1 098	706	453	418	741	951	208
Centro-Oeste	445	46	399	18	427	58	388	181	265	331	115

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 1999.

Nota: O Distrito Federal não foi incluído nos resultados.

(1) Inclusive os ignorados e os sem declaração de existência.

Tabela 40 - Municípios, por existência de sede de comarca, segundo as faixas de população, ano de instalação do município e Grandes Regiões - 1999

Faixas de população, ano de instalação do município e Grandes Regiões	Municípios (1)		
	Total	Existência de sede de comarca	
		Sim	Não
Total	5 506	2 443	3 056
Faixas de população			
Até 5 000	1 407	49	1 356
5 001 a 10 000	1 320	290	1 027
10 001 a 15 000	860	426	433
15 001 a 20 000	532	405	126
20 001 a 50 000	908	819	89
50 001 a 100 000	279	265	14
100 001 a 200 000	106	99	7
200 001 a 500 000	68	66	-
500 001 a 1 000 000	15	14	-
Mais de 1 000 000	11	10	-
Ano de instalação do município			
Anterior a 1940	1 586	1 372	212
De 1940 a 1963	2 029	757	1 270
De 1964 a 1988	584	217	367
De 1989 a 1992	303	63	240
De 1993 a 1996	472	24	447
De 1997 em diante	532	11	520
Grandes Regiões			
Norte	449	246	202
Nordeste	1 787	943	841
Sudeste	1 666	649	1 014
Sul	1 159	399	760
Centro-Oeste	445	206	239

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 1999.

Nota: O Distrito Federal não foi incluído nos resultados.

(1) Inclusive os ignorados e os sem declaração de existência.

Tabela 41 - Municípios, por existência de redes de TV sintonizadas, segundo as faixas de população, ano de instalação do município e Grandes Regiões - 1999

Faixas de população, ano de instalação do município e Grandes Regiões	Municípios (1)							
	Total	Existência de redes de TV sintonizadas						
		Rede Educativa/ Cultura	Rede CNT	Rede Globo	Rede Manchete	Rede Bandeirantes	Rede Record	Rede SBT
Total	5 506	2 341	872	5 407	2 174	4 153	2 903	4 881
Faixas de população								
Até 5 000	1 407	482	189	1 360	514	935	634	1 192
De 5 001 a 10 000	1 320	454	153	1 292	439	927	562	1 135
De 10 001 a 15 000	860	337	119	851	293	649	445	767
De 15 001 a 20 000	532	235	65	526	201	417	273	477
De 20 001 a 50 000	908	478	155	902	409	780	581	840
De 50 001 a 100 000	279	189	83	276	175	252	215	274
De 100 001 a 200 000	106	80	47	106	77	101	99	103
De 200 001 a 500 000	68	61	44	68	47	66	68	67
De 500 001 a 1 000 000	15	14	10	15	11	15	15	15
Mais de 1 000 000	11	11	7	11	8	11	11	11
Ano de instalação do município								
Anterior a 1940	1 586	889	299	1 572	813	1 382	1 050	1 494
De 1940 a 1963	2 029	864	325	2 010	757	1 551	1 013	1 860
De 1964 a 1988	584	202	98	571	206	418	286	495
De 1989 a 1992	303	110	31	300	107	214	135	253
De 1993 a 1996	472	164	73	448	156	307	218	370
De 1997 em diante	532	112	46	506	135	281	201	409
Grandes Regiões								
Norte	449	85	54	427	90	217	129	259
Nordeste	1 787	540	104	1 740	372	1 136	700	1 538
Sudeste	1 666	1 071	375	1 656	999	1 520	1 180	1 635
Sul	1 159	477	300	1 151	552	955	636	1 061
Centro-Oeste	445	168	39	433	161	325	258	388

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 1999.

Nota: O Distrito Federal não foi incluído nos resultados.

(1) Inclusive os ignorados e os sem declaração de existência.

Tabela 42 - Municípios, por tipo e número de estabelecimentos culturais de lazer existentes, segundo as faixas de população, ano de instalação do município e Grandes Regiões - 1999

(continua)

Faixas de população, ano de instalação do município e Grandes Regiões	Municípios (1)								
	Total	Tipo e número de estabelecimentos culturais de lazer existentes							
		Bibliotecas públicas				Museus			
		0	1	2 até 5	6 ou mais	0	1	2 até 5	6 ou mais
Total	5 506	1 050	3 601	559	40	4 032	681	152	22
Faixas de população									
Até 5 000	1 407	376	783	97	-	1 042	59	2	-
De 5 001 a 10 000	1 320	297	833	118	-	1 060	94	4	-
De 10 001 a 15 000	860	177	586	79	4	718	83	1	-
De 15 001 a 20 000	532	85	389	44	4	403	89	6	1
De 20 001 a 50 000	908	103	683	111	3	628	190	41	1
De 50 001 a 100 000	279	10	218	46	4	125	110	34	2
De 100 001 a 200 000	106	-	74	28	4	39	40	22	-
De 200 001 a 500 000	68	1	30	24	13	14	11	34	8
De 500 001 a 1 000 000	15	1	3	8	3	3	4	7	1
Mais de 1 000 000	11	-	2	4	5	-	1	1	9
Ano de instalação do município									
Anterior a 1940	1 586	133	1 149	250	28	928	388	133	22
De 1940 a 1963	2 029	321	1 449	197	11	1 641	201	14	-
De 1964 a 1988	584	85	425	50	1	461	43	2	-
De 1989 a 1992	303	90	185	24	-	259	21	2	-
De 1993 a 1996	472	160	234	26	-	348	20	-	-
De 1997 em diante	532	261	159	12	-	395	8	1	-
Grandes Regiões									
Norte	449	86	275	42	4	271	23	5	2
Nordeste	1 787	424	1 055	154	4	1 374	129	25	4
Sudeste	1 666	214	1 153	218	17	1 139	235	67	12
Sul	1 159	233	807	107	12	844	263	49	3
Centro-Oeste	445	93	311	38	3	404	31	6	1

Tabela 42 - Municípios, por tipo e número de estabelecimentos culturais de lazer existentes, segundo as faixas de população, ano de instalação do município e Grandes Regiões - 1999

(conclusão)

Faixas de população, ano de instalação do município e Grandes Regiões	Municípios (1)							
	Tipo e número de estabelecimentos culturais de lazer existentes							
	Teatro ou casas de espetáculo				Cinemas			
	0	1	2 a 5	6 ou mais	0	1	2 a 5	6 ou mais
Total	4 122	532	179	42	4 455	272	92	34
Faixas de população								
Até 5 000	1 070	25	7	-	1 098	4	1	-
De 5 001 a 10 000	1 103	47	6	-	1 138	14	1	-
De 10 001 a 15 000	736	55	9	-	787	12	-	-
De 15 001 a 20 000	419	66	9	-	472	19	-	-
De 20 001 a 50 000	643	171	44	2	744	93	6	1
De 50 001 a 100 000	111	116	35	7	167	84	17	-
De 100 001 a 200 000	31	36	29	4	39	35	26	3
De 200 001 a 500 000	7	16	28	16	9	11	32	14
De 500 001 a 1 000 000	1	-	11	3	-	-	9	6
Mais de 1 000 000	-	-	1	10	-	-	-	11
Ano de instalação do								
Anterior a 1940	948	331	138	37	1 143	197	68	30
De 1940 a 1963	1 674	152	29	5	1 781	57	14	3
De 1964 a 1988	473	29	4	-	490	8	6	1
De 1989 a 1992	269	9	4	-	276	4	2	-
De 1993 a 1996	356	9	3	-	364	3	1	-
De 1997 em diante	401	2	1	-	401	3	1	-
Grandes Regiões								
Norte	256	27	15	4	278	14	4	2
Nordeste	1 326	136	59	10	1 449	57	11	6
Sudeste	1 141	204	78	19	1 239	125	49	19
Sul	992	136	25	6	1 066	64	24	5
Centro-Oeste	406	29	2	3	423	12	4	2

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 1999.

Nota: O Distrito Federal não foi incluído nos resultados.

(1) Inclusive os ignorados e os sem declaração de existência.

Tabela 43 - Municípios, por existência de estabelecimentos selecionados de comércio, serviços e lazer, segundo as faixas de população, ano de instalação do município e Grandes Regiões - 1999

(continua)

Faixas de população, ano de instalação do município e Grandes Regiões	Municípios (1)								
	Total	Existência de estabelecimentos selecionados de comércio, serviços e lazer							
		Estações de rádio AM				Estações de rádio FM			
		0	1	2 a 5	6 ou mais	0	1	2 a 5	6 ou mais
Total	5 506	3 804	830	262	20	3 216	1 197	626	46
Faixas de população									
Até 5 000	1 407	1 095	7	1	-	981	170	19	-
De 5 001 a 10 000	1 320	1 100	55	3	-	896	264	56	-
De 10 001 a 15 000	860	696	107	2	-	557	195	71	-
De 15 001 a 20 000	532	364	138	3	1	310	143	63	1
De 20 001 a 50 000	908	463	355	55	1	395	292	195	2
De 50 001 a 100 000	279	51	126	96	2	45	102	124	4
De 100 001 a 200 000	106	26	29	48	-	22	20	57	6
De 200 001 a 500 000	68	7	9	44	5	7	8	38	15
De 500 001 a 1 000 000	15	2	4	8	1	3	3	3	6
Mais de 1 000 000	11	-	-	2	9	-	-	-	11
Ano de instalação do município									
Anterior a 1940	1 586	775	487	210	16	602	472	412	39
De 1940 a 1963	2 029	1 570	251	37	4	1 375	416	126	5
De 1964 a 1988	584	427	72	11	-	369	109	39	2
De 1989 a 1992	303	274	7	1	-	226	41	16	-
De 1993 a 1996	472	365	2	-	-	318	54	16	-
De 1997 em diante	532	393	11	3	-	326	105	17	-
Grandes Regiões									
Norte	449	231	58	17	-	204	70	30	2
Nordeste	1 787	1 281	206	67	6	974	464	242	11
Sudeste	1 666	1 103	246	91	9	741	454	268	25
Sul	1 159	842	246	68	3	954	134	65	5
Centro-Oeste	445	347	74	19	2	343	75	21	3

Tabela 43 - Municípios, por existência de estabelecimentos selecionados de comércio, serviços e lazer, segundo as faixas de população, ano de instalação do município e Grandes Regiões - 1999

(continuação)

Faixas de população, ano de instalação do município e Grandes Regiões	Municípios (1)							
	Existência de estabelecimentos selecionados de comércio, serviços e lazer							
	TV a cabo		Provedor de internet		Ginásio poliesportivo		Livraria	
	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
Total	368	5 105	844	4 629	3 578	1 901	1 946	3 530
Faixas de população								
Até 5 000	24	1 376	26	1 373	729	671	191	1 209
De 5 001 a 10 000	42	1 270	56	1 256	772	538	290	1 022
De 10 001 a 15 000	41	815	57	799	527	329	270	584
De 15 001 a 20 000	33	494	85	442	360	169	215	313
De 20 001 a 50 000	79	825	267	636	738	168	547	358
De 50 001 a 100 000	54	221	187	89	260	18	243	34
De 100 001 a 200 000	36	69	81	25	101	5	98	8
De 200 001 a 500 000	40	28	61	7	66	2	66	2
De 500 001 a 1 000 000	9	6	13	2	14	1	15	-
Mais de 1 000 000	11	-	11	-	11	-	11	-
Ano de instalação do município								
Anterior a 1940	201	1 377	510	1 067	1 296	285	859	719
De 1940 a 1963	95	1 920	224	1 792	1 383	634	619	1 398
De 1964 a 1988	34	549	62	521	382	201	216	367
De 1989 a 1992	11	291	17	285	166	137	105	197
De 1993 a 1996	12	456	22	446	235	233	93	375
De 1997 em diante	15	512	9	518	116	411	54	474
Grandes Regiões								
Norte	33	408	46	395	196	244	109	332
Nordeste	58	1 715	112	1 659	809	969	439	1 337
Sudeste	150	1 505	366	1 291	1 243	414	533	1 122
Sul	93	1 066	243	916	973	186	674	485
Centro-Oeste	34	411	77	368	357	88	191	254

Tabela 43 - Municípios, por existência de estabelecimentos selecionados de comércio, serviços e lazer, segundo as faixas de população, ano de instalação do município e Grandes Regiões - 1999

(conclusão)

Faixas de população, ano de instalação do município e Grandes Regiões	Municípios (1)					
	Existência de estabelecimentos selecionados de comércio, serviços e lazer					
	Loja especializada em discos/fitas/cds		Video- locadora		Shopping center	
	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
Total	1 895	3 581	3 517	1 967	341	5 131
Faixas de população						
Até 5 000	78	1 322	440	960	8	1 391
De 5 001 a 10 000	188	1 122	728	583	8	1 302
De 10 001 a 15 000	290	566	621	237	18	838
De 15 001 a 20 000	247	281	413	116	16	512
De 20 001 a 50 000	638	266	839	69	80	825
De 50 001 a 100 000	259	19	276	2	84	191
De 100 001 a 200 000	102	4	106	-	50	55
De 200 001 a 500 000	67	1	68	-	51	17
De 500 001 a 1 000 000	15	-	15	-	15	-
Mais de 1 000 000	11	-	11	-	11	-
Ano de instalação do município						
Anterior a 1940	1 016	563	1 414	168	226	1 350
De 1940 a 1963	558	1 459	1 264	757	74	1 942
De 1964 a 1988	188	395	368	215	20	563
De 1989 a 1992	53	249	163	140	7	296
De 1993 a 1996	44	424	185	283	10	458
De 1997 em diante	36	491	123	404	4	522
Grandes Regiões						
Norte	86	355	200	241	12	429
Nordeste	521	1 253	882	899	58	1 716
Sudeste	665	992	1 272	386	169	1 485
Sul	464	695	863	296	86	1 073
Centro-Oeste	159	286	300	145	16	428

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 1999.

Nota: O Distrito Federal não foi incluído nos resultados.

(1) Inclusive os ignorados e os sem declaração de existência.

Glossário

administrações distritais e regiões administrativas Unidades administrativas subordinadas à administração municipal, em número igual ao de distritos existentes no município, e que exercem funções relacionadas ao planejamento, proposição e fiscalização de obras e serviços concernentes à área territorial sob sua jurisdição. A institucionalização de administrações distritais visa a efetivar a desconcentração administrativa no governo municipal.

alvará de construção *Ver* licença para construir.

alvará de habitação *Ver* habite-se.

áreas especiais Unidades de conservação ambiental (federal, estadual ou municipal) e terras indígenas.

atividades informatizadas Atividades cujas informações estão armazenadas em banco de dados ou arquivo magnético e que podem ser recuperadas através de um sistema de computador.

atividades terceirizadas Atividades ou funções realizadas por empresa particular, através de contrato com a prefeitura. Não são consideradas parcialmente terceirizadas as atividades em que veículos, máquinas ou equipamentos são alugados e o serviço é efetivamente prestado pela prefeitura. Aluguel de veículos, máquinas e equipamentos também não caracterizam terceirização.

biblioteca pública Biblioteca aberta à frequência do público em geral, mantida por instituições governamentais ou não.

cadastro de unidades prediais do IPTU Cadastro que registra todos os prédios que devem pagar o imposto.

cadastro imobiliário Cadastro que reúne informações sobre os prédios existentes na cidade sujeitos a impostos e alíquotas desses tributos referentes a cada área da cidade.

código de obras Conjunto de normas para construção predial em áreas urbanas. Dispõe sobre formas de ocupação dos lotes, coeficientes de aproveitamento do terreno, altura de edificações, condições de iluminação e ventilação, entre outros aspectos.

código de posturas Conjunto de normas de convívio e formas de utilização de espaços públicos e privados das cidades, com regras e sanções que visam a preservar o interesse coletivo acima dos direitos individuais. Dispõe sobre a utilização das calçadas, funcionamento do comércio e da indústria e controle de ruídos, entre outros aspectos.

comissão de defesa do consumidor Órgão composto por entidades civis de consumidores, associações de fornecedores e sindicatos de categoria econômica, com a finalidade de atender reclamações sobre problemas de relação de consumo, prestação de serviços públicos, etc.

conselho consultivo Órgão cujos integrantes têm por função apenas o estudo e a indicação de ações ou políticas relativas a sua área de competência.

conselho deliberativo Órgão cujos integrantes têm, efetivamente, o poder de decidir sobre a implantação de políticas e a administração de recursos relativos a sua área de atuação.

conselho instalado Órgão regulamentado, em pleno exercício de suas funções, cujos integrantes se reúnem freqüentemente.

conselho municipal Órgão colegiado, cujos integrantes podem ser representantes da sociedade civil ou do setor governamental, que têm por função traçar diretrizes para a formulação de políticas públicas setoriais nas áreas de saúde, transporte, educação, etc. Os conselhos municipais podem ter caráter consultivo ou deliberativo, não sendo responsáveis pela efetivação da descentralização administrativa no governo municipal.

conselho paritário Órgão que apresenta um número igual de representantes da sociedade civil e do setor governamental.

conselho regulamentado Órgão previsto em lei, mas ainda não em funcionamento.

conselho tutelar Órgão municipal permanente e autônomo, composto por cinco membros da sociedade e do poder judiciário eleitos pela comunidade, encarregado de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente.

consórcio intermunicipal Acordo firmado entre duas ou mais prefeituras visando a execução de projetos, obras, serviços ou consultorias de interesse mútuo.

cortiço Unidade usada como moradia multifamiliar, apresentando total ou parcialmente as seguintes características: é constituída por uma ou mais edificações construídas em lote urbano; as edificações são subdivididas em vários cômodos que são alugados, subalugados ou cedidos a qualquer título; várias funções são exercidas no mesmo cômodo; o acesso, os espaços não edificadas e as instalações sanitárias são de uso comum; e a circulação e a infra-estrutura são precárias, ocorrendo, normalmente, superlotação de pessoas.

delegacia de mulheres Órgão civil com poder de polícia, que tem por finalidade resguardar os direitos da mulher, especialmente nos casos de violência.

descentralização administrativa Delegação de funções e de poderes a diversas esferas sociais. Geralmente é efetivada por meio da participação dos cidadãos, sob diferentes formas, nas decisões relativas a políticas públicas.

desconcentração administrativa Delegação de atribuições que visa a aproximar fisicamente as autoridades governamentais do público a que se destinam atender. As atribuições a cargo das unidades desconcentradas variam em função dos esquemas de delegação adotados, podendo atender à população local através do recebimento de pedidos, queixas ou sugestões, bem como executar ou fiscalizar a prestação de serviços públicos.

emissora de TV (geradora de imagem) Emissora que gera e transmite programação televisiva.

favelas, mocambos, palafitas ou assemelhados Conjuntos constituídos por habitações apresentando as seguintes condições ou características: o terreno não é de propriedade dos moradores no momento de sua ocupação, sendo a área pública ou privada; a ocupação é desordenada, sem que os lotes obedeçam a um desenho regular; os acessos aos domicílios são, geralmente, tortuosos, dificultando ou impedindo a circulação de veículos em seu interior; as habitações são construídas com os mais diversos materiais, como: alvenaria, madeira aproveitada, placas de compensado, plástico, papelão, zinco etc.

funcionário estatutário Funcionário sob o Regime Jurídico Único - RJU.

funcionário regido pela CLT Funcionário contratado pela prefeitura sob o regime da Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT.

fundo especial Ver fundo municipal.

fundo municipal Fundo destinado ao gerenciamento dos recursos financeiros obtidos para conclusão de políticas setoriais estabelecidas por um conselho municipal.

guarda municipal Corpo de servidores municipais responsável pela guarda do patrimônio municipal e pela observância de regras de conduta previstas em lei.

habite-se Documento de concessão fornecido pelo poder público municipal, que permite que um edifício recém-construído ou reformado possa ser ocupado e posto em uso. Pressupõe que o imóvel atenda às exigências contidas na legislação para edificações, solicitações de segurança do Corpo de Bombeiros e normas para instalações elétricas, hidráulicas e sanitárias ditadas pelos órgãos responsáveis.

IPTU progressivo Instrumento utilizado para estimular novas construções e contribuir para a diminuição do déficit habitacional. Consiste no estabelecimento de alíquotas progressivamente maiores de imposto territorial de terrenos vazios, onde não há construções, para desestimular a retenção de terrenos ociosos por parte de seus proprietários.

legislação sobre áreas de interesse especial Instrumento que dispõe sobre a criação de áreas de preservação ambiental, cultural, paisagística ou de estabelecimento de um tipo específico de uso do solo como, por exemplo, habitação de interesse social.

legislação sobre áreas de interesse social Instrumento que dispõe sobre a construção ou preservação de habitações populares.

lei de diretrizes orçamentárias Conjunto de diretrizes para elaboração da lei de orçamento anual, baseada no plano plurianual que é detalhado a cada ano.

lei de orçamento anual Instrumento através do qual o município discrimina suas receitas e despesas, segundo as diretrizes traçadas em seu plano de governo e reforçadas na lei de diretrizes orçamentárias.

lei de parcelamento do solo Conjunto de normas para os loteamentos urbanos do município. Estabelece diretrizes urbanísticas e de implantação de serviços públicos. As leis específicas de loteamento ou parcelamento complementam a lei de zoneamento ou equivalente, e devem ser estabelecidas pelos municípios.

lei de perímetro urbano Instrumento que define a área urbana do município. A fixação do perímetro urbano é de competência exclusiva municipal, servindo tanto para fins urbanísticos quanto tributários. Só podem ser loteadas parcelas de terra incluídas dentro dos seus limites. O perímetro urbano indica o limite oficial entre as áreas urbanas e rurais.

lei de zoneamento Instrumento que define os possíveis usos do solo em zonas determinadas do município. É de responsabilidade municipal e visa tornar as cidades eficientes, localizando as edificações, atividades e os grupos humanos em lugares próprios (zona comercial, zona residencial, zona industrial, etc.). Estabelece, também, os gabaritos de altura e os limites volumétricos dos prédios.

lei orgânica municipal Conjunto de leis básico do município, de formulação obrigatória após a promulgação da Constituição Federal de 1988.

licença para construir Documento de concessão fornecido pelo poder público municipal, que permite o início das obras de construção, reconstrução ou reforma de um edifício após aprovação do projeto legal ou anteprojeto, de acordo com as exigências da legislação para edificações.

licença para obras Ver licença para construir.

loteamento clandestino Ver loteamento irregular.

loteamento irregular Loteamento iniciado ou efetuado com o descumprimento de qualquer dispositivo legal em vigor, seja pela não aprovação prévia do poder público municipal, seja pela inobservância das normas legais urbanísticas federal, estadual ou municipal.

operações interligadas Instrumentos que permitem a obtenção de exceções à legislação de zoneamento, mediante a doação à prefeitura de um certo número de habitações de interesse social.

operações urbanas Instrumentos de parceria do setor público com o setor privado para a promoção do desenvolvimento urbano.

plano de diretrizes governamentais Ver plano de governo.

plano de governo Conjunto de objetivos e linhas gerais de ação, expostos de forma a orientar o desenvolvimento local e melhorar as condições de vida da população.

plano diretor Instrumento para a orientação racional do desenvolvimento físico do município, principalmente de sua área urbana, visando ao crescimento e ao

ordenamento das atividades relacionadas a habitação, indústria, comércio, serviços, entre outras.

plano diretor de desenvolvimento urbano Ver plano-diretor.

plano estratégico do município Instrumento de planejamento governamental que visa a estabelecer estratégias de desenvolvimento socioeconômico sustentado para o município.

plano plurianual de investimento Plano de ação governamental que orienta os investimentos e compromissos no decorrer da gestão pública. A Constituição Federal estabelece que o Poder Executivo, durante o primeiro ano de seu mandato, dê continuidade ao plano existente e elabore um novo plano para vigorar durante os três anos restantes de seu governo e o primeiro ano do governo que lhe suceder.

planta de valores do IPTU Registro das alíquotas do imposto, de acordo com a localização dos prédios na cidade.

programa ou ação de capacitação profissional Conjunto de atividades que visam à preparação do indivíduo para desenvolver tarefas relacionadas ao trabalho, possibilitando maiores chances de entrada no mercado profissional.

programa ou ação de geração de trabalho e renda Conjunto de ações que visam a estimular as atividades econômicas e permitir a criação de novos postos de trabalho ou de novas atividades, possibilitando a obtenção de renda ou ganhos para setores da força de trabalho.

programas da comunidade solidária Programas de vários ministérios, com o selo da Comunidade Solidária, que visam priorizar o repasse de recursos para os municípios mais carentes.

provedor de Internet Empresa prestadora de serviço de acesso à Internet.

rede sintonizada Rede de emissoras de televisão cuja imagem é captada no município.

regiões administrativas Ver administrações distritais e regiões administrativas.

serviço de cartografia Conjunto de atividades relacionadas à elaboração de mapas, plantas ou cartas do município.

shopping center Reunião, em um único conjunto arquitetônico, de lojas comerciais, casas de espetáculos, serviços de utilidade pública, áreas de lazer e entretenimento.

solo criado Instrumento para definir um limite de área para construção. O direito de construção acima deste limite passa à coletividade que poderá conceder licença para construção mediante o pagamento, pelo proprietário, de um determinado valor. O produto da venda do direito de construção excedente ao limite estabelecido deve ser utilizado no financiamento do desenvolvimento urbano ou de programas de construção de moradias de interesse social.

subprefeituras Unidades administrativas subordinadas à administração municipal e que exercem funções relacionadas ao planejamento, proposição e fiscalização de obras e serviços concernentes à área territorial sob sua jurisdição. Podem ter sob sua responsabilidade diversos distritos ou regiões administrativas. A

institucionalização de subprefeituras visa efetivar a desconcentração administrativa no governo municipal.

teatro ou casa de espetáculo Estabelecimento ou edificação que tem por finalidade a apresentação de arte dramática, música, dança etc.

transferência de potencial construtivo Instrumento utilizado quando os terrenos que abrigam imóveis cuja preservação é considerada como necessária têm o seu potencial construtivo transferido para outras zonas da cidade. Baseia-se na separação entre o direito de propriedade e o direito de construir.

tv a cabo Existência de cabeamento para fins de distribuição de programação televisiva.

unidade de conservação ambiental Área ocupada por ecossistemas significativos do Território Nacional, protegida por lei pelos governos federal, estadual ou municipal, em seu âmbito administrativo.

unidade territorial Terreno sem construções, em que apenas o imposto territorial é pago.

valor arrecadado Valor efetivamente pago pelos contribuintes.

valor lançado Valor que se esperava arrecadar com a cobrança do imposto.

via urbana Logradouro público em área urbana (rua, avenida, beco e praça), exceto estrada municipal ou vicinal.

videolocadora Estabelecimento que oferece serviço de aluguel de fitas de vídeo.

Equipe técnica

Para a elaboração deste trabalho, o Departamento de População e Indicadores Sociais – DEPIS – contou com o envolvimento fundamental de toda a rede de pesquisa do IBGE, através das Divisões Estaduais de Pesquisa – DIPEQs – que foram responsáveis pela realização da coleta dos dados junto às prefeituras de todos municípios brasileiros bem como pela operação de entrada e crítica dos dados.

No DEPIS, a responsabilidade pela pesquisa coube à divisão de Estudos e Pesquisas Sociais sob a chefia de Lilibeth Maria Cardozo Roballo Ferreira.

Entre todos os técnicos de diferentes departamentos e diretorias, que participaram deste trabalho, destacamos os responsáveis diretos pelo planejamento e conclusão da Pesquisa de Informações Básicas Municipais – 1999.

Gerência da pesquisa

Aristides Pereira Lima Green

Equipe de planejamento e análise

Antônio Carlos Alkmim dos Reis

Elizabeth Dezouart Cardoso

Geraldo de Majela

Márcio Antônio Cunha

Marcos Cícero Noce de Paulo Maciel

Mauro Sinder

Rubem José Leão de Magalhães

Sandro Gripp Chermont

Silvia Reise Bregman

Verônica Ferreira Machado

Apuração e processamento dos dados

Paulo Roberto Voss Gen Rudolph

Marco Aurélio da Silva Freitas

Programação do plano tabular

Antônio Carlos Alkmim dos Reis

Aristides Pereira Lima Green

Wagner de Souza Tassinari

Responsável pela edição

Verônica Ferreira Machado

Equipe de apoio

Bernardette Maria da Silveira Pinheiro

Edgard de Toledo Siqueira Campos

José Maria de Lima Júnior

Marcos Ribeiro Mattos

Mário Couto Carreiro

Mário Félix

Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI**Planejamento e acompanhamento**

Carlos José Lessa de Vasconcellos

Designer dos questionários

Paulo Fernandes

Projeto editorial**Gerência de Editoração - Departamento de Produção - DEPRO****Estruturação textual e tabular**

Carmen Heloisa Pessoa Costa

Katia Vaz Cavalcanti

Neuza Damásio

Diagramação tabular e de gráficos

Beth Fontoura

Carlos Amaro

LGonzaga

Maria da Graça Fernandes de Lima

Maria do Carmo Costa Cunha

Neuza Damásio

Sonia Rocha

Copidesque e revisão

Anna Maria dos Santos

Cristina R. C. de Carvalho

Iaracy Prazeres Gomes
Maria de Lourdes Amorim

Designer gráfico

Luiz Carlos Chagas Teixeira
Sebastião Monsores

Diagramação

Sebastião Monsores

Normalização bibliográfica e de glossário

Gerência de Documentação

Ana Raquel Gomes da Silva
Aparecida Tereza Rodrigues Regueira
Diva de Assis Moreira

Impressão

Gráfica Digital, em 2001.

Ednalva Maia do Monte

Impressão da capa e acabamento

Gerência de Gráfica/DEPRO

José Augusto dos Santos

Se o assunto é **Brasil**,
procure o **IBGE**

www.ibge.gov.br

www.ibge.net

wap.ibge.gov.br

atendimento

0800 21 81 81



Perfil

DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS

Pesquisa de Informações Básicas Municipais 1999

O IBGE, no intuito de atender à necessidade crescente da sociedade por informações em âmbito local, desenvolveu a Pesquisa de Informações Básicas Municipais, que é um levantamento de registros administrativos, junto às prefeituras de todos os municípios brasileiros, visando à construção de indicadores relacionados às diversas áreas da administração pública municipal.

Esta publicação divulga os primeiros resultados dessa pesquisa, com dados sobre o aparato institucional do planejamento público local, estrutura administrativa, programas sociais, ofertas de serviços e de infra-estrutura urbana, entre outros. Inclui, ainda, notas metodológicas, análise dos resultados e um glossário de termos e conceitos.

Essa pesquisa se constitui em um importante instrumento no planejamento e elaboração de políticas públicas, bem como no atendimento às necessidades dos usuários em geral.

ISBN 85-240-0849-0



9 788524 008498

DOC